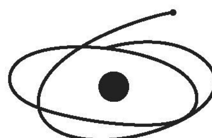
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano XXXIV nº 135-136 1991



ISSN 0034-7329





INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Revista Brasileira de Política Internacional
(Rio de Janeiro: 1958-1992; Brasília: 1993-)

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais

Sede: *Universidade de Brasília*
Pós-Graduação em História - ICC - Ala Norte
70910-900 Brasília DF, Brasil

Correspondência: Caixa Postal 4400
70919-970 Brasília - DF, Brasil
Fax: (55.61) 307 1655
E-mail: ibri@unb.br
http://www.ibri-rbpi.org.br
Site Brasileiro de Relações Internacionais:
http://www.relnet.com.br

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI, é uma organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o IBRI desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O IBRI atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos). O IBRI mantém um dinâmico programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI, Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais e livros sobre os mais diversos temas da agenda internacional contemporânea e de especial relevância para a formação de recursos humanos na área no país.

Projeto de Digitalização

Em 2004 o IBRI comemora cinquenta anos da sua fundação, com a convicção de que desempenhou, e continuará desempenhando, a sua missão de promover a ampliação do debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção internacional do Brasil. Para marcar a data, o Instituto leva a público a digitalização da série histórica da Revista Brasileira de Política Internacional, editada no Rio de Janeiro entre 1958 e 1992, composta por exemplares que se tornaram raros e que podem ser acessados em formato impresso em poucas bibliotecas.

Equipe

Coordenador: *Antônio Carlos Moraes Lessa.*

Apoio Técnico: Ednete Lessa.

Assistentes de Pesquisa: *Paula Nonaka, Felipe Bragança, Augusto Passalaqua, João Gabriel Leite, Rogério Farias, Carlos Augusto Rollemberg, Luiza Castello e Priscila Tanaami.*



Ano XXXIV nº 135-136 Julho-Dezembro 1991

ANO XXXIV 135 - 136

IBRI

instituto brasileiro de relações internacionais

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL



REVISTA BRASILEIRA
DE
POLÍTICA INTERNACIONAL

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Fundado em 1954

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais é uma associação cultural independente, sem fins lucrativos, mantida por contribuição de seus associados, doações de entidades privadas e subvenções dos poderes públicos. É seu objetivo promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente dos que interessam à política exterior do Brasil.

PRAIA DE BOTAFOGO, 186 - GRUPO B-213
RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Diretor:
CLEANTHO DE PAIVA LEITE

Secretaria :
Eneida Nogueira Rigueira

Supervisão Gráfica:
IO COMUNICAÇÃO VISUAL

Composição:
Waldir José

Direção e Administração
Praia de Botafogo,186 - Grupo B-213
Telefone - (021) 551-0598
22250 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Assinatura anual:	Cr$ 18.000,00	Para o exterior:	25 US$
Número avulso:	Cr$ 10.000,00	Para o exterior:	14 US$
Números atrasados:	Cr$ 15.000,00	Earlier issues:	15 US$

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

ANO XXXIV 1991/2 135 - 136

SUMÁRIO

A ALEMANHA NA POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL*

Moniz Bandeira, L.A.

Desde que iniciou a circunavegação, em busca do caminho marítimo para a Índia, Portugal passou a empregar, em suas caravelas, artilheiros alemães. Cerca de 53, por volta de 1489, já formavam em Lisboa um Corpo de Bombardeiros a serviço do Conselho Ultramarino. E alguns alemães também participaram da expedição do Almirante Pedro Álvares Cabral, que, em 1500, alcançou Porto Seguro, no sul da Bahia. No entanto, apenas 14 anos após o seu descobrimento, a primeira informação impressa sobre o Brasil, chamado *Presillg Landt*, chegou à Alemanha. A casa comercial da riquíssima família Fugger, de Nuremberg; recebeu então de um negociante da Antuérpia a *Copia der Newen Zeytung auss Presillg Landt*, noticiando a viagem de D. Nuno Manoel e Cristóvam de Haro, sob as ordens do Rei de Portugal, D. Manoel, à costa oriental da América do Sul, até a embocadura do Rio da Prata[1]. Mais tarde, em 1557, Hans Staden, de Homberg, provavelmente o primeiro alemão a embrenhar-se nas selvas do Brasil ou, pelo menos, a sair com vida, publicou um livro sobre as experiências por que passou entre os índios *Tupinambá*, antropófagos, entre os quais permaneceu nove meses como prisioneiro. Outros relatos sobre o Brasil, nas décadas e nos séculos seguintes, apareceram na Alemanha. Porém, dividida em centenas de reinos, principados e ducados, que integravam o Sagrado Império Romano-Germânico, e com uma economia essencialmente rural, ela não teve nem interesses nem meios de organizar empreendimentos no além-mar, tal como, impulsionadas pelo mercantilismo, a Inglaterra, a França e a própria Holanda o fizeram, a disputarem com Portugal e Espanha as possessões nas Américas.

Somente no século XIX, quando a Corte de Lisboa, a fugir das tropas de Napoleão Bonaparte, emigrou para o Brasil (1808), alguns alemães começaram a se estabelecer no Brasil e a participar de sua economia, que o Príncipe-Regente, futuro Rei D. João VI, pretendeu impulsionar, a fim de se fortalecer diante da Inglaterra, da qual ficaria em completa dependência. Em fins de 1809, o engenheiro Friedrich Ludwig Wilhelm Varnhagen chegou ao Rio de Janeiro e recebeu a incumbência de estudar a possibilidade de implantação de uma usina siderúrgica, no morro de Araçoitaba, perto de

* Estudo elaborado para o ILDES – Fundação Friedrich Ebert e para a Revista 2º semestre de 1991.

Sorocaba, Província de São Paulo. Este projeto foi entregue, logo em seguida, a uma equipe de metalurgistas da Suécia, sob a chefia de Carl Gustav Hedberg, que se mostrou incompetente para o excutar, e Varnhagen, em 1815, teve de assumir a direção da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, cuja produção o Tenente-Coronel Daniel P. Müller utilizou para a fabricação de fuzís de modelo prussiano, montando, na cidade de São Paulo, uma pequena indústria, com 60 operários, inclusive dez mestres contratados em Estados alemães[2]. Já então, Wilhelm Ludwig von Eschwege, que, com o apoio do Conde de Palma, terminara, em 1812, a construção de outra usina siderúrgica, denominada Fábrica Patriótica, perto de Congonhas do Campo, em Minas Gerais, produzia ferro líquido, enquanto, na mesma Província, a Fábrica de Ferro do Morro de Gaspar Soares, instalada por Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, obtinha o ferro-gusa em alto forno, com a colaboração de um súdito alemão.

Àquela época, após a derrota de Napoleão Bonaparte e o término da guerra na Europa, as condições permitiram que os Estados alemães e o Brasil criassem então os seus primeiros vínculos políticos. O Sagrado Império Romano-Germânico, dissolvido por Napoleão, reconstituiu-se, em 1815, sob o nome de Confederação Germânica (*Deutsche Bund*), congregando, além de quatro Estado-cidades (Lübeck, Bremen, Hamburg e Frankfurt), 34 reinos, entre os quais a Prússia e a Áustria, sob a hegemonia da Casa de Hapsburg. Por outro lado, naquele mesmo ano, D. João VI elevou o Brasil, cujos portos, desde 1808, abrira ao comércio com outras nações, da condição de colônia à de Reino Unido a Portugal e Algarves, o que significou a proclamação de sua independência, *como Estado soberano, reconhecido pelos* Estados Unidos, Inglaterra, Rússia, França, Suécia, Áustria e Prússia. Seu objetivo fora o de recuperar o prestígio e robustecer a posição da Casa de Bragança, em sua resistência ao sufocante predomínio da Inglaterra, o que levou também D. João VI a buscar outras alianças entre os poderes da Europa, mediante a contratação do casamento do seu herdeiro, o Príncipe D. Pedro, com a Arqui-Duquesa Leopoldina, filha do Imperador da Áustria, Franz I, que dirigia a Confederação Germânica.

O enlace das dinastias de Bragança e Hapsburg despertou o interesse de diversos Estados alemães pelo Brasil, para onde alguns dos seus cientistas, comerciantes, empresários, clérigos e militares começaram cada vez mais a viajar. E o Governo de D. João VI, a fim de adquirir força-de-trabalho para a grande lavoura, em face das pressões da Inglaterra contra o tráfico de escravos, ou povoar certas zonas e assegurar condições de defesa contra possíveis ameaças aos territórios fronteiriços do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, passou a incentivar a imigração de camponeses alemães ou italianos, pois o Conselho Ultramarino sempre desconfiara dos ingleses, franceses, holandeses e espanhóis, temendo que os seus países intentassem assim apoderar-se do Brasil. E o processo de industrialização, que se aprofundava em alguns Estados alemães, possibilitou esse fluxo migratório, na medida em que, em meio do aguçamento das lutas sociais e políticas, compelia os pequenos artesãos e os camponeses a buscarem melhores condições de vida nas Américas, tanto do Norte quanto do Sul. Por volta de 1818, os alemães assentaram, na Bahia, sua primeira colônia, chamada Leopoldina. E, a partir daquele ano, outras levas de camponeses, oriundos de vários Estados da Confederação Germânica, continuaram a se estabelecer em diversas Províncias do Brasil (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná), mas se

concentravam, sobretudo, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, devido a fatores não apenas econômicos e climáticos quanto políticos e militares. Depois que separou o Brasil de Portugal, em 1822, o Príncipe-Regente, ao assumir o título de Imperador D. Pedro I, tratou de recompor o Exército brasileiro, uma vez que muitos contingentes portugueses, com cerca de 14.000 homens, regressaram a Lisboa, e seus agentes, como o Major Georg Anton von Schäffer, passaram a recrutar soldados nos reinos da Confederação Germânica. A organização dos batalhões alemães, dois de Granadeiros e dois de Caçadores, começou em janeiro de 1823 e eles, a desempenharem função de destaque entre as tropas de primeira linha, participaram da guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina), travada entre 1825 e 1828, por causa da secessão da Cisplatina (Uruguai). A maioria dos soldados alemães se instalou, posteriormente, no Rio Grande do Sul, como colonos, cujo total já era da ordem de 6.000 por volta de 1930.

Àquele tempo, além dos Ministros Plenipotenciários da Áustria e da Prússia, bem como de alguns cônsules, havia junto à Corte de D. PedroI cerca de 17 representações comerciais de Estados alemães, cujo interesse pelos produtos do Brasil cada vez mais se aguçava. Em 1824, apenas no porto de Salvador saíram cerca de 86 navios, a transportarem 34.023 caixas de açúcar para Hamburgo. No ano seguinte, cerca de 21.263 caixas, ou seja, 2/3 da produção de açúcar da Bahia, da ordem aproximada de 29.000 a 30.000 caixas, seguiram com o mesmo destino[3]. A Alemanha era então o principal comprador de açúcar e café do Brasil, uma vez que a Inglaterra e a França importavam tais produtos quase que unicamente de suas colônias[4], e adquiria grandes quantidades de tabaco, algodão, couros, anil e outras matérias-primas. Mas o predomínio da Inglaterra, que se beneficiava de vantagens tarifárias, obstaculizava o aumento de suas exportações de panos e linho, assim como de manufaturas de ferro, aço e vidro, impedindo o crescimento global do volume do comércio[5]. Por isto, em 1826, o Cônsul de Hamburgo em Salvador, Pedro Peyke, apresentou ao Imperador D. Pedro I, durante sua visita àquela cidade, uma exposição, onde manifestou o desejo das cidades hanseáticas (Lübeck, Bremen e Hamburgo) de firmarem com o Brasil um tratado de comércio, pelo qual obtivessem, com a cláusula de nação mais favorecida, as mesmas reduções tarifárias concedidas à Inglaterra e à França. Um dos seus argumentos consistiu em mostrar que, "não tendo colônias próprias, cujas produções possam ali gozar de preferências", as cidades hanseáticas, mormente o porto de Hamburgo, ofereciam mais vantagens ao Brasil do que qualquer outra nação da Europa[6]. Poucos meses depois, por sugestão do Burgomestre de Bremen, o Senador Johann Karl Friedrich Gildemeister escreveu ao Príncipe de Metternich, da Áustria, salientando que,

> "no comércio com o Brasil, a natureza colocou a Alemanha em um dos primeiros lugares, talvez até no primeiro, posição esta que, no decorrer normal da evolução, estará mais assegurada, tanto que o Brasil recebeu até agora a maioria dos seus colonos precisamente da Alemanha e é provável que, no futuro, daqui também os receberá"[7].

O Senador Gildmeister ainda previu que o número de alemães no Brasil viria a ser, com o correr do tempo, muito importante,

"não sendo possível calcular a influência dessa circunstância nem da feliz constelação que, nesta época perturbada, levou uma filha do Imperador da Alemanha ao trono brasileiro sobre o futuro desenvolvimento de um Império, ao parece ainda faltar, devido à variedade dos seus habitantes, um genuíno caráter nacional"[8].

Segundo ele, esses alemães continuavam ligados, pelo idioma, pela maneira de pensar, pelos usos e costumes, aos alemães da Europa, com os quais haveriam de preferir sempre negociar. Assim, com a esperança de que os alemães dos dois hemisférios desenvolvessem relações semelhantes às que existiam entre a Inglaterra e seus "Estados-filho" da América do Norte, Gildmeister julgava que a Alemanha não mais sentiria "a falta *(Mangel)* de colônias como uma provação (Entbehrung)"[9], pois o Brasil poderia vir a representar, em geral, um estímulo para as suas forças industriais[10].

A iniciativa das cidades hanseáticas não se restringiu a instar a Áustria, como líder da Confederação, a dar uma feição mais sólida às relações comerciais dos Estados alemães com o Brasil. Em meados de 1827, Gildmeister e Karl Sieveking, este Síndico do Senado de Hamburgo, chegaram ao Rio de Janeiro e, ao fim de cinco meses de negociações, concluíram com o Império do Brasil um tratado de comércio, mediante o qual, com a cláusula de nação mais favorecida, obtiveram a tarifa de 15%, igual à concedida à Inglaterra, enquanto a Prússia ficara com a de 24%, vigente para os demais países, exceto Portugal, com 16%. A Inglaterra, a fim de manter seus privilégios, tratou de o obstaculizar, mas o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Marquez de Queluz, percebia que ela, devido à sua "arrogância", seria odiada no Brasil, da mesma forma que a França, por causa de sua falsidade, e que, por isso, um entendimento tão amistoso quanto possível com as cidades hanseáticas, como com a Prússia, contaria com o favor da opinião pública[11]. O Brasil procurava então alternativas comerciais e políticas para contrapor à preponderância da Inglaterra, cujo interesse consistia mais em vender-lhes suas manufaturas do que comprar-lhe a produção. Assim, ao constituir, em 1834, o Zollverein, a união aduaneira, com a exclusão da Áustria, a Alemanha, onde alguns Estados aceleravam a revolução industrial, tornou-se, já em 1841 e 1842, o principal cliente do Brasil, conquanto ocupasse o quarto lugar, abaixo da Inglaterra, França e Estados Unidos, como seu fornecedor de manufaturas[12]. O fluxo de emigrantes também aumentou, embora de forma irregular e em proporção menor do que para os Estados Unidos, e o Governo Imperial voltou a recrutar soldados alemães para a campanha contra o ditador de Buenos Aires, Juan Manoel de Rosas, em 1851-1852, e para a guerra contra o Paraguai, de 1864 a 1870.

A falta de unidade estatal, agravada pela disputa da hegemonia entre a Prússia e a Áustria, e a série de revoluções e guerras impediram que a Alemanha, não obstante o extraordinário crescimento de sua economia, exercesse então qualquer política no Brasil e nos demais países da América Latina. A partir da segunda metade do século XIX, essa situação, no entanto, começou a mudar. Com a derrota da Áustria (1866) e da França (1870), a unificação da Alemanha, sob a hegemonia da Prússia, possibilitou a remoção dos últimos obstáculos econômicos e políticos ao desenvolvimento de suas forças de produção. O poder, uma vez centralizado pelo Império (*Reich*), uniformizou a legislação industrial, instituiu uma única moeda e um único sistema de pesos e medidas, bem como estabeleceu rígidas tarifas aduaneiras para proteger o mercado interno (1879). E a

conquista da Alsácia e de Lorena, com suas ricas jazidas de minério de ferro, e os cinco bilhões de francos-ouro, que a França, derrotada na batalha de Sedan (1870), pagou como indenização de guerra, contribuíram, naturalmente, para impulsionar a industrialização da Alemanha. Em 1874, com a construção de sua rede ferroviária (mais de 20.000 km) praticamente concluída, o volume de seu comércio, no mercado mundial, era apenas inferior ao da Inglaterra e ela evoluia rapidamente para se tornar, cerca de 26 anos depois, a segunda potência industrial do mundo, suplantada apenas pelos Estados Unidos[13]. Mas, enquanto os Estados Unidos, cujas fronteiras se estendiam, desde os meados do século XIX, do Atlântico ao Pacífico, tratavam também de reservar, com a Doutrina Monroe e o Pan-Americanismo, os países da América Latina como possessões informais, a Alemanha não dispunha de espaço econômico (*Wirtschaftsgebiet*) suficiente para a dimensão que o desenvolvimento de suas forças produtivas alcançara. Ao contrário da Inglaterra e da França e mesmo de países menores, como Holanda e Bélgica, ela não possuíra qualquer domínio colonial. E essa necessidade de dilatar sua área de influência, a fim de obter fontes de matérias-primas e mercados para a venda de manufaturados e inversão de capitais, foi, fundamentalmente, o que a compeliu a lutar pela modificação do *status quo* mundial.

Em 1884, a Alemanha, pela primeira vez, lançou-se à conquista de territórios fora da Europa. Ocupou Togo e Kamaroun, na costa ocidental da África. No ano seguinte, assenhoreou-se de Tanganica, ao lado do Oceano Índico. E poucos anos depois, em 1889, alguns círculos diplomáticos de Berlim alentaram a perspectiva de que a derrubada da Monarquia no Brasil acarretasse o seu desmembramento em duas ou mais repúblicas, com a separação de São Paulo, bem como do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e aí um Estado alemão independente ou, pelo menos, sob forte influência alemã se organizasse[14]. Apesar de que então o Chanceler da Alemanha, Otto von Bismarck, rechaçasse, energicamente, a possibilidade de a engajar em tal empreendimento, por temer complicações com os Estados Unidos e a Inglaterra, essa idéia, depois que ele deixou o governo (1890), continuou a animar alguns diplomatas e a imprensa daquele país, sobretudo quando, em 1893, a guerra civil irrompeu no Rio Grande do Sul e se alastrou por Santa Catarina[15]. A secessão não se efetivou. Mas o interesse da Alemanha pelo Brasil, com o qual, durante o século XIX, ela manteve um comércio maior do que com os Estados Unidos[16], recrudesceu, tanto assim que, em 1896, revogou o Rescrito de Heydt (*Heydtsches Reskript)* e voltou a permitir a propaganda e o aliciamento de emigrantes para São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Já então o Cônsul da França em São Paulo observara o "progresso inquietante da influência Germânica" naquela região, onde os núcleos de colonização, permanecendo etnicamente homogêneos, constituíam "verdadeiras pequenas cidades" da Alemanha e facilitavam, como centros de consumo, a penetração dos seus produtos[17]. Segundo ele, em São Paulo, o número de alemães, apenas 10.000, era pouco maior que o de franceses, da ordem de 5.000 a 6.000, e insignificante em relação aos 500.000 italianos, 90.000 portugueses e 60.000 espanhóis, mas Santa Catarina já estava "absolutamente germanizada" e, em breve, Paraná e Rio Grande do Sul seguiriam o mesmo caminho[18]. A quantidade de imigrantes alemães, a partir de 1896, aumentou ainda mais, chegando a atingir, em 1907, cerca de 350.000, o equivalente a 2% da população brasileira, conforme o Ministro Plenipotenciário da Grã-Bretanha no Rio de Janeiro, W. Haggard, informou então ao Foreign Office[19].

Na medida em que tratava de promover uma *Weltpolitik*, como o Kaiser Wilhelm II, em 1890, anunciara, a Alemanha, inegavelmente, tinha forte interesse na América do Sul e, em particular, no Brasil, onde sua presença cada vez mais se acentuava, através da expansão das zonas de colonização alemã, cujos habitantes conservavam a homogeneidade étnica e cultural. E esse fato alarmou, sem dúvida alguma, tanto a França e a Grã-Bretanha quanto os Estados Unidos, cuja imprensa, em 1900, continuava a noticiar a suposta pretensão da Alemanha de apoderar-se de territórios no sul do Brasil[20]. O Ministro Plenipotenciário do Brasil em Washington, Assís Brasil, percebeu que os "colossais interesses" dos construtores de navios de guerra estavam por trás daquela campanha contra o "perigo alemão" e evocavam a Doutrina Monroe, com o objetivo de neutralizar a repugnância do povo norte-americano à ampliação de suas forças armadas[21]. Posteriormente, em 1905, o desembarque em Santa Catarina de Oficiais da canhoneira *Panther*, com o objetivo de investigar o paradeiro de um desertor, Steinhoff, que emigrara de Bremen para Itajaí, contribuiu para justificar as suspicácias sobre os propósitos do Governo de Berlim. O Barão do Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores, protestou, ameaçou meter a pique a canhoneira, mas a Alemanha, conforme o Secretário de Estado norte-americano, Elihu Root, previra, deu todas as satisfações ao Brasil[22] e o incidente foi superado sem que produzisse conseqüências mais graves e viesse a abalar o seu relacionamento.

O atrito, na verdade, não convinha a nenhum dos dois países. A Alemanha ocupava, àquela época, o segundo lugar no comércio exterior do Brasil, tanto como fornecedora de manufaturas, suplantada apenas pela Grã-Bretanha, quanto como cliente, não muito abaixo dos Estados Unidos, comparando-lhe café e outras matérias-primas agrícolas[23]. De 1904 a 1906, sua participação nas exportações brasileiras de café aumentou de 15% para 31% do total, enquanto a dos Estados Unidos decresceu de 62% para 38%. E, no mesmo período, a porcentagem alemã do total dos produtos exportados pelo Brasil saltou de 13% para 17%[24]. A Alemanha assumia, assim, uma posição cada vez mais importante nas relações exteriores do Brasil, pois lhe oferecia alternativas comerciais e financeiras, que avigoravam a sua capacidade de resistência e o poder de negociação em face não só da Grã-Bretanha como também dos Estados Unidos, dos quais o Barão do Rio Branco o aproximara, embora sempre cuidasse de preservar-lhe a autonomia relativa. Em 1906, quando o preço do café caía, no mercado mundial, abaixo dos custos de produção, foram os bancos Diskonto Geselschaft e Dresdner Bank, aos quais posteriormente The First National City Bank e outros grupos ingleses e francesas se uniram, que apoiaram o Acordo de Taubaté, ou seja, a política de valorização daquele produto, e concederam ao Estado de São Paulo, através do Brasilianische Bank für Deutschland, um financiamento líquido de 919.000 libras esterlinas, negado pela casa bancária do Barão de Rothschild, da Grã-Bretanha[25], que era o principal credor do Brasil.

Àquele tempo, a Alemanha decidira que não podia nem comercial nem politicamente negligenciar o Brasil, onde percebia chances de aumentar a sua influência e obter vantagens, tanto para a aquisição de enorme quantidade de matérias-primas, de que necessitava, quanto para a venda de manufaturas. O Governo do Presidente Rodrigues Alves (1902-1906) iniciara, desde 1904, o programa de reaparelhamento do Exército e da Marinha, o que oferecia às suas indústrias excelente oportunidade de negócios. Efetivamente, embora perdesse para a Vickers-Amstrong, da Grã-Bretanha, a

encomenda de três navios de guerra, em virtude da intervenção do Barão de Rothschild, que entremostrou o propósito de não financiar a operação[26], a Krupp, a disputar com a firma francesa Schneider-Creuzot, venceu, em 1908, a competição para o fornecimento dos demais petrechos bélicos (construção de quartel, canhões etc.) ao Brasil. Este fato constituiu duro golpe para os interesses da França, cujos diplomatas, assim como os da Grã-Bretanha, acusaram o Barão do Rio Branco de favorecer a Alemanha, ao mesmo tempo em que consideravam como "manobra comercial" o convite do Kaiser Wilhelm II para que o Ministro da Guerra brasileiro, Marechal Hermes da Fonseca, visitasse Berlim e assististisse, na Alsácia, aos exercícios militares do outono[27]. A própria Legação da França no Rio de Janeiro tratou de fomentar uma campanha contra o Governo de Rodrigues Alves[28], ao qual alguns jornais de Londres e Paris atribuíram a intenção de ceder à Alemanha, posteriormente, os três cruzadores (19.250t) encomendados à Vickers-Armstrong[29].

A rivalidade entre as grandes potências da Europa então se aguçava e se refletia nos mercados da América Latina. Era natural, porém, que a Alemanha merecesse a preferência do Brasil, para onde enviaria, em 1910, uma Missão Militar, com o objetivo de cooperar na reorganização e na modernização do seu Exército[30]. O prestígio militar, que ela conquistara ao derrotar a França na batalha de Sedan (1870), assegurara, desde então, a predominância da Krupp no fornecimento de material de guerra a quase todos os países da América Latina[31]. Além do mais, enquanto a Grã-Bretanha e a França, ao adquirirem nas colônias a maioria das matérias-primas de que necessitavam, importavam relativamente pouco do Brasil, a Alemanha representava para os seus produtos – café e outros – o principal mercado de consumo na Europa e o segundo em todo o mundo, o que o aliviava da mais completa dependência em relação aos Estados Unidos. Por outro lado, com suas exportações para o Brasil a alcançarem, em 1913, o valor de 234 milhões de marcos-ouro, quase o dobro do total das vendas aos países dos Balcãs[32], ela suplantava os Estados Unidos e já ameaçava a preponderância, que a Grã-Bretanha, graças, em larga medida, à condição de credora, ainda detinha, como fornecedora de manufaturados ao Brasil.

Esta singular posição – o segundo maior parceiro tanto nas exportações quanto nas importações do Brasil – a Alemanha conservou até aquele ano, pois, em 1914, a Primeira Guerra Mundial irrompeu e reduziu drasticamente o fluxo do comércio com toda a Europa. Os Estados Unidos, a partir de então, conquistaram a supremacia absoluta no comércio exterior do Brasil, que não teve alternativa senão os acompanhar, quando eles entraram no conflito ao lado da Grã-Bretanha e da França. Embora sua diretriz de política externa seguisse, como ele próprio proclamara, "ao compasso de Washington", o Ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, descendente de alemães, renunciou ao cargo e coube ao ex-Presidente Nilo Peçanha, convocado para o substituir, revogar a neutralidade do Brasil, com o objetivo de permitir a utilização dos seus portos pela esquadra dos Estados Unidos, franquia esta que pouco depois se estendeu às frotas da Grã-Bretanha, França e Itália. O Governo do Presidente Wenceslau Braz ordenou então o seqüestro de aproximadamente 70 navios mercantes alemães (a canhoneira *Elba* auto-afundou-se na Bahia), colocando-os à disposição dos Aliados. Mandou aviadores para treinamento na Grã-Bretanha, assim como enviou à França cem cirurgiões, que prestaram assistência médica aos feridos nos campos de batalha. Cruzadores e *destroyers* brasileiros também cooperaram no patrulhamento do Atlântico.

A ampla simpatia com que os Aliados contavam e a violenta reação popular provocada pelo torpedeamento de navios brasileiros – *Panamá, Macau, Lapa e Tijuca* – não chegaram, entretanto, a criar um clima favorável à transferência de tropas para a Europa[33]. Desd 1915, a Confederação Operária, em São Paulo, a Federação Operária, no Rio de Janeiro, e outras organizações de trabalhadores, sob a liderança de anarco-sindicalistas e socialistas, faziam a campanha contra a guerra. Alguns escritores, como Lima Barreto e Monteiro Lobato, apoiaram abertamente a Alemanha. Outros, a exemplo de Alberto Torres, foram neutralistas. E poderosas resistências se levantaram, em 1917, quando a Grã-Bretanha pretendeu aplicar no Brasil a *Black List (Statutory List)* e encarregou seus agentes consulares de fiscalizarem e interditarem os negócios dos quais, de algum modo, alemães participassem. O Presidente Wenceslau Braz defrontou-se então com uma série de dificuldades para implementar ações, que visavam a erradicar os interesses da Alemanha e impedir que eles pudessem "indiretamente alimentar a guerra" ou, mais tarde, cooperar para a sua "reconstrução econômica e comercial"[34], conforme os Aliados pretendiam. Depois que o Brasil se declarou beligerante, a Câmara dos Deputados recalcitrou em aprovar o estado de sítio e o Senado abrandou as medidas coercitivas contra os súditos alemães, ao não proibir que eles continuassem a realizar negócios dentro do território nacional. Esta decisão não agradou ao Ministro Plenipotenciário da Grã-Bretanha, Arthur Peel, que a considerou "insatisfatória"[35]. Ele a atribuiu não somente à importância da população oriunda da Alemanha, existente em vários Estados, mas, sobretudo, ao "amplo alcance" dos interesses comerciais e financeiros daquele país em que "influentes brasileiros", entre os quais o Presidente de São Paulo, Altino Arantes, estavam envolvidos [36]. Segundo acentuou, a Alemanha, além de constituir valioso mercado para o café e outros produtos, conseguira, com a sua política comercial, estimular o desenvolvimento de vários setores industriais do Brasil[37]. E por isto sua perda inquietou os círculos empresariais, que lucraram com tais negócios e foram suficientemente fortes para induzir o Senado a modificar e mesmo anular, na lei do estado de sítio, muitas providências, cuja aprovação causaria maiores danos à organização comercial alemã[38]. O Ministro Arthur Peel observou que, assim, ela continuava ainda viva, apta a restabelecer, em condições de paz, o fluxo normal do comércio, e percebeu, claramente, que não havia interesse do Brasil em colaborar para destruir as "perspectivas de recuperação econômica" da Alemanha, após o término do conflito armado[39].

O que os Aliados, no curso da Primeira Guerra Mundial, pretenderam, efetivamente, foi erradicar, onde quer que pudessem, os investimentos da Alemanha e eliminar as possibilidades de que ela se reerguesse como potência econômica, em situação de rivalizá-los no mercado internacional. Este objetivo transpareceu, nitidamente, em suas pressões sobre o Brasil, cujo Governo, após anular os contratos para a compra de material bélico à Krupp, não somente rescindiu concessões feitas a firmas daquele país, para a exploração da Estrada de Ferra de Santa Catarina e a operação do cabo-submarino lançado entre Pernambuco e Tenerife, como, apesar da relutância, terminou por cancelar as autorizações e determinar, dois meses antes do fim da guerra, a liquidação dos bancos alemães, que funcionavam no território nacional[40]. Entretanto, não apenas a Alemanha perdeu posições. Os Estados Unidos aproveitaram a guerra para arremeter também contra os interesses da Grã-Bretanha e da França e começaram a assumir o controle das comunicações telegráficas e das jazidas de ferro do Brasil, do

qual se tornaram, além de principal cliente, o maior fornecedor de manufaturados. Como J. F. Normano salientou, a partir de 1919, "todo o processo de penetração dos Estados Unidos (...) no Brasil foi um contínuo processo de expulsão e de ocupação das posições européias e, principalmente, britânicas"[41].

A Grã-Bretanha, a médio e a longo prazos, perdeu realmente mais do que a Alemanha, pois não conseguiu manter ou recuperar, por muito tempo, nenhuma das posições das quais os Estados Unidos começaram a desalojá-la. Em 1922, ela retomou o primeiro lugar como fornecedora de manufaturados ao Brasil, mas, dois anos depois, voltou a perdê-lo – e, aí, definitivamente – para os Estados Unidos. Este fracasso não decorreu apenas da conjuntura criada pela guerra e sim de vários outros fatores, entre os quais, em larga medida, a preferência que a Grã-Bretanha sempre dera aos seus domínios na África e na Ásia, para a aquisição de matérias-primas, a negligenciar o Brasil, como fonte de suprimentos, desde os meados do século XIX. E o fato de ter maior interesse em vender do que em comprar contribuiu, sem dúvida alguma, para reduzir-lhe a influência e deteriorar-lhe o predomínio, dado que seus dois mais fortes concorrentes constituíam também os principais mercados de consumo para as exportações do Brasil. Os Estados Unidos, que já eram seu maior cliente de café, bem como de cacau, borracha e outros produtos, aproveitaram as brechas comerciais, provocadas pela guerra, e conquistaram a supremacia como fornecedores de manufaturados, saltando do terceiro para o primeiro lugar, no qual se consolidaram, após breve e pequeno retrocesso nos anos de 1922 e 1923. Por sua vez, não obstante a derrota militar, a Alemanha, tal como o Ministro Arthur Peel previra, teve condições de restabelecer, rapidamente, as relações comerciais com o Brasil e, a retomar as importações de café, cacau, tabaco, borracha, algodão, couros e outras matérias-primas de que necessita, e se tornou, já em 1921, em apenas dois anos após o término do conflito, terceiro maior cliente do Brasil[42]. O surto inflacionário, alimentado pelo pagamento de pesadas indenizações de guerra aos Aliados, e a continuidade das lutas sociais, abalando a República de Weimar, não impediram sua "extraordinária recuperação", que desde 1926 começara a alarmar os diplomatas britânicos no Rio de Janeiro[43]. Em 1926, a Alemanha passou a ocupar igualmente o terceiro lugar como fornecedora de manufaturados ao Brasil, com uma participação de quase 13%, contra 19% da Grã-Bretanha e 29% dos Estados Unidos[44]. E, depois que Adolf Hitler, em 1933, assumiu o poder, ela reconquistou a posição como seu segundo maior parceiro comercial – tanto nas importações quanto nas exportações – somente suplantada pelos Estados Unidos.

Ambos os países ainda se debatiam, àquele tempo, com as conseqüências do *crack* de 1929. O Brasil, cuja moeda se fortalecera e alcançara notável estabilidade logo após a Primeira Guerra Mundial, sofrera profundo abalo econômico e financeiro, com a queda dos preços do café, o que compelira o Governo de Getúlio Vargas, implantado pela Revolução de 1930,a suspender, por vários meses, a amortização dos serviços da dívida externa. A situação, porém, não melhorara. As exportações de café despencaram de 73% sobre o valor em ouro, alcançado em 1933, para 61% em 1934, 51% em 1935, 45% em 1936 e 42% em 1937[45]. A Alemanha, por sua vez, continuava também a enfrentar severa escassez de divisas. Suas reservas quase se dissiparam entre 1931 e 1934, quando ela perdeu mais de 5 milhões de marcos em ouro e moedas estrangeiras e teve de estabelecer rígidos controles sobre o comércio exterior e a movimentação do câmbio,

a fim de evitar o colapso financeiro. Estas circunstâncias levaram os governos de Berlim e do Rio de Janeiro, diante da necessidade de reativar e mesmo ampliar o comércio entre os dois países, a instituirem então um esquema de pagamento bilateral, mediante compensação (*clearing*) de marcos (*Aski-Mark*), cujo valor se limitava à realização de compras na Alemanha. A negociação desse acordo provocou, naturalmente, o protesto dos Estados Unidos, que se empenhavam em propagar as práticas liberais, com base no tratamento de nação mais favorecida. Mas o Presidente Vargas não cedeu. Nem podia ceder. A Alemanha não comprava apenas café e cacau. Importava muitos outros produtos, entre os quais arroz, carnes e couros, do Rio Grande do Sul, bem como algodão, do Nordeste e de São Paulo, para o qual não havia mercado nos Estados Unidos[46]. E a possibilidade de trocar tais matérias-primas, sobretudo algodão, por peças de artilharia, carros de combate e outros petrechos bélicos para o Exército e a Marinha, *im Kompensationswege*, afigurava-se sobremodo atraente, pois o Brasil precisava rearmar-se e não dispunha de divisas para fazê-lo, constrangido, como ainda estava, pela grave crise cambial, que o estrangulamento de suas exportações de café acarretara.

Os Estados Unidos, embora obtivessem do Brasil, em 1935, um Tratado de Comércio, com a cláusula de nação mais favorecida, bastante vantajoso para os seus interesses, continuaram a pressioná-lo, por modo a impedir a renovação do Acordo dos *marcos compensados*. O Secretário de Estado, Cordel Hull, declarou que o Governo norte-americano, "em princípio", não se opunha a um Acordo entre o Brasil e a Alemanha, desde que "em bases liberais"[47]. O que não aceitava, sim, eram os termos do ajuste, mediante marcos de compensação, pois instituíam um comércio especial, a deslocar os produtos norte-americanos do mercado brasileiro[48]. Esta, aliás, era a avaliação do Embaixador dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, Hugh Gibson. Ele alertara o Departamento de Estado, anteriormente, ao mostrar que aquele Acordo, se efetivado, "acentuaria o pronunciado progreqsso da Alemanha, já realizado às custas dos interesses dos Estados Unidos"[49]. E previra que, "em um período relativamente curto, veremos a Alemanha ocupando o primeiro lugar, ao invés dos Estados Unidos, e a explusão de vários empreendimentos norte-americanos do mercado brasileiro"[50]. Com efeito, a execução do Acordo dos *marcos compensados* mudou a situação. A Alemanha efetivamente ultrapassou os Estados Unidos e conquistou o primeiro lugar como fornecedor do Brasil. Sua participação nas importações brasileiras, da ordem de 14% em 1934, saltou para 25%, em 1938, enquanto a dos Estados Unidos, apesar do Tratado de Comércio, apenas subiu de 23,67% para 24,02% e a da Grã-Bretanha despencava de 17,14% para 10,04%, abaixo da Argentina (11,08%)[51].

Diversos fatores concorreram para que ela assumisse essa supremacia. Um deles foi o fato de contar com importantes conexões no Brasil, onde 100.000 alemães de primeira geração (*Reichsdeutsche*) e 800.000 alemães-brasileiros (*Volksdeutsche*), a representarem cerca de 3% da população (pouco mais de 30 milhões de habitantes na primeira metade dos anos 30), formavam próspero mercado de consumo e muitos deles possuiam tradicionais e sólidas empresas, que participavam ativamente de sua economia e do seu comércio exterior. Os alemães tinham ainda um controle quase absoluto sobre os meios de transporte aéreo no Brasil. Em 1927, fundaram as suas primeiras companhias de aviação, a Condor e a Viação Aérea Riograndense (VARIG),

como filiais da Lufthansa, e alemães-brasileiros, em 1934, criaram a VASP, com o apoio dos Estados de São Paulo e Goiás[32]. Nem a Grã-Bretanha nem os Estados Unidos dispunham de semelhantes suportes no Brasil. E tampouco lhe ofereciam mais vantagens do que a Alemanha. Pelo contrário, a Grã-Bretanha tratava de obstaculizar a entrada de suas exportações, em virtude da *imperial preference* dada aos produtos das próprias colônias, e os Estados Unidos somente se interessavam pelas transações nas quais pudessem obter rápido retorno do capital e reter seus lucros nos bancos de New York. A Alemanha era, àquela época, a única potência que vendia a prazos mais longos, de um a cinco anos, concedia créditos anuais, bem como estimulava, com a sua política comercial, o desenvolvimento de indústrias no Brasil. E, além do mais, importava crescentes quantidades de quase todos os seus produtos (o que a Grã-Bretanha não fazia) e não preponderantemente de café e cacau (como os Estados Unidos), o que a convertia, sem dúvida alguma, no melhor parceiro comercial do Brasil, cujos esforços se orientavam então no sentido de diversificar tanto as exportações quanto os clientes, a fim de reduzir sua dependência em relação ao mercado norte-americano. A Alemanha tornara-se assim não apenas o segundo maior mercado de consumo para o café, o cacau (abaixo dos Estados Unidos) e as madeiras (superada pela Argentina) do Brasil, mas, também, seu principal cliente de peles, couros, borracha, laranjas e tabaco, bem como de algodão. Este artigo, que os Estados Unidos, como grandes produtores, não importavam, saltou, entre 1932 e 1936, do nono para o segundo lugar, na classe das matérias-primas vegetais exportadas pelo Brasil[33]. E sua participação no total das compras efetuadas pela Alemanha pulou de menos de 1%, no período de 1932 a 1934, para 27%, em 1935, e 32%, em 1938, enquanto a dos Estados Unidos decaía de 78%, até 1933, para menos de 60%, em 1934, e aproximadamente 24%, em 1935, a causar-lhes enorme prejuízo, da ordem de US$ 20 milhões[34].

O comércio de compensação afetou seriamente os interesses dos Estados Unidos, que passaram a enfrentar a competição, tanto com a Alemanha quanto com o Brasil, em seus respectivos mercados. Mas foi o que possibilitou a esses dois países superarem uma situação de extrema escassez de divisas e, fomentando um intercâmbio reciprocamente fundamental, atenderam às suas inadiáveis demandas de importações. A Alemanha adquiriu os estoques de algodão e de outras matérias-primas, assim como de gêneros alimentícios, cada vez mais necessários, em conseqüência de sua expansão, ao anexar a Áustria e invadir a Tchecoslováquia. E o Brasil teve condições de obter, por outro lado, peças de artilharia, carros de combate, torpedos e muitos outros petrechos bélicos de que urgentemente carecia, naquela emergência, para o rearmamento e a modernização do Exército e da Marinha, e a Grã-Bretanha e os Estados Unidos não podiam e/ou não desejavam fornecer. Esse mais e mais estreito relacionamento comercial, a densar os interesses político, mostrou então aos governos do Rio de Janeiro e de Berlim a conveniência de elevar suas representações diplomáticas ao nível de embaixada, o que ocorreu em meados de 1936. O diplomata José Joaquim Moniz de Aragão, já a exercer em Berlim a função de Ministro Plenipotenciário, passou a ocupar o posto de Embaixador, enquanto Karl Ritter, chefe do Departamento de Economia do Auswärtiges Amt, foi designado para assumir a mesma posição no Rio de Janeiro. E, a partir daí, a Alemanha propôs que o Brasil aderisse, formalmente, ao Pacto Anti-Komintern, ou seja, ao Eixo Berlim-Roma-Tóquio[35], e lhe ofereceu toda a cooperação econômica, na execução de gandes projetos de desenvolvimento, visando a

criar, a médio e a largo prazos, maiores condições de segurança e defesa, conforme as suas Forças Armadas reivindicavam. As firmas Stahlunion, Siemens, Demag e Krupp, que possuiam jazidas de ferro no Brasil e exportaram, em 1937, cerca de 60.000 toneladas do minério para a Alemanha, dispuseram-se a financiar a instalação de um complexo siderúrgico, no que a United States Steel Co. e outras empresas norte-americanas sempre se recusaram a investir, bem como a construção de moderno porto marítimo, de um arsenal de Marinha e de uma fábrica de armas leves. Alguns desses projetos, como o arsenal de Marinha, na ilha das Cobras (Rio de Janeiro), concretizaram-se, graças aos marcos compensados. Outros não. A implantação do complexo siderúrgico defrontou-se com fortes obstáculos, conquanto a Krupp admitisse que o Brasil pagasse 3/4 do seu custo total (cerca de 8 milhões de libras esterlinas), com marcos compensados *(Verrechnungsmark)*, o que ele facilmente poderia obter, mediante o aumento das exportações de café e algodão para a Alemanha[56]. A inabilidade do Embaixador Karl Ritter, ao provocar forte atrito diplomático com o Chanceler Oswaldo Aranha por causa do fechamento do Partido Nazista no Brasil e de outras medidas repressivas contra os agentes do Terceiro Reich, o agravamento das tensões internacionais, a desencadear a II Guerra Mundial, e, *last but not least*, as pressões dos Estados Unidos impediram que o Governo de Getúlio Vargas, profundamente dividido, tomasse uma decisão. Entretanto, como nem a United States Steel nem qualquer outra empresa norte-americana queriam fazer esse investimento no Brasil, Franklin D. Roosevelt, Presidente dos Estados Unidos, temeu que aqueles entendimentos com a Krupp se consumassem, o que fortaleceria os setores nazi-fascistas do Governo de Vargas e permitiria à Alemanha predominar, por muitos anos, sobre a vida econômica e militar do Brasil[57], o país estrategicamente mais importante da América do Sul. E, em tal circunstância, o conflito militar inevitavelmente se estenderia ao Continente, pois as Forças Armadas brasileiras tenderiam a favorecer o Terceiro Reich, cujas tropas, já a ocuparem o norte da África, poderiam atravessar, sem maiores resistências, o Atlântico Sul. E essa possibilidade foi que induziu o Presidente Franklin Roosevelt, a fim de obter pacificamente a cooperação do Brasil e evitar uma conflagração na retaguarda dos Estados Unidos,a autorizar, em 1940, a concessão de um crédito de US$ 20 milhões para que uma empresa estatal (Companhia Siderúrgica Nacional), criada então pelo Governo de Vargas, construisse em Volta Redonda o maior complexo siderúrgico da América Latina. De qualquer forma, ao avigorar-lhe o poder de negociação, a Alemanha colaborou para que o Brasil, naquela emergência, alcançasse o seu objetivo de desenvolvimento.

Os Estados Unidos já então se preparavam para participar outra vez do conflito armado na Europa. O Embaixador do Brasil em Washington, Carlos Martins, previu que, "em futuro próximo, (...) teremos uma guerra que eles levarão ao Velho Mundo, como uma cruzada, com o lema de que é a América que irá libertar a Europa do jugo alemão"[58]. E Vargas estava consciente de que o Brasil, como em 1917, não teria alternativa senão acompanhá-los. Era uma fatalidade geopolítica, devido ao fato de ocupar fundamental posição estratégica no Atlântico Sul e à sua forte dependência em relação ao mercado norte-americano, que o bloqueio promovido pela Grã-Bretanha tornou praticamente absoluta, ao interromper quase todo o comércio com a Alemanha, inclusive o recebimento pelo Brasil de parte do material bélico encomendado à Krupp desde 1937. Vargas protestou, e proferiu violento discurso, "em defesa do direito fundamental que nos

cabe de provermos a nossa própria segurança, libertando-nos da tutela que se arrogam *os grandes em face dos pequenos desarmados*"[59]. O Governo de Londres, em virtude da mediação de Washington, liberou, finalmente, o cargueiro apresado – *o Siqueira Campos* – embora advertisse que não permitiria o outro navio, o *Bagé*, que também transportava armamentos da Krupp para o Brasil, atravessar o bloqueio e ele teve de os descarregar em Lisboa, onde ficaram estocados. Este incidente irritou tanto o General Eurico Dutra, Ministro da Guerra e simpatizante do Terceiro Reich, que o levou a advogar atos de retaliação, como o rompimento de relações diplomáticas com a Grã-Bretanha. No entanto, o Brasil cedia cada vez mais às pressões para cooperar com os preparativos de guerra, que os Estados Unidos já realizavam. No curso de 1941, comprometeu-se, inclusive, a arrendar-lhes bases aéreas e navais, ao longo do litoral do Atlântico Sul, ante a real possibilidade de que os militares norte-americanos, conforme ameaçavam, tomassem a iniciativa de invadir o Nordeste e apossar-se, pela força, da região, uma vez que a consideravam fundamental para a defesa do Continente, dada a sua confrontação com a África[60].

Assim, quando o ataque japonês à base norte-americana de Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, proporcionou a Roosevelt o pretexto que ele esperava para vencer a resistência dos insolacionistas e justificar a intervenção aberta dos Estados Unidos, ao lado da Grã-Bretanha, na guerra da Europa, cada vez mais difícil se tornou para o Brasil manter a neutralidade, conquanto os Generais Eurico Dutra, Goes Monteiro, este Chefe do Estado-Maior do Exército, e muitos outros continuassem a defendê-la. O Brasil teve de romper relações diplomáticas e comerciais com as potências do Eixo, em 1942, como demonstração de solidariedade com os Estados Unidos, por causa do ataque a Pearl Harbor. E a Alemanha avaliou que essa medida equivalia a "um tipo de estado de guerra latente", ao qual, facilmente, uma guerra *de facto* se seguiria segundo o Embaixador Kurt Prüffer já advertira, em carta particular, ao Chanceler Oswaldo Aranha[61]. Com efeito, seus submarinos, bem como os italianos, começaram a atacar os navios mercantes brasileiros e afundaram cerca de 20, entre fevereiro e agosto de 1942, o que provocou o clamor público, com manifestações de rua, e compeliu o Governo de Vargas, conquanto os Generais Eurico Dutra e Goes Monteiro ainda recalcitrassem, a abandonar a neutralidade, formalizando uma situação *de facto*, o estado de beligerância. A declaração de guerra apenas à Itália e à Alemanha, sem incluir o Japão, que não atacara qualquer dos seus navios, evidenciou que o Brasil não pretendera envolver-se, efetivamente, nas hostilidades e que decidia fazê-lo não por solidariedade com os Estados Unidos e sim porque sofrera uma agressão direta daqueles dois países. De qualquer forma, porém, o Governo de Vargas, a partir daí, não teve alternativa senão também passar às ações da guerra econômica, contrária aos interesses de muitos setores nacionais, e aplicou a *black list*, imposta, como em 1917-1918, pela Grã-Bretanha e pelos Estados Unidos, visando a eliminar os investimentos da Alemanha no Brasil. Além de determinar o apresamento de aproximadamente 16 navios alemães surtos nos portos brasileiros (outros escaparam ou auto-afundaram-se), cancelou o contrato com a Krupp, suprimiu as linhas aéreas da LATI (Linhas Aéreas Transcontinentais Italianas) e da Condor, subsidiária da Lufthansa, liquidou o Banco Alemão Transatlântico, o Banco Germânico da América do Sul e o Banco Francês e Italiano, bem como nacionalizou muitas empresas alemães e confiscou valiosos edifícios no Rio de Janeiro. E tratou de levar às últimas conseqüências a participação do Brasil no conflito, a fim de obter ainda mais

armamentos modernos para o Exército e ter alguma influência nas conversações de paz, ao enviar uma Força Expedicionária, integrando o V Corpo do Exército norte-americano, para os campos de combate na Itália.

Os aliados, ao vencerem, em 1945, a Segunda Guerra Mundial, destruíram o Terceiro Reich e transformaram a Alemanha no principal cenário de tensões e conflitos, com a disputa pela hegemonia mundial entre os dois maiores vencedores – a União Soviética e os Estados Unidos – cujos sistemas econômicos e sociais se contrapunham e se antagonizavam. O país, menos de cem anos depois de sua unificação (1871), partiu-se, outra vez, em conseqüência da *guerra fria,* que aquelas duas grandes potências começaram então a travar. E, em 1949, dois Estados alemães, não só distintos como política e ideologicamente rivais, constituiram-se: a República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental), nos territórios sob controle dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França; e a República Democrática Alemã (Alemanha Oriental), nas regiões ao leste, abrangendo a antiga Prússia, sob o domínio da União Soviética. A divisão bipolar do mundo reproduziu-se, assim, dentro de suas fronteiras e seccionou a própria capital do Reich, Berlim, conquanto ela se situasse na parte ocupada pelas tropas do Exército Vermelho.

O Brasil, a acompanhar as democracias do Ocidente, reconheceu apenas a República Federal da Alemanha e os dois países, em 17 de agosto de 1950, firmaram um Tratado de Comércio. Pouco tempo depois, Vargas voltou ao poder, no Rio de Janeiro, e orientou seus esforços no sentido de buscar fontes alternativas de investimentos e tecnologias na Europa, a fim de reduzir a extrema dependência do Brasil em relação aos Estados Unidos e impulsionar a sua industrialização. O problema já não era, como na década de 1930, a implantação da siderúrgica, na qual a United States Steel se recusava a investir, mas, sim, o da capacitação tecnológica do Brasil no setor da energia nuclear. Por isto, convencido de que os Estados Unidos queriam apenas explorar os materiais atômicos existentes no Brasil, sem fornecer-lhe uma compensação específica, ou seja, conhecimentos tecnológicos, Vargas autorizou o Almirante Álvaro Alberto, Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), a iniciar entendimentos com cientistas alemães – os Professores Wilhelm Groth, do Instituto de Físico-Química da Universidade de Bonn, Konrad Beyerle, da Sociedade Max Planck para o Progresso da Ciência, e Otto Hahn, responsável pela fissão nuclear – os quais aperfeiçoavam o processo para separar o isótopo 235, mediante a ultracentrifugação do fluoreto de urânio. Como a República Federal da Alemanha ainda se encontrava sob regime de ocupação militar e estava proibida pelos Aliados de realizar trabalhos no campo da energia nuclear, aqueles cientistas, por encomenda de Vargas, encarregaram, secretamente, 14 diferentes empresas de fabricarem as peças para a montagem de três ultracentrífugas, que seriam instaladas no Brasil, onde a usina funcionaria, a produzir urânio enriquecido, matéria-prima necessária à operação de reatores e à construção de artefatos atômicos. Porém, todo o esforço se perdeu. O Professor James Conant, Alto Comissário dos Estados Unidos na Alemanha Ocidental, recebeu informações dos serviços de inteligência e deu ordens ao Brigadeiro Harvey Smith, da Grã-Bretanha e membro do Military Board Security, para que apreendesse todo o material, quando este, no porto de Hamburgo, já estava pronto para embarcar com destino ao Brasil[62]. O fato ocorreu em julho de 1954. Um mês depois, Vargas suicidou-se, em meio de uma crise política e

militar, ao perceber que não tinha condições de resistir ao golpe de Estado, que se articulava para o afastar outra vez da Presidência da República.

O Vice-Presidente José Café Filho, ao sucedê-lo no governo, modificou seus critérios de política atômica e firmou com os Estados Unidos o Programa Conjunto de Cooperação para Reconhecimento dos Recursos de Urânio e o Acordo de cooperação para Usos Civis de Energia Nuclear. Juscelino Kubitschek, que venceu as eleições e assumiu, em 1956, a Presidência do Brasil, denunciou-os e autorizou a importação dos equipamentos encomendados por Vargas e já liberados, uma vez que, em 1955, a República Federal da Alemanha readquiria sua soberania, com o término do regime de ocupação. Mesmo assim, as usinas pilotos para a separação de isótopos e produção de urânio metálico, nuclearmente puro, não foram instaladas e a política atômica, elaborada pelo Almirante Álvaro Alberto, não teve condições de prosseguir, em virtude, provavelmente, das incessantes e irresistíveis pressões dos Estados Unidos. De modo geral, porém, o Presidente Juscelino Kubitschek, comprometido com a obra de Vargas, não só manteve como tratou de intensificar, desde o início de sua administração (1956-1961), a luta pelo desenvolvimento do Brasil. Logo após vencer as eleições de 1955, ele viajou aos Estados Unidos, em busca de cooperação econômica, mas não encontrou receptividade para o seu Programa de Metas, que visava a promover, em 5 anos de governo, 50 anos de progresso. Os norte-americanos, conforme, posteriormente, o próprio Kubitschek revelou, "não viram nem ouviram com bom grado" seu propósito de acelerar a industrialização do Brasil e não se dispuseram a fazer investimentos[63]. A Ford e a General Motors, por exemplo, recusaram-se a aplicar capitais para a implantação da indústria automobilística no Brasil alegando que não havia mercado suficiente, capaz de absorver a sua produção[64]. No entanto, Kubitschek executou o Programa de Metas. E teve êxito em seus esforços para impulsionar o desenvolvimento nacional, devido, em larga medida, à recuperação econômica da Europa Ocidental, sobretudo da República Federal da Alemanha, que, em pelo *boom*, o chamado *milagre alemão*, voltava a competir no mercado mundial e começava a quebrantar o absoluto domínio, como fonte de capitais e de tecnologia, alcançado pelos Estados Unidos, com a vitória na Segunda Grande Guerra. E um país como o Brasil, cuja produção siderúrgica, em larga escala, possibilitava a expansão da indústria pesada, constituía para ela, interessada em recuperar suas posições na América Latina, excelente opção de investimento.

Os capitais alemães passaram, desde aquela época, a afluir cada vez mais para o Brasil, onde expandiram diversos setores industriais, inclusive a produção de automóveis, na qual as empresas Volkswagen, Mercedes Benz e DKV-Vemag, ao lado da Renault (francesa) e da Alfa-Romeo (italiana), investiram, a fim de ocuparem o mercado interno, sob proteção aduaneira, o que fez as importações oriundas dos Estados Unidos e de outros países diminuirem e, finalmente, cessarem. Assim, de 1951 a 1961, principalmente durante os cinco anos do Governo de Kubitschek, a República Federal da Alemanha destinou ao Brasil o equivalente a cerca de 598 milhõs de marcos, ou seja, a maior parcela (17,6%) do total dos seus investimentos no exterior[65]. E o *rush* dos capitais europeus, os alemães liderando, foi o fator que concorreu, decisivamente, para induzir os norte-americanos e também instalarem fábricas no Brasil, uma vez que não mais o podiam conservar como mercado de consumo para as suas manufaturas. O Governo do Marechal Castelo Branco (1964-1967), instituído com o golpe militar de 1964,

favoreceu-os, ao forçar algumas empresas européias, como a Renault (francesa), DKV-Vemag (alemã) e Alfa-Romeo (italiana) a se retirarem do Brasil, abrindo espaço para que a Chrysler, General Motors e Ford, norte-americanas, entrassem no mercado nacional da indústria automobilística, quando ele já se apresentava bastante lucrativo. A insistência dos Estados Unidos em limitar a capacitação das Forças Armadas brasileiras às tarefas de contra-insurreição e de defesa interna, negando-se a fornecer-lhes armamentos mais modernos e sofisticados, ao mesmo tempo em que obstaculizava o acesso do Brasil às tecnologias sensíveis, como o domínio da energia nuclear, concorreu porém para que o regime autoritário, a partir da administração do Marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969), buscasse nos países da Europa Ocidental não só novas fontes de suprimentos militares como cooperação científica e tecnológica, de modo a impulsionar o desenvolvimento de sua própria indústria de material bélico. O fato de que o Brasil se recusou, então a subscrever o Tratado de Não-Proliferação das Armas Nucleares (1967) ampliou ainda mais as desavenças com os Estados Unidos. O Governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), embora não recuasse da repulsa ao TNP, aceitou um entendimento, ao comprar, em 1972, da firma norte-americana Westinghouse uma usina, que seria instalada em Angra dos Reis (Rio de Janeiro). Mas as Forças Armadas não se conformaram. Ela não permitia a transferência da tecnologia do átomo. Além do mais, a dependência em relação aos Estados Unidos para os suprimentos de urânio enriquecido colocava o Brasil em posição bastante vulnerável, conforme a experiência confirmou. Em março de 1974, alegando problemas burocráticos, a Atomic Energy Commission dos Estados Unidos, suspendeu o fornecimento de urânio enriquecido à República Federal da Alemanha, o que obrigou o Governo de Bonn a utilizar suas reservas, por modo a evitar a paralisação dos reatoreqs da RWE (Reinisch Westfälische Elektricitätsgesellschaft)[66]. E, pouco tempo depois, colocou sob ressalva contratos para o abastecimento de 45 reatores estrangeiros, entre os quais o da Westinghouse comprado pelo Brasil, com a explicação de que as demandas comerciais de urânio enriquecido ultrapassavam sua capacidade de produção[67]. O Governo do General Ernesto Geisel (1974-1979) retomou então os entendimentos com os países da Europa Ocidental. Somente a República Federal da Alemanha se mostrou realmente disposta a negociar um acordo profundo e integrado, visando à implantação, no Brasil, de todo o ciclo da tecnologia nuclear, desde a pesquisa e lavra do urânio até o seu enriquecimento, produção dos elementos combustível e reprocessamento, além da fabricação de reatores a urânio enriquecido. E, em 27 de junho de 1975, os Chanceleres Hans Dietrich Gensher, da República Federal da Alemanha, e Antônio Azeredo da Silveira, do Brasil, firmaram o Acordo Nuclear, que previa a instalação de uma usina de enriquecimento de urânio, através do processo de jatos centrífugos *(jet nozzle)*, desenvolvido, desde 1970, pelo Centro de Pesquisa Nuclear de Karlsruhe, e de oito usinas termonucleares, cada uma com capacidade de 1,2 milhão de KW, cuja construção e montagem contariam com a crescente participação da engenharia e da indústria brasileiras.

Os Estados Unidos reagiram duramente e a campanha em defesa dos direitos humanos, que o Presidente James Earl Carter (1976-1980) desencadeara, entrançou-se com as pressões contra o Acordo Nuclear, adensando ainda mais o seu contencioso com o Brasil, onde o regime autoritário continuava a vigorar. Entretanto, os entendimentos com a República Federal da Alemanha constituíram um dos fatores que mais concorreram,

àquela época, para assegurar a redemocratização do Brasil, porque nem o Partido Social-Democrata, no poder, e seu aliado, o Partido Liberal, nem a União Democrata-Cristã, na oposição, podiam concordar, sobretudo em face da opinião pública nacional e internacional, com a transferência de tecnologia nuclear para um país que nem sequer respeitava suas próprias normas jurídicas, funcionava em permanente regime de exceção. O Acordo Nuclear e o Ato Institucional no. 5, com todo o seu instrumental de arbítrio, não podiam coexistir. E tanto o Primeiro-Ministro Helmut Schmidt quanto Willy Brandt, Presidente do Partido Social-Democrata e da Internacional Socialista, abordaram diretamente o problema, quando o Presidente Geisel visitou Bonn, em março de 1978.

O que realmente estava por trás da forte reação dos Estados Unidos era, em larga medida, a rivalidade comercial com a República Federal da Alemanha e, de certo modo, com o Brasil, empenhado em conquistar o *status* de potência mundial, mas os interesses econômicos e políticos, que as *relações especiais* entre esses dois países envolviam, não permitiam que eles cedessem às pressões. Com o Acordo Nuclear, a República Federal da Alemanha tanto tratava de garantir, a longo prazo, os suprimentos de urânio para a sua produção energética quanto visava a consolidar e a ampliar sua posição como o segundo maior parceiro econômico do Brasil, que oscilava entre o terceiro e o quinto lugar nas estatísticas dos seus investimentos externos[68] e passaria a receber toda a tecnologia necessária à implantação de uma indústria nuclear autônoma, capaz de abastecer, futuramente, a América Latina e outras regiões do Terceiro Mundo.

Conquanto as dificuldades financeiras, provocadas, no início dos anos 80, pela recessão mundial e o conseqüente agravamento da crise da dívida externa, desacelerassem as obras de construção das usinas termonucleares, os dois países alcançaram, de alguma forma, os seus objetivos. O fluxo dos capitais alemães para o Brasil voltou a crescer e sua participação subiu de 11,4%, em 1974, para 13,25%, em 1983, e 14% do total dos investimentos estrangeiros registrados naquele país, em 1989, enquanto a norte-americana, antes de quase 50%, continuou a cair, baixando de 36,3% para 31,82% e 25% no mesmo período[69]. As atividades de prospecção e pesquisa de urânio elevaram as reservas do Brasil, da ordem de 11.140t, conhecidas em 1875, para cerca de 301.290, dez anos depois da assinatura do Acordo Nuclear, ao mesmo tempo em que a construção do complexo Mínero-Industrial de Poços de Caldas, inaugurado em 1982, possibilitava a exportação, inclusive para a Argentina, Grã-Bretanha e França, de 670t de concentrado de urânio, até 1985[70]. E a transferência da tecnologia do enriquecimento do urânio também se efetivou. Dentro de um Programa Nuclear Paralelo, que as Forças Armadas Brasileiras, a fim de evitar o controle e salvaguardas impostos pela Agência Internacional de Energia Nuclear (AIEA), organizaram, o Instituto de Pesquisa em Energia Nuclear (IPEN), vinculado à Comissão Nacional de Energia Nuclear. Sob a direção da Marinha o IPEN, dedicou-se à construção de reatores do tipo PWR *(pressurized water reactor)*, com 38 a 40 MW de potência, para equipar submarinos nucleares, e conseguiu, em 1987, o domínio completo da tecnologia do enriquecimento do urânio, através do processo de ultracentrifugação, o mesmo que, trinta e quatro anos antes, o Almirante álvaro Alberto, durante o segundo Governo de Vargas, intentara transferir para o Brasil e os Estados Unidos obstaram. Esse feito se deveu, de alguma forma, ao entendimento com a República Federal da Alemanha. Embora só se referisse,

explicitamente, ao processo de jatos centrífugos (*jet nozzle*), que não estava sujeito a sigilo militar por não produzir a concentração necessária à confecção de explosivos atômicos, o Acordo Nuclear de 1975, segundo o ex-Chanceler Azeredo da Silveira revelou, em 1987, foi o que permitiu a transferência para o Brasil da tecnologia da ultracentrifugação, utilizada, aliás, pela Urenco, consórcio do qual a República Federal da Alemanha, Grã-Bretanha e Holanda participavam, para a produção de urânio enriquecido na Europa. Com efeito, o Protocolo Industrial, firmado no âmbito do Acordo Nuclear, possibilitava também a transferência da tecnologia da ultracentrifugação, o que ocorreu mediante o envio, para treinamento na República Federal da Alemanha, de técnicos, que, não estando sob salvaguardas, passaram a trabalhar no Programa Nuclear Paralelo ao regressarem ao Brasil[71]. Por outro lado, a cooperação da Deutsche Forschungs und Versuchanstalt für Luft und Raumfahrt com o Centro Técnico Aeroespacial, vinculado ao Ministério da Aeronáutica, possibilitou que o Brasil dominasse *também a tecnologia de veiculos lançadores de satélites (foguetes), destinados à* pesquisa da atmosfera, e lançasse, em fins de 1985, o Sonda IV, com um equipamento inteligente e um sistema de sensores especiais, demonstrando que já tinha condiçõeqs de fabricar mísseis de maior alcance. Uma vez mais, assim, a Alemanha repreentou um elemento de fundamental importância para a política exterior do Brasil, cujos esforços sempre se orientaram, pelo menos desde 1930, no sentido de vencer os obstáculos impostos à sua capacitação tecnológica e ao seu desenvolvimento econômico.

Notas

01 – *COPIA der Newen Zeytung auss Presillg Landt.* Nürnberg, Hieronymus Höltzel, 151 – *IN Brasilien-Bibliotek der Robert Bosch GmbH.* Katalog Band I, Deutsche Verlags-Anstalt, Stuttgart, 1983, pp. 5 e 6.

02 – FERREIRA LIMA, Heitor – *História Político-Econômica e Industrial do Brasil,* 2a. edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1976, pp. 159 a 165.

03 – "Exposição" Peter Peycke ao Imperador D. Pedro I, Salvador, março de 1826, MINNEMANN, Herbert *IN Handels – und Schiffahrtsvertrag zwischen den freien und Hamburg, und Sr. Majestät dem Kaiser von Brasilien, unterzeichnet zu Rio de Janeiro am 17 November 1827.* (Edição em português e alemão), Institut für Iberoamerika-Kunde, Hamburg, 1977, pp. 23 e 24.

04 – "Brasiliens Verhältnis zu Deutschland in National-Öconomischer Hinsicht" – exposição do Senador Johann Karl Friedrich Gildmeister ao Príncipe Metternich, junho de 1826 *IN* MINNEMANN, op. cit., pp. 27 a 31.

05 – ID., IBID.

06 – "Exposição" Peter Peycke ao Imperador D. Pedro I, IBID.

07 – "Brasiliens Verhältnis zu Deutschland in National-Öconomischer Hinsicht", IBID.

08 – IBID.

09 – IBID.

10 – IBID.

11 – Relatório do Senador Gildmeister ao Senado de Bremen, IBID., pp. 115 a 125.

12 – BRUNN, Gerhard – *Deutschland und Brasilien (1889-1914)*, Böhlau Verlag, Köln, 1971, pp. 5 a 7.

13 – HILFERDING, Rudolf – *Das Finanzkapital*, Band II, Europäische Verlagsanstalt, Frankfurt am Main – Köln, 1968, p. 411.

14 – BRUNN, R., op. cit., pp. 16 e 17.

15 – ID., p. 25.

16 – ID., p. 5; MENEZES, Albene Miriam Ferreira – *Die Handels – beziehungen zwischen Deutschland und Brasilien in den jahren 1920-1950 unter besonderer berücksichtigungs des kakaohandels (Dissertation zu Erlangung der Würde des Doktors der Philosophie der Universität Hamburg)*, Hamburg. 1987, p. 2.

17 – Despacho do Consulado em São Paulo ao Ministère des Affaires Étrangères de France, São Paulo, 30.7.1895 – Brésil – Nouvelle Série – Correspondence Politique du Consul – 1866-1895, vol. 1, Archive du Ministère des Affaires Étrangères de France.

18 – IBID.

19 – Despacho no. 55, William Haggard para Edward Grey, Petrópolis, 8.7.1907 – File 26088 – PRO-FO 371-200.

20 – Ofício, Assis Brasil, Ministro em Washington, ao Chanceler Olynto de Magalhães, Washington, 16.5.1900, Arquivo Histórico do Itamaraty – 234/1/1; *Washington Post*, Washington, 8.5.1901; *New York Herald*, New York, 9.5.1901; 10.5.1901; 15.6.1901; 18.6.1901; 12.3.1902.

21 – Ofício, Assis Brasil a Olynto de Magalhães, Washington, 12.5.1901, AHI – 234/1/1.

22 – Telegramas Barão do Rio Branco a Joaquim Nabuco, Embaixador em Washington, Rio de Janeiro, 9.12.1905 e 12.12.1905; Ofícios, Nabuco a Rio Branco, Washington, 16.12.1905 e 19.12.1905; Nota de Elihu Root, Secretário de Estado, a Nabuco, Washington, 11.12.1905, AHI – 234/1/3.

23 – *New York Times*, New York, 12.10.1905.

24 – Despacho no. 89, Milne Cheeham a Sir Edward Grey, Petrópolis, 22.9.1908, Public Record Office – Foreign Office 371-403, File 35292.

25 – Valentim BOUÇAS – *História da Dívida Externa*, 2a. edição, Edições Financeiras S.A., Rio de Janeiro, 1950, pp. 214 e 215; Baron D'Anthouard – *Le Progrès Bréslien*, Plon-Nourrit et Cie., Imprimeurs-Éditeurs, Paris, 1911, pp. 78 e 79, annexe 12, pp. 394 a 396.

26 – Telegrama do Barão de Rothschild para o Ministro da Fazenda do Brasil, 30.10.1905, Rothschild Archives – London XI/8/4.

27 – Despacho no. 84, Legação da República Francesa no Brasil ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Petrópolis, 19.7.1908, Brésil-Nouvelle Série, vol. 11, pp. 150 a 160; Despacho no. 84, reservé, D'Anthouard ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, p. 14; Despacho no. 311, Manneville ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Londres, 28.7.1908, Brésil – Nouvelle Série – Politique Étrangère – Dossier Général, vol. 22, p. 16 – AMAE-F; Despacho (confidencial) Milne Cheeham a Sir Edward Grey, Petrópolis, 13.10.1908 – PRO-FO 371/403 XC/A/035202.

28 – Despacho no. 84, Legação da República Francesa no Brasil ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 19.7.1908, Brésil – Nouvelle Série, vol. 11, pp. 150 a 160.

29 – Despacho no. 311, Manneville ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Londres, 28.7.1908, Brésil-Nouvelle Série – Politique Étrangère – Dossier Général, vol. 22, p. 16.

30 – Despacho no. 397, Embaixada da República Francesa em Berlim ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Berlim, 19.7.1910, Brésil – Nouvelle Série – Politique Étrangère – Dossier Général, vol. 22, p. 89 et verse.

31 – BRUNN, Gerhard – (Deutscher Einfluss und Deutsche Interessen in der Professionalisierung Einiger Lateinamerikanischer Armeen vor dem 1. Weltkrieg (1885-1914) *IN Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, Band 6, Böhlau Verlag, köln, 1969, pp. 328 a 331.

32 – MENEZES, A. M. F., op. cit., pp. 2 e 3; BRUNN, G. – *Deutschland und Brasilien*, pp. 232 a 241.

33 – Despacho no. 121, Arthur Peel a Lord A. J. Balford, Petrópolis, 27.12.1917, PRO-FO 505/360, 034933.

34. Aviso no. 4 do Ministério das Relações Exteriores ao Ministério dos Negócios da Fazenda, Rio de Janeiro, 7.6.1918, a) Nilo Peçanha IN Ministério das Relações Exteriores – Guerra da Europa – Documentos Diplomáticos – Attitude do Brasil, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1918, pp. 97.

35 – Despacho no. 106, Peel a Balford, Rio de Janeiro, 17.11.1917, PRO-FO 505/360 034933.

36 – Despacho no. 121, Peel a Balford, Petrópolis, 17.12.1917, PRO-FO 505/360 034933.

37 – Despacho no. 106, Peel a Balford, Rio de Janeiro, 17.11.1917, PRO-FO 505/360 034933.

38 – Despacho no. 121, Peel a Balford, Petrópolis, 17.12.1917, PRO-FO 505/360 034933.

39 – Despacho no. 106, Peel a Balford, Rio de Janeiro, 17.11.1917, PRO-FO 505/360 034933.

40 – Decreto no. 3393, 16.11.1917 *IN Ministério das Relações Exteriores – Guerra da Europa – Documentos diplomáticos – Attitude do Brasil*, 1918, pp. 99 e 100.

41 – NORMANO, J.F. – *A Evolução Econômica do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1939, pp. 291.

42 – MENEZES, A.M.F., op. cit., p. 3.

43 – MANCHESTER, Alan K. – *Preeminência Inglesa no Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1973, p. 284.

44 – Id., Ibid.

45 – TAUNAY, Afonso de E. D. – *História do Café no Brasil*, Edição do Departamento Nacional do Café, Rio de Janeiro, 1939, vol. III, p. 62.

46 – Carta de Getúlio Vargas a Oswaldo Aranha, Rio de Janeiro, 30.10.1934, Documento 43B, vol. XVI, Arquivo de Getúlio Vargas.

47 – Telegrama de Cordel Hull a Scoteen, Washington, 23.4.1937 *IN Papers Relating to the Foreign Relations of the United States*, 1936, p. 256.

48 – Id., Ibid.

49 – Telegrama de Hugh Gibson, Embaixador norte-americano no Rio de Janeiro, a Cordel Hull, Rio de Janeiro, 1.6.1936, Ibid., p. 261.

50 – Id., Ibid.

51 – NIEMAYER, Waldyr – *O Brasil e seu Mercado Interno – Apêndice: Brasil – EUA*, p. 142.

52 – SEITENFUS, Ricardo A. S. – *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos: 1930-1942 (O Processo do Envolvimento Brasileiro na II Guerra Mundial)*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1985, p. 98.

53 – MONIZ BANDEIRA, L. A. – *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História)*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1973, p. 255; HILTON, Stanley E. – *O Brasil e as Grandes Potências (Os Aspectos Políticos da Rivalidade Comercial – 1930-1939)*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1977, pp. 147 a 150.

54 – HILTON, S. E. – Op. cit., p. 148.

55 – SEITENFUS, R. A. S. – Op. cit., p. 90.

56 – MONIZ BANDEIRA, L. A. – Op. cit., p. 260; HILTON, S. E. – Op. cit., p. 279.

57 – MONIZ BANDEIRA, L. A. – Op. cit., p. 270.

58 – Carta de Carlos Martins, Embaixador do Brasil em Washington, a Vargas, Washington, 18.6.1940, AGV, Documento no. 97, vol. 33.

59 – Boletim Especial Secreto no. 6, exemplar no. 1, "Para o conhecimento dos Senhores Generais", a) Eurico Gaspar Dutra, AGV, Documento no. 16, vol. 35.

60 – Relatório sobre o estado dos Projetos de Defesa do Hemisfério, pelo General de Brigada Lehman W. Miller, Chefe da Missão Militar Americana no Brasil, 8.8.1941, AGV, Documento no. 5, vol. 36.

61 – Despacho de Curt Prüfer à Wilhelm-Strasse, Rio de Janeiro, 16.1.1942, secreto, *IN SEITENFUS, R. A. S.* – Op. cit., pp. 376 a 460.

62 – Ofício Almirante Álvaro Alberto a Vargas, secreto, AGV, Pasta de 1954.

63 – Entrevista do Presidente Jucelino Kubitschek ao Autor, 7.2. 1972.

64 – Id.

65 – PINTO FERREIRA – *Capitais Estrangeiros e Dívida Externa*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1965, pp. 211 e 212.

66 – MIROW, Kurt Rudolf – *Loucura Nuclear (Os Enganos do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha)*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979, p. 14.

67 – Id., p. 14.

68 – Algumas informações situam o Brasil no terceiro lugar nas estatísticas dos investimentos realizados pela República Federal da Alemanha no exterior, outras no quarto ou no quinto. Ver, por exemplo, GÖRGEN, Hermann M. – Relações Especiais e KULLAK-UBLIK, Horst (Encarregado dos assuntos da América Latina no Ministério do Exterior da RFA) – Boas Relações Políticas entre o Brasil e a República Federal da Alemanha *IN Deutsch-Brasilianische Hefte*, Jahrgang XXIV, 4-5/1985, Juli/Oktober, pp. 202 a 206 e 258 a 260.

69 – *Brasil Industrial – 1964*, vol. 1, p. 76, Anuário da Editora Banas, pp. 76. Dados também fornecidos pelo Consulado da Alemanha no Rio de Janeiro em 1974 e pela Embaixada da Alemanha em 1990.

70 – FABRICIO, Ronaldo A. C. (Diretor da Nuclebrás – Empresas Nucleares Brasileiras S.A. – e Diretor-Superintendente da Nuclen – Nuclebrás Engenharia S.A.) e HERZOG, Geroldo (Diretor da Kraftwerk Union S.A. – KWU) – Energia Elétrica para o Brasil *IN Deutsch-Brasilianische Heft*, Jahrgang XXIV, 4-5/1985, Juli/Oktober, p. 235.

71 – Entrevistas do ex-Chanceler Antônio Azeredo da Silveira ao Autor em 1977.

O FIM DO ESPAÇO INTERIMPERIAL*

Luiz A. P. Souto Maior**

Ao término da II Guerra Mundial, o cenário internacional viu-se dominado pelo surgimento de duas superpotências – os Estados Unidos da América e a União Soviética. Isto não significa que, ao encerrar-se o conflito, a posição de poder da URSS fosse comparável à dos Estados Unidos. Só a partir do momento em que os soviéticos atingiram a capacidade de contragolpe nuclear *(second strike capability)* tornou-se válido falar de paridade estratégica entre os dois polos de poder. A noção de superpotência é utilizada aqui no sentido de que, por ocasião da derrota dos países do Eixo, a assimetria de forças entre as duas principais potências e as demais já era tal que, para cada uma delas, somente a outra representava uma competidora na disputa pelo poder político.

Na luta pela hegemonia mundial inerente a esta condição de superpotências, Whashington e Moscou trataram de organizar equemas estratégicos de alianças que vieram a constituir o centro dos respectivos sistemas imperiais. Somados, os dois sistemas passaram a cobrir quase todos os países do mundo, sendo a China a exceção mais relevante. A referência a sistemas imperiais não significa que as duas novas estruturas de dominação se identifiquem com exemplos históricos de império ou sequer que ambos se organizassem de formas semelhantes entre si. Em contraste com o ocorrido no passado, os países que integravam cada um dos novos sistemas de poder conservavam todos os atributos formais de Estados nacionais. O que perdiam era a sua autonomia no exercício desses atributos: suas decisões de política externa, de defesa ou mesmo de desenvolvimento tecnológico, para mencionar setores mais evidentes, passam a ser questionadas, quando não são abertamente negadas pelo poder cêntrico.

A perda de autonomia dos países periféricos de cada um dos dois sistemas em benefício do respectivo centro de poder político e econômico é um dado objetivo comum a ambos. Esta analogia independe da nossa evidente preferência pelo modelo liberal-democrático de organização do Estado e certamente não invalida tal opção. O ponto relevante é que,

---

* Este artigo resulta da fusão e adaptação de dois outros publicados, respectivamente, no "Jornal do Brasil" e na "Revista do Clube Militar".

** Embaixador (Q.E.). As opiniões contidas neste artigo não refletem necessariamente a posição do governo brasileiro.

nos dois casos, o centro hegemônico exerce seu poder sobre os Estados periféricos com vistas a assegurar uma linha de conduta que favoreça os interesses estratégicos do respectivo sistema, inclusive a relação de subordinação centro-periferia que o sustenta. A par deste comportamento comum, inerente à condição de superpotências dos Estados Unidos e da União Soviética, as características próprias dos regimes político e econômico de cada um levou a correspondentes diferenças de organização e de funcionamento entre os sistemas imperiais americano e soviético.

Para os objetivos deste artigo não importa, porém, analisar a intimidade de cada uma das duas estruturas internacionais de poder. O importante é que a abrangência geográfica dos dois sistemas e a restrição à autonomia dos Estados periféricos de cada um deles fez com que as relações internacionais entre o fim da II Guerra Mundial e o término da década de 1980 passassem a desenvolver-se dentro de um quadro de referência balizado pelo relacionamento entre os dois centros hegemônicos – Washington e Moscou. É o que Helio Jaguaribe chamou de sistema interimperial.

Esquematicamente, pode-se dizer que cada sistema imperial tratou de ocupar o maior espaço político possível, com o cuidado apenas de evitar um enfrentamento direto com o outro. Daí decorre a grande liberdade de ação de que gozava cada um dos dois naquilo que considerava – e que era percebido pelo outro – como sua área de segurança. A brutal tranqüilidade com que os soviéticos esmagaram as aspirações de autonomia da Hungria, em 1956, e as da Tchecoslováquia, doze anos mais tarde, sem que Washington fosse muito além de protestos pró-forma, ilustra bem este tipo de comportamento. Em sentido contrário, a fria desenvoltura com que os Estados Unidos têm praticado suas intervenções na América Central, da mesma forma que a humildade com que os soviéticos retiraram os mísseis que tinham colocado em Cuba, em 1962, exemplificam o mesmo tipo de conduta. O risco de conflito apenas surge quando há, entre os dois centros, diferenças de percepção sobre o que pode ser considerado como a área de segurança, ou de influência direta de cada um. O episódio de que resultou o estabelecimento da ponte aérea de Berlim – e o risco de enfrentamento bélico com ele relacionado – foi o mais grave exemplo deste tipo de situação. Exceto em casos excepcionais como este, que podem ser lançados à conta de erros de avaliação, a forma de conduta que se impuseram os dois centros hegemônicos tornou praticamente nulo o risco de conflito entre as superpotências nessas áreas, como quase nula se tornou também a autonomia dos Estados formalmente soberanos que nelas se encontram.

A situação era menos nítida em áreas consideradas de importância estratégica para a estabilidade do sistema internacional, mas não geralmente aceitas como "chasse gardée" de um ou outro polo internacional de poder. Também nestes casos a norma básica era evitar um eventual enfrentamento direto entre as superpotências, suscetível de levar a um conflito bélico mutuamente destrutivo. O exemplo mais claro é o Oriente Médio. Enquanto subsistiu o "sistema interimperial" os Estados Unidos trataram de manter qualquer intervenção militar na área, por parte do bloco ocidental, dentro de limites que não criassem um perigo de confrontação direta. Em 1956, por exemplo, quando a França e a Grã-Bretanha atacaram o Egito, intervindo assim de maneira desabrida no conflito entre aquele país e Israel a fim de salvaguardar seus interesses no canal de Suez, Washington chegou a juntar-se a Moscou na condenação internacional

de seus próprios aliados. Da mesma forma, em outras ocasiões em que consideráveis interesses ocidentais na região foram postos em jogo (crise do petróleo, em 1973, ou ameaça aos navios petroleiros no Golfo Pérsico durante a guerra Irã-Iraque, p. ex.), a reação americana foi cuidadosamente medida.

Fora das situações de alta sensibilidade antes mencionadas, sempre existiram, entretanto, espaços geopolíticos em que a potência hegemônica preferia não exercer tão fortemente a sua capacidade de dominação. Tratava-se das áreas mais periféricas do sistema, onde os dois polos de poder procuravam atuar através de países aliados ou grupos clientes, ou de países que, pelo seu peso específico, haviam adquirido certa autonomia regional. Em ambos os casos a atitude resultava de considerações de custo-benefício, que desaconselhavam um envolvimento mais direto ou mais enérgico. Um exemplo representativo da primeira situação seria a luta pelo poder na Angola, onde os Estados Unidos contavam com a UNITA e a África do Sul, enquanto a União Soviética se valia de Cuba. O Irã seria, no Oriente Médio, um bom exemplo de país com certa autonomia regional. Em qualquer hipótese, as situações acima descritas passaram a compor um espaço político – não um espaço geográfico contínuo – em que as duas superpotências procuravam estabelecer ou ampliar suas respectivas influências. Trata-se, por assim dizer, de um terreno litigioso – daquilo que se poderia descrever como um espaço interimperial. Neste espaço, nenhuma das duas exerce um poder hegemônico efetivo, já que cada uma se sente limitada na escolha dos meios de persuasão ou de coerção a que pode recorrer e é obrigada a admitir, por parte da outra, um grau de ativismo semelhante ao seu. Do ponto de vista dos Estados periféricos aí situados, a fluidez resultante de tal situação tem, entretanto, um aspecto favorável: na medida em que nenhum dos dois centros tem condições de afirmar *de facto* o seu poder hegemônico, resta ao Estado periférico um espaço de manobra, ou seja, uma certa margem de autonomia. Para usar os exemplos antes mencionados, parece difícil que, fora de um espaço interimperial, o Governo de Luanda tivesse podido levar a sua resistência à UNITA e à África do Sul até a solução negociada do acordo de Estoril; da mesma forma, é improvável que, fora de tal espaço, o Irã de Khomeini se tivesse podido permitir o luxo de provocar os Estados Unidos da forma acintosa como o fez. Em síntesi, num mundo dominado pela rivalidade entre as duas superpotências, só a existência de uma zona cinzenta de poder – a que chamamos de espaço interimperial – permitiu a alguns Estados periféricos nela situados preservar um certo grau de autonomia.

Resumindo, a existência de duas estruturas imperiais e antagônicas de poder que buscavam cada qual estabelecer a sua hegemonia mundial, mas que não podiam confrontar-se diretamente, criou para ambas um padrão de comportamento que condicionou as relações internacionais no após-guerra. Um dos pontos básicos deste comportamento foi a autolimitação, aceita por cada uma das superpotências, dos instrumentos de ação utilizáveis na sua disputa pela hegemonia, de acordo com o risco de conflito direto envolvido em cada situação. Tal atitude criou uma gama de possibilidades que envolviam, como vimos acima, desde as áretas em que o centro respectivo agia de maneira praticamente discricionária, anulando a autonomia dos Estados periféricos aí situados, até o que chamamos de espaço interimperial, onde a disputa entre os dois centros hegemônicos amplia a capacidade de manobra da

periferia. Em outras palavras, a autonomia dos Estados periféricos cresce na medida em que aumenta a disputa entre as superpotências pela área respectiva.

Até aqui vimos tratando o "sistema interimperial" como um esquema mais ou menos estático. Na realidade, entre o término da II Guerra Mundial e o fim da década de 1980, a evolução tecnológica, as debilidades intrínsecas do sistema soviético e as alterações de poder econômico relativo dentro do sistema americano determinaram mudanças profundas.

Do lado soviético, um governo totalitário centralizado conseguiu por um longo tempo disfarçar as debilidades do sistema e repassar os reclamos das populações da União Soviética e de seus Estados-satélites. Quando, em meados da década de 1980, Moscou decidiu realizar algumas reformas econômicas e entreabrir o sistema político, as reivindicações há muito reprimidas revelaram-se incontroláveis. A relação de subordinação centro-periferia dentro do império soviético foi rapidamente desfeita e a própria coesão interna da URSS se viu comprometida pelo sentimento nacionalista dominante em várias das suas repúblicas. Ao mesmo tempo, a economia, convulsionada pelas reformas dos sistemas político e de produção, entrou em queda livre. Em conseqüência, a União Soviética perdeu as condições políticas e econômicas necessárias para atuar internacionalmente como uma superpotência. Conservou, porém, um potencial nuclear amplamente suficiente para destruir qualquer adversário, senão o planeta.

Do lado americano, não houve perda sensível no plano político-estratégico. Não existe do lado ocidental qualquer país com as condições necessárias – nem aparentemente com a disposição – de assumir a liderança do sistema imperial organizado por Washington. No plano econômico, os Estados Unidos perderam, porém, a sua preeminência e tiveram de dividir o poder central com outros membros do seu próprio sistema, particularmente o Japão e a Comunidade Econômica Européia, liderada pela Alemanha. Esta divisão de comando pode colocar em jogo a unidade do próprio sistema, já que se criou uma situação peculiar em que o centro de poder conserva uma autoridade político-militar até agora não contestada, mas cuja efetividade é solapada pela sua debilidade econômica relativa.

A recente guerra do Golfo refletiu esta nova situação do mundo. Ela marcou de maneira dramática o fim do "sistema interimperial" e o início de uma nova fase – seria prematuro falar desde já de um novo sistema – na política mundial. Pela primeira vez no após-Guerra os Estados Unidos se atreveram a levar a cabo, com limitado apoio militar de alguns de seus aliados, uma intervenção maciça em área da maior sensibilidade estratégica contra um aliado formal da União Soviética. O fato de se tratar nominalmente de uma intervenção de forças aliadas autorizada pelas Nações Unidas não chega sequer a disfarçar a transparente evidência de que foi uma operação iniciada, comandada e executada por Washington. Em qualquer hipótese, a decisão do Conselho de Segurança só foi possível graças à mansa anuência de Moscou à iniciativa de Washington. Tudo isto teria sido impensável até poucos anos atrás, quando a União Soviética ainda tinha condições de impor-se como uma superpotência. Por outro lado, também pela primeira vez, uma intervenção militar americana teve de ser largamente financiada pelos seus

aliados. Em síntese, a direção político-estratégica e a ação militar foram conduzidas pelos Estados Unidos, mas sua realização dependeu em última análise do apoio econômico dos países diretamente visados pelo Iraque e de economias hoje nitidamente mais prósperas do que a americana

Esta situação algo esdrúxula, em que determinados países aceitam financiar a liderança política de um terceiro sobre eles próprios, só é sustentável, entretanto, graças a dois outros fatores, ambos fora do controle de Washington. O Japão e a Alemanha, além de não terem as condições objetivas necessárias para disputarem aos Estados Unidos a hegemonia político-estratégica mundial, padecem de limitações internas e externas decorrentes da II Guerra Mundial: nem as respectivas populações parecem favoráveis a uma política externa mais afirmativa nem os seus vizinhos veriam com bons olhos um ressurgimento do poder político internacional de Toquio ou de Bonn, mesmo no plano regional. Soma-se a estas circunstâncias o efeito aglutinador que a ameaça militar soviética tem inegavelmente exercido sobre a Aliança Atlântica. Divergência internas e eventuais atritos oriundos do divórcio entre liderança estratégica e preeminência econômica tendem a ser abafados em benefício de um interesse maior – a segurança coletiva diante do inimigo externo.

Até agora, seja pela incerteza quanto à atitude futura da União Soviética, seja pela inexistência de um sistema alternativo de alianças defensivas, seja ainda pelas inibições internas já assinaladas, a Alemanha (juntamente com o resto da Europa Ocidental) e o Japão continuam a aceitar a liderança estratégica de Washington. A instabilidade potencial deste estado de coisas é, porém, resumida no comentário de K. Subrahmanyam, presidente de um grupo de estudos da ONU sobre dissuasão nuclear: "Um país que pede bilhões de dólares a outros países para financiar uma guerra contra um país em desenvolvimento não pode esperar impor sua ordem ao resto do mundo."

A grande interrogação é, pois, se os Estados Unidos poderão sustentar a sua hegemonia político-militar quando já não têm o poder econômico necessário para exercê-la autonomamente. Caso não o possam, qual será a nova distribuição de poder no mundo de amanhã?

O esmaecimento das memórias da II Guerra Mundial parece tender a reduzir as inibições, tanto interna como externas, de que ainda sofrem a Alemanha e o Japão. Já há neste sentido indicações significativas de uma maior desenvoltura política de Bonn e de Tóquio, pelo menos no que se refere a assuntos de maior sensibilidade para os interesses e a opinião pública alemã e japonesa. Foi o que se viu no caso da unificação da Alemanha e o que se tem visto no trato pelo Japão dos problemas correlatos da soberania sobre as ilhas Kurilas e das relações nipo-soviéticas. Esta tendência dos dois países capitalistas mais poderosos depois dos Estados Unidos a assumirem uma posição internacional mais afirmativa, hoje ainda restrita a um número limitado de assuntos, poderá fortalecer-se e generalizar-se. Para tanto poderão contribuir dois fatores já hoje muito perceptíveis. De um lado, a multiplicação das divergências, dominantemente econômicas, entre Washington e a Comunidadeq Econômica Européia, e entre Washington e Tóquio. De outro, a eventual consolidação da corrente liberar na União Soviética e a conseqüente percepção, por parte dos governos da Europa

Ocidental, de que a ameaça militar soviética se teria tornado mais remota tenderia a eliminar o efeito aglutinador do perigo externo. A conseqüência provável seria um certo afrouxamento dos laços que hoje unem a Europa Ocidental e o Japão aos Estados Unidos.

A consideração deste quadro complexo, cheio de fatores aleatórios, alguns apenas esboçados, não autoriza prever o colapso imediato da hegemonia político-militar dos Estados Unidos. A curto prazo, o mais provavel é que se mantenha a situação atual, tão bem ilustrada pela guerra do Golfo. A dúvida claramente colocada pelo desenvolvimento recente da situação internacional é quanto à estabilidade de tal preeminência. No momento, é difícil evitar a impreqssão de que, a médio e longo prazos, Washington terá sérias dificuldades para manter sua atual hegemonia. Surge, assim, a pergunta de qual será a estrutura internacional de poder mais provável, na medida em que se confirme o declínio do poder hegemônico americano.

Uma primeira hipótese seria o simples debilitamento relativo da posição hoje ainda mantida por Washington, sem alteração da estrutura formal das relações internacionais. Seria a extensão para o plano político daquilo que já vem ocorrendo na área econômica, seja utilizando o Grupo dos Sete ou o Conselho de Segurança, seja recorrendo a outros mecanismos formais ou informais. Ainda seria prematuro afirmar que os entendimentos entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (com relação à situação no Golfo Pérsico e, mais recentemente, com vistas a uma regulamentação do comércio internacional de armas, p. ex.) já prenunciam a tendência para uma espécie de hegemonia colegiada. Em qualquer hipótese, a utilização habitual do Conselho de Segurança com a sua composição atual implicaria a cooptação da União Soviética pelo grupo decisório ocidental, porém manteria o divórcio entre poder político e poder econômico. A eventual inclusão da Alemanha e do Japão como membros permanentes daquele órgão permitiria, entretanto, contornar este problema e apresentar a diluição da preeminência política americana (ressalte-se que falamos de diluição, não de término) como a concretização da retórica do Presidente Bush: "Visualizamos o ideal de uma nova parceria entre os países, ...uma parceria baseada na consulta, na cooperação e na ação coletiva..." Pelo menos na medida em que "entre os países" não se contassem aqueles em desenvolvimento e os desenvolvidos de menor porte...

A probabilidade de uma diluição da liderança uninacional sem modificação da atual estrutura de relacionamentos dentro do bloco americano pode, entretanto, ver-se consideravelmente reduzida pelo acirramento das divergências econômicas entre os Estados Unidos, a CEE e o Japão. A tão comentada divisão do mundo em três grandes blocos econômicos poderia então cristalizar-se e extravazar também para o terreno político. Não se trataria provavelmente da execução de um plano pré-estabelecido, mas simplesmente de um encadeamento de eventos em que os vínculos econômicos intragrupos reforçariam, pela sua natureza mesma, as rivalidades intergrupos, estimulando aglutinações políticas regionais. No nosso continente, a formação de um grande mercado norte-americano – com os Estados Unidos, o Canadá, e o México – e sua projetada extensão através da Iniciativa para as Américas começam a esboçar um vasto agrupamento regional, com inescapáveis implicações políticas. Na Europa, o poder de gravitação do núcleo inicialmente constituído pelos seis fundadores das Comunidades

Européias já levou à expansão das CE para doze paiseqs e promete ampliá-la para toda a Europa Ocidental, senão também para a Oriental. Os laços econômicos já estabelecidos com países em desenvolvimento do Mediterrâneo, da África e do Pacífico aumentam ainda sua projeção geopolítica. Na Ásia, o que já se tem chamado de "bloco do yen" poderia vir a plasmar-se em outro agrupamento regional, inicialmente econômico porém com inegáveis reflexos políticos. Esta configuração do mundo – ou pelo menos daquilo que hoje corresponde aproximadamente ao sistema americano –, já suficientemente esboçada mas ainda não plenamente concretizada, poderia ser precipitada por um eventual fracasso da Rodada Uruguai, que estimularia a cristalização de blocos econômicos rivais.

Fica a pergunta: e o Brasil?

Com a supersimplificação inevitável no espaço necessariamente limitado de um artigo, pode-se dizer que a linha mestra da nossa política internacional tem sido a busca da segurança e da autonomia nacionais por meios políticos. Dentro desta orientação, fizemos na década de 1970 considerável progresso no sentido de diversificar as nossas relações políticas e econômicas, extendendo-as a praticamente todos os países. Desde meados da década passada, temos procurado consolidar os nossos vínculos regionais através do aprofundamento da integração com os países da bacia do Prata e de iniciativas mais abrangentes – embora certamente menos concretas – no Atlântico Sul. Este esforço de diversificação geográfica e de construção de um núcleo regional de relacionamentos mais estreitos não tem ficado no plano meramente retórico. Quase 60% de nosso comércio exterior divide-se hoje entre os Estados Unidos e os doze países que integram a CEE, o que reflete a importância daqueles países nas exportações e importações mundiais, sem qualquer priorização deliberada de nossa parte; o restante reparte-se quase integralmente pela América Latina, a Ásia, os demais países da Europa, o Oriente Médio e a África, num leque que abrange praticamente todo o mundo. Na América do Sul, na África e no Oriente Médio, já aparecemos não apenas como supridores de mercadorias, mas também de serviços. Nosso intercâmbio com os países vizinhos, sobretudo com aqueles que integram o ainda incipiente Mercosul, vem-se intensificando.

Tudo isto revela uma orientação do Brasil tendente a assegurar o caráter ecumênico de suas relações internacionais, paralelamente ao aprofundamento de seus vínculos regionais. É uma orientação que, sem negar a realidade de um sistema imperial americano, busca assegurar-se um espaço de manobra tão grande quanto possível nas circunstâncias internacionais prevalecentes. E esta não parece ser a diretriz deste ou daquele governo, mas antes uma tendência histórica afirmada através dos tempos, em que pesem certas flutuações em determinados períodos.

Embora o desmoronamento do império soviético tenda a restringir em alguma medida o espaço de manobra dos países periféricos do sistema americano, a diluição da hegemonia de Washington sobre o seu próprio sistema poderia ter efeito contrário. Uma hegemonia política partilhada com os atuais condôminos econômicos do sistema tenderia, assim, a devolver àqueles estados, total ou parcialmente, a autonomia que tenham perdido em decorrência da implosão do sistema soviético. Em suma, o espaço

interimperial poderia ser substituído por um novo espaço político intraimperial. Países como o Brasil, com um sistema geograficamente diversificado de relações internacionais e uma considerável autonomia regional, claramente se beneficiariam de tal evolução.

Inversamente, uma eventual divisão do mundo em blocos político-econômicos regionais mais ou menos rígidos seria a negação da orientação histórica da nossa política externa. Pela sua própria natureza, a existência de tais blocos tenderia a favorecer as relações entre países de um mesmo agrupamento, em prejuízo do relacionamento hoje relativamente fluido entre países de regiões distintas. No plano econômico, este cerceamento decorreria da noção mesma de área de livre comércio, ou arranjo regional semelhante, particularmente em casos de grande assimetria de poder entre as partes. No plano político, a capacidade de persuasão da potência hegemônica – hoje exercida com vistas ao que considera ser o interesse de um sistema abrangente, de caráter suprarregional e aspirações mundiais – passaria a exercer-se em função de interesses, necessariamente mais estreitos, de projeção internacional a partir de uma base regional.

Infelizmente, a capacidade do Brasil de influenciar os acontecimentos internacionais no sentido de uma ou outra das hipóteses acima esboçadas é extremamente limitada. Provavelmente, nos caberá apenas explorar as possibilidades eventualmente abertas por uma ou tentar evitar os piores efeitos da outra – e já não será tarefa pequena...

1492 E O NASCIMENTO DA MODERNA DIPLOMACIA

Paulo Roberto de Almeida*

Ao nos aproximarmos da praia, fico em pé na proa para desfraldar as cores de Castela e León, o castelo dourado e o leão púrpura, e as listras vermelhas e amarelas de Aragón. Atrás de nós, *Santa Maria, Niña e Pinta* estão ancoradas em uma baía protegida por recifes de um coral poroso e róseo jamais visto por um europeu. (...) À medida que nos acercamos da fascinante praia, experimento uma sensação intensa... O vento agita levemente o estandarte real... Levanto um pé descalço sobre a amurada.

Mas espere, este é um momento histórico.

Estarei preparado para ele? Ao dar aquele primeiro passo em terra, por acaso eu pronuncio alguma coisa imortal e profundamente apropriada, escolhendo minhas palavras como um desafio nos desvãos da História para os intrépidos exploradores que estão por nascer? Por acaso eu digo, ao plantar o estandarte real na praia, "Um pequeno passo para um cristão, um grande passo para o cristianismo", passando a perna em Neil Armstrong em quase quinhentos anos?

Não, eu não tenho meio bilhão de espectadores no mundo inteiro assistindo ao meu feito, nenhum jornal adquiriu os direitos de publicar minhas aventuras em troca de uma enorme soma em dinheiro, nenhum editor me fez qualquer adiantamento milionário para o chamado *Diário de Colombo*, não existe nenhum centro de controle para monitorar todos os meus movimentos. (...)

Assim, não pronuncio nenhuma frase de efeito para a posteridade. O que eu digo, inquieto e com razão,... é apenas:

– Tem alguém lá no mato.

The Memoirs of Cristopher Columbus,

Stephen Marlowe, 1987

---

* Phd em Ciências Sociais. Mestre em Economia Internacional. Ex-Professor na Universidade de Brasília e no Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores. Diplomata.

[Trabalho apresentado no "VIo. Encontro Regional de História", organizado pela Junta Regional de História e Estudos Conexos, Montevidéu, 21-23 de setembro de 1991.]

1. O Ato fundador da história moderna

Colombo ao desembarcar naquela praia das Antilhas em 1492, não deve realmente ter antecipado nenhuma variante "religiosa" da famosa frase "laica" (provavelmente pré-fabricada e publicitada depois por um eficiente serviço de "public relations") pronunciada por um astronauta norte-americano ao dar, em 1969, seu primeiro "passo lunar".

A brincadeira transhistórica de Stephen Marlowe não nos deve contudo fazer perder de vista o significado incomensurável, do ponto de vista histórico, do primeiro "passo transatlântico" dado pelo êmulo de Marco Polo. A façanha do marinheiro genovês, ao pretender atingir pelo Oeste o fabuloso mundo descrito pelo mercador veneziano, representou não só um grande passo para um homem de sua época, mas, seguramente, um enorme salto para a Humanidade, ou pelo menos para aquela pequena parte da Humanidade que habitava o Ocidente europeu e que partia assim à conquista do mundo.

Quanto ao cristianismo, enquanto tal, a possibilidade de evangelizar povos inocentes representou, sem dúvida alguma, um dos maiores desafios "espirituais" em seu já milenar itinerário. Colombo acreditava sinceramente que os "habitantes dessas índias logo se fariam cristãos".[1] o que, sabemos contudo, não se realizaria com a simples conversão piedosa de almas pagãs, mas a um preço que o "Almirante do mar oceano" estava longe de suspeitar fosse tão alto em termos de sobrevivência física das populações convertidas. Em todo caso, as conseqüências do descobrimento seriam gigantescas e não apenas para um dos lados.

O que nos interessa reter neste ensaio, entretanto, não é prioritariaente a "conversão cristã" dos ritos pagãos praticados pelas tribos do Novo Mundo, mas essencialmente a "conversão laica" dos ritos diplomáticos até então praticados pelas nações do Velho Mundo. Com efeito, entre outras conseqüências políticas, a incorporação colombina das terras recém descobertas no novo continente aos espaços geopolíticos do velho mundo conhecido até o século XV significou, igualmente a revisão completa das bases institucionais do relacionamento entre os Estados europeus e, em primeiro lugar, a readequação do *modus operandi* da própria diplomacia.

A gesta inaugural de 1492 constitui, assim, um dos marcos fundadores das relações internacionais, na acepção moderna desse conceito. Sem ser necessariamente o ato de batismo da diplomacia moderna, a epopéia colombina representa o gatilho a partir do qual se operaria o renascimento das relações exteriores e da própria técnica diplomática nos Estados modernos, no quadro do Renascimento da cultura política no Ocidente europeu.[2] Ao inaugurar-se o século XVI, o Renascimento, no dizer de um especialista, "constitui um elemento essencial das relações internacionais", já que é nessa fase histórica que se situa o aparecimento da postura crítica em relação à diplomacia pontifícia tal como praticada até o final da Idade Média.[3]

Entre outras conseqüências de enorme significado geopolítico, 1492 representou, também, uma tremenda aceleração na forma de condução da diplomacia. A notícia da descoberta de novas terras – ou do que a princípio se pensava que fosse tão

simplesmente um novo caminho para as Índias – produziu um enorme choque nas casas reinantes da Europa civilizada, mais provavelmente do que para os próprios reinos de Castela e de Portugal, que estavam empenhados desde algum tempo numa secreta concorrência pela conquista do Atlântico.

Na verdade, a travessia de 1492 representou, antes de mais nada, uma aceleração da história *tout court*. Como ensinam todos os manuais, os tempos modernos se abrem com as grandes viagens dos descobrimentos. Não apenas os manuais escolares; é pelo problema dos oceanos que se abre o estudo dos tempos modernos na monumental coleção de história das relações internacionais dirigida por Pierre Renouvin.[4] Como bem disse Caio Prado Jr., o descobrimento e a colonização das terras do Novo Mundo constituem um capítulo da expansão marítima e comercial européia, nos primórdios da era moderna.[5]

Portugal e Espanha estavam na vanguarda desse processo, sobretudo o primeiro que passa precocemente de uma monarquia agrária e patrimonialista a um reino empreendedor e comercialista. É precisamente a partir das descobertas ultramarinas de Portugal e Espanha que se criam as condições políticas e institucionais para o "renascimento" da diplomacia na era moderna, aqui entendia enquanto "técnica" das relações internacionais. Essa transformação se dá, fundamentalmente, por meio da substituição da arbitragem pontifícia das relações entre os "príncipes cristãos" pela negociação direta entre Estados soberanos.

2. O Monopólio Pontifício das Relações Internacionais

Como é sabido, desde a alta Idade Média pelo menos, a *legitimação papal* constituía o principal meio político e diplomático – senão o recurso quase que exclusivo – empregado pelas casas reinantes para confirmar a eventual apropriação e incorporação de novas terras ao patrimônio soberano dos "príncipes cristãos". Desde os tempos obscuros de Carlos Magno, o Papado tinha adquirido prevalência sobre o poder real: o pontífice assumia o papel de árbitro internacional, tanto mais que a sociedade européia era a "comunidade das nações cristãs" e que os reis costumavam enviar aos papas recém-eleitos "embaixadas de obediência".[6]

Para todos os efeitos práticos, Roma era até princípios do século XVI, o centro das relações internacionais do mundo civilizado. Mesmo se a capital dos papas, enquanto tal, não participou do ciclo das grandes descobertas – o feito foi essencialmente ibérico, aliado ao conhecimento cartográfico e de navegação das cidades comerciais italianas. Genova em primeiro lugar – e se a cidade em si tampouco tinha muita importância comercial. Roma era, no dizer de um historiador, uma grande "clearing-house of geographical gossip", devido às idas e vindas internacionais dos eclesiásticos.[7]

Portugal, mais do que nenhum outro reino "cristão", podia permitir-se ignorar a autoridade do Papa. O nascimento do próprio reino, em 1140, se tinha processado através de oportuna vassalagem à Santa Sé; poucos anos depois, pela bula *Manifestis Probatum*, de 1170, o papa Alexandre III confirmava a D. Afonso Henriques o título de rei

de Portugal.[8] Durante toda a primeira fase de sua existência como nação independente, Portugal não deixou tampouco de enviar "embaixadas de obediência" ao bispo de Roma.

Coerentemente com essa postura, desde os primórdios de suas aventuras africanas, a corte de Lisboa procurou obter da "corte" de Roma aqueles atos de cráter supranacional que validassem suas novas posses frente aos demais soberanos cristãos; as bulas representavam, por excelência, os instrumentos para tal efeito, seja antecipadamente como *autorização* pontifícia para as viagens de descobrimento, seja posteriormente, como *confirmação* político-diplomática das conquistas realizadas. Desde a primeira metade do século XV, sobretudo por impulsão do Príncipe D. Henrique, o Estado português se dedicava à conquista da vizinha África.[9] A cada etapa do avanço nos espaços atlânticos e nas costas africanas correspondia um novo documento da diplomacia vaticana.[10] Senão vejamos.

Em 1418, o rei D. João I obtem do Papa Martinho V uma bula *(Sane Charissimus)* que dava caráter de "cruzada" à conquista do Marrocos. "Seu filho D. Duarte querendo legitimar o prosseguimento da ação ultramarina, pleiteou do Papa Eugênio IV bula que lhe submetia, e a seus sucessores, as terras por eles conquistadas ao infiéis *(Rex Regum*, de 8 de setembro de 1436). O mesmo Pontífice confirmou as doações de D. Duarte e D. Afonso V, ao Infante D. Henrique e à Ordem de Cristo, da jurisdição espiritual, permitindo ao Infante conservar o poder temporal" em seu ducado de Viseu (bula *Etsi Suscepti*, de 9 de janeiro de 1442)".[11] Ainda Eugênio IV, ressalvando possíveis direitos da Coroa de Castela, intervem favoravelmente à empresa portuguesa de "evangelização" africana (nova *Rex Regum*, de janeiro de 1443).

A primeira "partilha do mundo" entre os Estados português e espanhol teminício pouco depois, sempre por obra e graça da diplomacia pontifícia. A precoce aventura oceânica da Casa de Avis asseguraria a Portugal uma presença constante nesses instrumentos legitimadores da política internacional dos primórdios da era moderna que eram as bulas papais. Portugal possuía vários recursos em que fundar seu direito às novas terras descobertas e a descobrir; o da anterioridade da descoberta era um deles, patente nele mesmo.[12] A garantia papal era outro, talvez o recurso mais importante nesse contexto.

Como afirma com razão Chaunu, "o papa representava a garantia da ordem" e essa ordem era importante para legitimar a constituição de um monopólio de um novo tipo. Com efeito, "o papado, garantidor de um direito que no seio da cristandade podia qualificar-se de internacional, participou de forma notória na constituição do monopólio arquétipo, o monopólio português".[13] O papa Nicolau V, por exemplo, expede uma bula em favor do rei D. Afonso V, dito *o Africano*, afirmando caber-lhe perpetuamente, e ao Infante D. Henrique, a 'conquista que vai desde o cabo Bojador e do cabo. Não correndo por toda a Guiné e passando além dela vai para a plaga meridional', e vedando a qualquer pessoa comerciar nessas terras, sob pena de excomunhão (bula *Romanus Pontifex* de 8 de janeiro de 1454).[14] Confirmando a colonização e a evangelização de todas as terras africanas em direção do sul, essa bula representou, no dizer de Chaunu, um grande êxito diplomático de Henrique o Navegador. Ela estabelecia, "de direito a primeira forma de monopólio indispensável para a expansão [colonial]".[15]

Seguiram-se outros textos de igual teor, reiterando os conceitos de "fidei propagationem et divini cultus augmentum": é o caso da *Inter Coetera* de Calixto III (de 13 de março de 1456), ou de sua solene confirmação pela bula de Sixto IV, a *Aeternis Regis Clementia* (de 21 de junho de 1481).[16] Essa última bula, na verdade, homologava o tratado de paz de Toledo (de 6 de março de 1480), pelo qual Fernando de Aragão e Isabel de Castela – os futuros "reis católicos" – se obrigavam a respeitar os direitos portuguesets às ilhas atlânticas, exceto as Canárias, e à costa guineana.[17] Pouco depois, o papa Inocêncio VIII conclamava D. João II a continuar a conquista ultramarina (bula *Orthodoxae Fidei* de 1486).[18]

"Fernando de Aragão, cuja política italiana não coincidia com a dos Papas Sisto IV e Inocêncio VIII (e desgostoso com a citada bula de 1486), conseguiu influir na eleição [em agosto de 1492] de um pontífice aragonês Rodrigo de Bórgia, sobrinho de Calisto III, que tomou o nome de Alexandre VI. No mesmo mês, a serviço dos Reis Católicos, Colombo partia em busca das Índias".[19]

3. Da Arbitragem Papal à Negociação Direta

Os portugueses, como se sabe, foram os primeiros a tomar conhecimento da descoberta de Colombo. Quando ele chegou a Lisboa em março de 1493, por força do mau tempo, teve de justificar-se frente aos soberanos portugueses, mesmo que fosse simplesmente para convercer seus anfitriões de que não tinha avançado sobre a reserva da Guiné. Eles pensaram, a princípio, que Colombo tinha descoberto mais algumas ilhas atlânticas.

Como escreve um biógrafo do "Almirante do mar oceano", o encontro entre o Rei de Portugal e Colombo "foi carregado de tensão. O descobridor da América tinha já estado aos pés daquele trono, em postulante rejeitado. O Rei de Portugal tentava compreender até onde chegava a verdade nas aventuras que Colombo descrevia e até onde estava o engano. Ele duvidava dessas Índias e suspeitava que a expedição espanhola viesse da Guiné ou de qualquer outra terra pertencente a Portugal. (...) Depois levantou a dúvida que "segundo o tratado vigente entre Portugal e Castela a descoberta e a conquista pertencessem a ele" (se referia ao tratado de Alcobaça, de 1479, firmado por seu pai...). Secamente o Almirante respondeu "não ter conhecimento daquele tratado. Sabia da interdição feita aos marinheiros espanhóis de viajar para a Guiné e a tinha respeitado".[20]

A revelação de que Colombo tinha de verdade descoberto terras novas e outros povos colocou problemas de uma extrema urgência para ambos os soberanos ibéricos. Como indicou Gaston Zeller, "os portugueses acolheram com muita apreensão a notícia da descoberta de Colombo. O rei João [II], decepcionado por ter deixado seu vizinho capturar a magnífica ocasião que lhe tinha sido oferecida em primeira mão, declarou ruidosamente, tão pronto conhecidos os resultados da primeira viagem, que as novas terras faziam parte do domínio reservado a Portugal pelas bulas pontifícias. Ele adota mesmo uma atitude belicosa, preparando uma esquadra para impedir que os navios castelhanos se dirigissem às Índias".[21]

Os reis católicos, contudo, não se deixam intimidar e fazem apelo aos mesmos expedientes da "diplomacia papal" que tinham até então sido utilizados com grande proveito por seus vizinhos ibéricos. Com efeito eles necessitavam de uma bula análoga àquela possuída pelos portugueses. A questão que se colocava antes de mais nada, como sintetizou o historiador Elliot, era a de saber "quem iria exercer domínio sobre as terras e quem iria empreender a salvação das almas de seus povos? Os Reis Católicos voltaram-se para o papado seguindo o precedente estabelecido pelos próprios portugueses, que tinham assegurado a doação formal pelo papa dos direitos de soberania 'desde o Cabo Bojador até a Guiné e além". De um papa espanhol colaboracionista, Alexandre VI, eles obtiveram o que pretendiam: direitos similares sobre "todas as ilhas e terras, descobertas e a descobrir"... (...). Poder-se-ia considerar as bulas de Alexandre VI de 1493 como desnecessárias, em vista do princípio de direito romano estabelecido nas Siete Partidas, segundo o qual a posse pertence aos primeiros ocupantes da terra. Mas, a autorização papal atribuía um grau extra de segurança às reivindicações castelhanas contra qualquer desafio contestador por parte dos portugueses e elevavam a conquista das Índias ao nível de empreendimento sagrado..."[22]

As preocupações dos soberanos espanhóis também eram de ordem prática. Como indica outro historiador, "o objetivo imediato da política real (de Castela) era a de estabelecer uma presença espanhola na (nova) área, organizar um sistema regular para se abastecer de ouro por meio de troca, e obter um título espanhol, internacionalmente reconhecido, de comércio e de estabelecimento, à exclusão dos demais europeus. Esse título, em vista da informação já em possessão dos portugueses, era uma questão de urgência. (...) As bulas que [Alexandre VI] emitiu em 1493 iriam constituir, para a Administração espanhola nos próximos trezentos anos, a base moral e legal da dominação espanhola nas Américas".[23]

Talvez mais do que em qualquer período anterior, e provavelmente pelo resto dos tempos modernos, a diplomacia papal mostrou-se excepcionalmente prolífica em matéria de "títulos de propriedade". Tivemos, num diminuto espaço de tempo, uma sucessão de bulas pontifícias que se completavam ou se duplicavam, o que, em si mesmo, revela o grau de incerteza sobre a amplitude real dos descobrimentos colombinos. "As primeiras duas bulas simplesmente garantiam a soberania das descobertas de Colombo para Castela: mas isto não era suficiente. Os portugueses já reivindicavam, pela bula *Aeterni Regis* de 1481, o monopólio de navegação ao sul das ilhas Canárias, e para autorizar Colombo a cruzar o Atlântico em latitudes mais meridionais era necessário restringir o monopólio. Em conseqüência, a terceira bula, a famosa *Inter Coetera*, traçou uma linha imaginária de norte a sul a cem léguas a oeste das ilhas dos Açores e do Cabo Verde e garantia que as terras e mares além dessa linha, em qualquer latitude, deveriam ser reservadas à exploração espanhola".[24] A quarta bula, *Dudum Siquidem*, confirmava de certo modo as anteriores e ampliava o escopo das "concessões" pontifícias, pois que ela garantia que mesmo as ilhas e terras descobertas e a descobrir a oeste e ao sul do caminho das Índias pertenceriam a Castela. Ela iria encontrar resoluta oposição por parte da coroa portuguesa.

A busca de um "reconhecimento diplomático" para as novas aquisições castelhanas foi, assim, um processo confuso e entremeado de interpretações sempre inéditas. A primeira bula *Inter Coetera* foi elaborada em abril, embora viesse pósdatada de 3 de maio de 1493. Mas, como diz Zeller, "ela foi redigida de maneira tão apressada que será preciso,

para levar em conta os imediatos protestos portugueses, acompanhá-la, um mês depois, de uma outra, com o mesmo nome, concebida em termos um pouco diferentes e antedatada do dia 4 de maio."[25]

Uma terceira bula, a *Eximiae Devotionis*, foi expedida em julho, mas com a mesma data da primeira *Inter Coetera*: ela outorgava aos reis católicos "não menores graças" do que as concedidas aos de Portugal. Finalmente, cinco meses após, e depois de uma investigação mais detalhada, a bula *dudum Siquidem* (de 25 de setembro), corrige ligeiramente as precedents e passa a atribuir à Espanha algumas concessões feitas anteriormente à Ordem de Cristo, sempre quando as terras, àquela data, não estivessem sob a posse atual e real da Ordem.

Resumindo o essencial dessa primeira partilha do mundo – e última a ser feita por uma "organização internacional", a que podia ser assimilado o Vaticano nessa época –, na *Inter Coetera* o papa atribui a Castela

> "todas as ilhas e terras firmes achadas e por achar, descobertas ou por descobrir, para o Ocidente e o Mei-Dia, fezendo e construindo uma linha desde o Polo Ártico, a saber do Setentrião, até o Polo Antártico, a saber Meio-Dia, quer sejam terras firmes e ilhas encontradas e por encontrar em direção à Índia, ou em direção a qualquer outra parte, a qual linha dista de qualquer das ilhas que vulgarmente são chamadas dos Açores e Cabo Verde cem léguas para o Ocidente e o Meio-Dia."[26]

Chaunu, por seu lado, desfaz alguns equívocos sobre o conteúdo dessa famosa bula. Ele afirma, em síntese, que muito se desvirtuou o seu sentido, "dando-lhe um poder resolutório de que carecia", tendo ainda sido situada exclusivamente no contexto da rivalidade hispano-portuguesa, o que aparentemente não era o caso, como a própria negociação de Tordesilhas o demonstrou. A definição da linha divisória, por exemplo, que não existia na primeira versão do texto (de 3 de maio de 1493) e que foi acrescentada *in extremis* na segunda redação do texto (de junho, recebida em Barcelona em 19 de julho), é, segundo Chaunu, "um ponto em qualquer hipótese secundário do texto".[27]

Em qualquer hipótese, porém, os espanhóis recebiam em doação perpétua, das mãos do Papa, todo o Novo Mundo ainda por descobrir. Ainda que a força legal de todos esses instrumentos da diplomacia vaticana pudesse ser contestada, como ela o foi efetivamente pelos demais soberanos europeus, eles eram, do ponto de vista de Portugal, suficientemente preocupantes e explícitos para justificar uma ação diplomática suscetível de limitar seus efeitos.

Incapaz, contudo, de mudar a atitude do Papa – embora tivesse protestado ainda antes da *Dudum Siquidem* – o rei D. João II aciona o próprio trono de Castela que, a princípio, mostrou-se pouco receptivo. Disposto inclusive a ir à guerra para fazer valer os seus direitos, o "Príncipe Perfeito" logrou finalmente que Fernando e Isabel decidissem entabular negociações diretas com ele. Estava aberto o caminho de Tordesilhas.

O elemento significativo que importa reter para os propósitos desta nossa análise é precisamente o fato de que, no âmbito da "técnica" das relações internacionais, em Tordesilhas se passa de uma fase de recurso prioritário à *legitimação papal,* como meio de se fazer reconhecer *erga omnes* decisões adotadas mais ou menos unilateralmente pelas casas reinantes da Europa para uma de abertura de processos de *negociação diplomática* direta entre poderes soberanos.

Em Todesilhas se iria discutir sem interferência da Cúria romana e, mais importante, sobre uma matéria sobre a qual já existia disposição anterior do Papa, no caso as sucessivas bulas de 1493. Em Tordesilhas se situa, verdadeiramente, o começo da moderna diplomacia.

4. Todesilhas: a primeira partilha do mundo

Deixando de lado qualquer reivindicação sobre as ilhas descobertas por Colombo, a delegação portuguesa aceitou, como base de discussão, a bula de demarcação *Inter Coetera,* mas solicitou que a linha demarcatória fosse movida 270 léguas mais adiante, como forma de proteger seus interesses africanos. Os soberanos espanhóis, baseando-se no raciocínio geográfico de Colombo, concordaram. Assim, firmou-se em 7 de junho de 1494, em Tordesilhas, a *Capitulação da Partição do Mar Oceano,* posteriormente ratificada em Arévalo, pela Espanha, em 2 de julho, e em Setúbal, por Portugal, em 5 de setembro. O Tratado de Tordesilhas, como escreveu Parry, "estabeleceu a linha de partida, por assim dizer, na corrida para os mercados da Ásia meridional e oriental, na qual os portugueses navegariam para leste e os espanhóis para o oeste."[28]

Como indica acertadamente ainda o mesmo historiador, ambas as partes ao Tratado "tinham negociado (em Tordesilhas) na ignorância geográfica. Mesmo os portugueses, provavelmente, não tinham percebido, naquele momento, a magnitude de seu sucesso diplomático. Eles ganharam, no confronto com a Espanha, o uso exclusivo da única rota prática paraa Índia e o direito de afastar os espanhóis de um vasto território na América do Sul oriental. Em contrapartida, eles aceitaram sua própria exclusão do resto de um novo mundo ainda por descobrir."[29] Chaunu também faz um balanço de "ganhos e perdas" do ponto de vista português: "os dois príncipes cristãos beneficiários começaram uma negociação que modificou o conteúdo da questão relativamente secundária da linha de demarcação. A posição de Portugal, no mar e no direito, se fortaleceu: a mudança de 100 a 400 léguas a oeste é fundamental para qualquer um que conheça os acontecimentos e a geografia das costas americanas. Mas, para os contemporâneos do *tratado de 1494, a modificação foi mínima. O essencial ficava estabelecido no* reconhecimento por parte de Portugal da entrada de Castela no monopólio português, monopólio que Portugal havia sabido impor na dura realidade da exploração das costas da África, Castela herdou todo um esquema jurídico antes que o benefício se estendesse a outros possíveis participantes ou criadores de Impérios."[30]

Em outros termos, o estabelecimento de monopólios e partilhas sobre terras colocadas sob a influência geopolítica – para empregarmos um conceito moderno – dos príncipes

cristãos, que antes era feito pela via nem sempre muito "católica" – no sentido grego da palavra – da diplomacia vaticana: essa definição crucial para os destinos do capitalismo mercantil nos albores da era moderna passa a ser feita por via bilateral, em negociações diplomáticas conduzidas diretamente pelos soberanos por meio de seus delegados de chancelaria. É verdade que a decisão de Tordesilhas não podia obrigar terceiras partes, mas tampouco as bulas papais, no quadro da Igreja "partidarizada" do período imediatamente anterior à Reforma, tinham a virtude de alcançar um consenso universal entre os soberanos cristãos.

Para sermos mais corretos, a diplomacia pontifícia ainda encontraria, no caso da partilha do novo mundo, um último *sursaut* de legitimidade, quando, a pedido do rei português D. Manuel, o Papa Júlio II autoriza a ratificação da *Capitulação da Participação* aos bispos de Braga e Viseu, em nome da Cúria romana, pela bula *Ea quae pro bono pacis* de 24 de janeiro de 1506. Entretanto, na disputa contra as investidas francesas e inglesas contra "seus" territórios no novo mundo, os espanhóis e os portugueses tiveram de se apoiar mais na força das armas do que na "doação" papal.

Os atos diplomáticos de 1493 e de 1494 autorizariam, a qualquer título, que se falasse de uma "partilha do mundo" entre portugueses e espanhóis? Com efeito, se chegou mesmo a assimilar Tordesilhas a uma espécie de Ialta (1945) dos tempos modernos, ou ainda, a um precedente histórico ao Congresso de Viena (1815), delimitando zonas de influência e territórios antecipadamente colocados em regime de "protetorado".[31] Segundo Zeller, entretanto, esses atos, tomando-os ao pé da letra, apenas fixavam o destino eventual das ilhas ou eventualmente dos continentes a serem descobertos. "Mas, os dois governos tiraram a conclusão de que, cada um deles, em seu setor, era mestre e soberano nos mares e na terra firme. Assim como os portugueses reservavam para si o monopólio da navegação e do comércio nas costas da África, os espanhóis pretendiam ter a mesma reserva além dos limites das 370 léguas".[32]

No que se refere ao impacto internacional dos atos diplomáticos de 1493-94, Zeller afirma que os demais Estados se abstiveram de protestar. Na verdade, a indiferença em relação aos arranjos dos soberanos ibéricos durou muito pouco. Alguns anos depois, quando se ouviu falar da presença de ouro nas Américas, começou uma carreira de caravelas em direção ao novo mundo. O rei francês, cujo inimigo principal era o espanhol, lança a sua famosa frase, em 1541, em resposta a um embaixador de Carlos V: "Le soleil luit pour moi comme pour tous les autres. Je voudrais bien voir la clause du testament d'Adam qui m'exclut du partage du monde."[33]

Antes que esse desafio se materializasse de verdade, os portugueses e espanhóis operariam ainda uma nova divisão do mundo, provocada desta vez pela viagem de circunavegação empreendida por Magalhães a serviço dos reis de Espanha. Apesar de terem realizado a "partilha do mundo" em Tordesilhas, as nações ibéricas não tinham conseguido eliminar todas as causas de desentendimento entre elas. "Du moment que la terre était ronde – comenta ironicamente Zeller – le mode de partage adopté à Tordesillas apparaissait imparfait."[34] O assunto seria entretanto resolvido bem mais tarde e sempre por meio de negociação direta entre os soberanos: pelo Tratado de Lérida (de 23 de abril de 1529). Portugal passava – ou continuou – a deter a posse das Molucas,

concessão em grande parte facilitada pelo fato de uma irmã de Carlos V ter contraído matrimônio com João III, uma vez que uma interpretação estrita da posição do "antimeridiano" colocaria o arquipélago sob o domínio de Castela.

5. Do Condomínio Ibérico à Balança de Poderes

O Papado, em finais do século XV e princípios do XVI, pretendia ainda dispor de uma suzerania universal, dando-lhe direito de derrocar os soberanos, de coroar o Imperador e de guiar os reis. Mas, na verdade, ele já dispõe de muito pouca margem de ação. Como indica Mousnier, "quando em 1494, em Tordesilhas, Espanha e Portugal dividem entre si as novas terras, os reis modificam as disposições da bula *Inter Coetera*, recusando a plenipotência do Papa e declarando que ele não poderá modificar suas obrigações respectivas por um ato de sua própria iniciativa. Em 1540, Francisco I diz abertamente que os papas têm uma jurisdição espiritual, mas que não é da competência deles distribuir terras entre os reis. A secularização da política, a Reforma em seguida, reduzem a influência do Papa no terreno temporal à que ele poderia exercer como chefe de Estado e como chefe de partido."[35]

A tentativa de um condomínio ibérico sobre as terras recém descobertas se dá, portanto, menos por virtudes intrínsecas da diplomacia papal do que pela "vontade de poder" dos dois Estados. Depois dos acordos de Tordesilhas, e notadamente depois da circunavegação do globo por um português a serviço dos reis de Espanha, novamente os reis ibéricos negociariam, diretamente, a "partilha do mundo". Se em Tordesilhas se havia colocado a linha demarcatória no Atlântico, o tratado de Saragoça (1529) colocaria a linha no Pacífico, a 17 graus a oeste das Molucas.

Mas, os demais países europeus, terminada a missão histórica da *Nation making* e empenhados nesse momento num ativo processo de *State building*, não estavam dispostos a permitir esse verdadeiro "congelamento do poder mundial" implícito no projeto ibérico de *condominium* sobre o conjunto do mundo não europeu.

Como informa Mousnier, essas manifestações dos imperialismos ibéricos "desencadearam a resistência de outros soberanos que encarnavam os interesses de suas respectivas nações. Eles procuram impedir o triunfo completo dos mais poderosos do momento e se aliam contra eles para realizar um equilíbrio de forças entre os Estados, uma balança de poderes. Esse instinto torna-se pouco a pouco a regra do equilíbrio europeu. A idéia medieval de uma hierarquia ordenada de reinos é substituída pela da comunidade igualitária de nações livres. (...) O sistema de equilíbrios acarreta uma série de coalizões (de estados europeus), sem contar a multiplicidade de alianças cambiantes. Nos oceanos, o equilíbrio não pode ser realizado, mas foi concebido sob a forma de teorias sobre a liberdade dos mares e sobre a ocupação efetiva. Em 1533 (o rei francês) Francisco I obtinha do Papa Clemente VII uma interpretação da bula *Inter Coetera* de 1493; estavam reservadas apenas os continentes conhecidos em 1493 e não as terras descobertas depois por outras coroas. Em 1540, Francisco I vai mais longe. Ele diz que 'o sol brilha para ele como para todos os demais e que ele desejava muito conhecer o testamento de Adão para saber de que forma ele tinha dividido o mundo'...

Ele declara que somente a ocupação criava o direito, que descobrir um país "de l'oeil" ou atravessá-lo não constituia uma tomada de posse e que ele considerava como domínio estrangeiro unicamente 'os lugares habitados e defendidos'. São as bases da colonização moderna."[36]

Contrariamente a seus objetivos pretendidos, essa bula de 1493 não conseguiu ainda assim refrear os demais países: ela não intimidou a França de Francisco I, em pleno período da Reforma, nem tampouco a Inglaterra de Henrique VIII ou a Holanda das grandes companhias de comércio. Na verdade, como observou Chaunu, o instrumento papal não chegou a representar um verdadeiro incômodo, "tendo unicamente contribuído para generalizar a noção de monopólio. O que reclamaram a França, a Inglaterra e a Holanda, os últimos incorporados à epopéia dos descobrimentos e os mais desejosos de expansão, era uma participação nos benefícios desse monopólio. Até o século XIX, os monopólios seriam a condição jurídica da expansão colonial e das construções imperiais."[37]

O desafio ao condomínio ibérico partiu, como seria de se esperar, dos francesas e era especificamente dirigido contra os espanhóis, muito embora tenham sido os portugueses a sofrer em primeira mão suas conseqüências práticas. Esse desafio se deu não apenas no terreno propriamente geográfico, e consubstanciado em invasões e ocupações "ilegais" de território, mas igualmente no plano conceitual, vale dizer no terreno jurídico do "direito das gentes", sobre o qual supostamente se deveriam assentar as bases da "nova" diplomacia.

Como indica um especialista, "à diferença dos espanhóis, que aceitaram as bases jurídicas das reivindicações portuguesas e argumentaram apenas sobre os limites, os franceses apresentam um desafio fundamental aos direitos exclusivos de Portugal sobre o Brasil. Esses direitos se apoiavam, como na África, nas bulas pontifícias, que personificavam a tradição canônica medieval da jurisdição universal do papa sobre o mundo, conceito classicamente formulado (...) durante o século XIII. Ele dava ao Papa autoridade legítima para conceder aos soberanos cristãos que empreendessem a tarefa de evangelização direitos monopólicos sobre mares e terras descobertas. Mas, esse conceito medieval foi logo atacado por críticos tomistas cujas idéias tinham sido ulteriormente reforçadas pela redescoberta renascentista do direito romano, em especial do Código de Justiniano. Com efeito, a posição pontifícia não era mais aceita por estudiosos progressistas mesmo na península ibérica (como por exemplo Francisco de Vitória). Armados, então, com o conceito 'moderno' de império, baseado no direito laico das nações (*ex iure gentium*), os soberanos franceses insistiram em seu direito de comerciar livremente e declinaram em respeitar qualquer título que não fosse respaldado pela ocupação efetiva."[38]

Submetidos a uma constante pressão francesa desde os anos 20 do século XVI, os portugueses enfrentaram dificuldades em várias frentes. "Juridicamente, as bulas papais e o Tratado de Tordesilhas eram reconhecidos apenas por Castela e a argúcia intelectual dos advogados franceses tornava incômoda a posição do rei de Portugal. Incapaz de persuadir o rei francês [sobre a legitimidade] de seu direito legal (...). João III (1521-57) chegou a apelar temporariamente para a chantagem de Chabot, o Almirante da França,

em sua tentativa de controlar a pirataria e os saques franceses (1529-31)". Rendendo-se finalmente à evidência, os portugueses organizam a expedição de Martim Afonso de Souza (1530-31): "esses estabelecimentos responderiam ao desafio jurídico francês: Portugal poderia agora reivindicar a 'posse efetiva' do Brasil."[39]

No terreno mais "ideológico" da evangelização dos novos povos e naquele mais "jurídico" de seu direito à "propriedade", a doutrina pontifícia seria igualmente contestada com brilhantismo pelos novos pensadores do direito das gentes, em especial por Francisco de Vitoria. "A doutrina aristotélica (de um direito natural mesmo dos índios a uma propriedade e uma jurisdição) esteve no cerne de uma grande série de conferências, as *Relectio de Indis*, que o dominicano espanhol Francisco de Vitoria pronunciou na Universidade de Salamanca em 1539. Se a autoridade civil era inerente em todas as comunidades, em virtude da razão e do direito natural, nem o papa nem o imperador poderiam reivindicar legitimamente um domínio temporal universal que eliminasse ou passasse por cima dos direitos legítimos das comunidades não-cristãs. Num golpe decisivo, portanto, Vitoria destruiu a justificativa para o domínio espanhol nas Índias sobre a base da doação papal. Da mesma forma, ele rejeitou títulos baseados em supostos direitos de descoberta ou na oposição dos índios em aceitar a Fé."[40]

Contestada em suas bases jurídicas e ideológicas, a doutrina pontifícia já não mais poderia servir de base à dominação exclusiva do mundo pelos dois reinos ibéricos. Ela tampouco permitiria instrumentar o novo padrão das relações internacionais que emergia paralelamente à afirmação dos Estados monárquicos no cenário europeu. A diplomacia pontifícia seria uma das muitas vítimas do processo global de mutação intelectual que se operava durante o Renascimento: em seu lugar surgiriam novas técnicas e novas estruturas para a política exterior dos Estados.

6. O nascimento da diplomacia permanente

Como alerta Mousnier, essas estruturas são novas apenas fora da Itália, já que nessa península desde cedo se compreendeu a necessidade de certas regras de convivência, de um sistema de relações entre estados, a começar entre os próprios estados italianos. "Os italianos tinham chegado à noção de um sistema de Estados no qual cada qual é obrigado avelar pela manutenção do equilíbrio [geral]. Para tal, era necessário [estabelecer] relações permanentes entre os Estados, aos quais se impunha portanto um certo número de regras, um direito internacional. (...) A língua diplomática européia se aprovisiona de metáforas tomadas de empréstimo à Itália; "balança de poderes", "contrapeso de forças", etc. A idéia de "corpo cristão", de "república cristã" cessa. As noções de equilíbrio europeu, de diplomacia permanente, de direito internacional, de princípio de intervenção, dominarão a política européia até o congresso de Viena e mesmo mais além."[41]

Assim, a exemplo dos Estados italianos do século XV, os Estados europeus adotam a "técnica" da diplomacia permanente. Até o final do século XV eles tinham empregado apenas embaixadas solenes, conduzidas por príncipes, cardeais ou ministros, chegando em grande pompa e repartindo depois de cumprida uma missão específica. Mas, a partir

do século XVI, essa "invenção" propriamente venezianas que é a presença permanente de representantes de uma potência na capital de um determinado Estado, se dissemina rapidamente.

Em conseqüência, como lembra Mousnier, "de véritables familles d'ambassadeurs se formèrent". A descrição que ele faz dessas novas personagens e do seu papel no sistema de relações internacionais que se constitui progressivamente não é de modo algum envaidecedora para seus atuais representantes, mas merece ainda assim uma transcrição, pois que corresponde à realidade propriamente "maquiavélica" desses tempos de transição. O embaixador permanente é antes de mais nada, um espião privilegiado que dispunha de toda uma rede de informantes. "C'est aussi un agent politique qui s'abouche avec des *traîtres* possibles, distribue secrètement dons et pensions, manoeuvre des conseilleurs d'Etat, des prédicateurs, des membres influentes dans les corps et communautés divers du royaume."[42]

O método da diplomacia é o mais direto possível: "Le résultat seul compte. Les préoccupations morales le *cèdent* au calcul des rapports de force. La diplomatie est la guerre sur un autre terrain. Les armes habituelles sont le mensonge et la ruse. L'ambassadeur doit bien savoir l'histoire, *'maîtresse* de toutes les fraudes tromperies et parjurements' (Commines). Il doit d'abord se montrer "homme de bien", loyal et franc, pour capter la confiance de ses interlocuteurs et pouvoir mieux les tromper le moment venu (Machiavel). Il doit sagement assurer vouloir faire une chose et en faire ensuite une autre."[43]

Independentemente, porém, das qualidades pessoais dos novos "envoyés royaux", o intercâmbio de representantes dos soberanos começa a se processar rapidamente, sobretudo e logicamente entre aquelas cortes que detinham interesses contraditórios entre elas, como era o caso dos dois reinos ibéricos em face dos demais países europeus.

7. O Brasil na Perspectiva de 1492

Essa diplomacia permanente, por exemplo, é colocada em atividade desde cedo entre os dois reinos ibéricos, precisamente em razão das diferenças remanescentes a respeito das fronteiras respectivas da "partilha do mundo" operada inicialmente em Tordesilhas. O Brasil, em particular, ainda antes de sua emergência como território ou como nação, representaria uma espécie de teste histórico para os vários acordos de limites concertados sucessivamente entre Portugal e Espanha.[44]

Com efeito, o impacto das relações internacionais sobre a formação da nacionalidade brasileira se efetiva mesmo antes do próprio nascimento do País: a "existência" do Brasil precede à sua inserção na ordem internacional. Como vimos, previamente ao descobrimento de terras no Atlântico sul, Portugal e Espanha já se encontravam partilhando os territórios descobertos e a descobrir naquela parte do mundo vagamente identificada com o "Oriente". O "ato fundador" de Tordesilhas marca, portanto, a emergência do Brasil, ainda que involuntária, no cenário internacional.

A bula pontifiçal *Inter Coetera* de 1493 e o Tratado delimitatório de Tordesilhas de 1494, constituem, efetivamente, os primeiros atos diplomáticos relativos ao Brasil. Se a carta de Pero Vaz de Caminha pode ser considerada como um certificado de "batismo", aqueles documentos diplomáticos representam, por assim dizer, uma espécie de "anunciação" de um Brasil ainda por descobrir. Ainda que esses instrumentos diplomáticos interessassem, à época, mais de perto Espanha e Portugal e que eles objetivavam disciplinar a questão de suas soberanias respectivas sobre o conjunto de terras em fase de incorporação aos domínios territoriais de ambas as Coroas, eles constituiam, em especial os acordos concluídos em Tordesilhas, os primeiros exemplos efetivamente documentados de uma nova modalidade de ação diplomática em ação no contexto internacional.

Seja como for a questão dos limites entre as concessões espanholas e portuguesas a oeste do velho Mundo constitui o primeiro "assunto internacional" do Brasil "em gestação". A questão iria, dentro em breve, materializar-se na prática, ao conformar-se a visão real do território "recém-nascido", isto é, logo após 1500: mas, como já observado por diversos historiadores, o certo é que o Brasil teve "fronteiras" antes sequer de possuir qualquer conteúdo efetivo como "território."[45]

Na verdade, a demarcação prevista no Tratado de Tordesilhas nunca foi implementada no terreno, em grande parte devido aos projetos expansionistas que cada protagonista mantinha em relação às terras da vizinha Coroa. Ambos os poderes postergaram enquanto puderam a delimitação de suas possessões respectivas, ambicionando o soberano espanhol os entrepostos portugueses das Molucas e pretendendo o monarca português estender suas terras no Atlântico sul e na faixa equatorial.

Esse primeiro "dossier" das "relações exteriores" do Brasil, o da delimitação de suas fronteiras, permaneceu incompleto e inconcluso durante mais de dois séculos. "Com a união, em 1580, das coroas ibéricas pela extinção da dinastia de Aviz, a questão dos limites sul-americanos ficou latente por sessenta anos".[46] O assunto somente seria retomado a partir do desligamento de Portugal do poder monárquico espanhol, em 1640, em razão do acirramento dos conflitos pelo controle dos territórios situados no entorno platino. Pela primeira vez, então, o Brasil, enquanto tal passa a ser objeto de negociações diplomáticas e não apenas como espectador distante. Antes, porém, a Nação pagaria um alto preço devido a seu alinhamento involuntário nas alianças e rivalidades internacionais existentes naquela época.

Entre outros incômodos do status colonial, está o de suportar, mesmo indiretamente, os custos da política internacional assumida pela metrópole. Os territórios, dependentes, são automaticamente incorporados ao ordenamento de forças que cada potência realiza para enfrentar uma situação de crise em suas relações exteriores. As situações de conflito bélico e de disputas territoriais por procuração são bastante conhecidas na história do colonialismo moderno. A tradicional rivalidade entre a França e a Inglaterra, por exemplo, se materializou tanto nos campos e florestas da América do Norte como nos mares e terras adjacentes ao Canal da Mancha. A própria independência das 13 colônias e a guerra anglo-americana de 1812 podem, de certo modo, ser vistas como capítulos "extra-europeus" do secular enfrentamento entre as pretensões hegemônicas da monarquia absolutista francesa e a resistência orgulhosa da *perfide Albion.*

No Atlântico sul, igualmente, as incursões, invasões e ocupações por parte de corsários, mercenários ou enviados de casas comerciais ou reais da França, Inglaterra ou Holanda, inimigos ocasionais ou históricos das Coroas portuguesa e espanhola, podem ser vistas como parte do enfrentamento estratégico ou comercial levado a cabo a nível do sistema internacional em seu conjunto. As tentativas de estabelecimento estrangeiro no Brasil, entre os séculos XVI e XVIII, constituem mais um exemplo dessa condição de "dependência forçada" das nações colonizadas em relação às opções de política internacional das potências metropolitanas.

Nesse sentido, o Brasil, entre 1580 e 1640 (e mesmo depois dessa data), foi uma vítima involuntária da deterioração das relações internacionais da Coroa espanhola.[47] Contra as ameaças externas, sobretudo a ocupação holandesa, os brasileiros lograram manter a unidade territorial do País. As lutas contra as invasões externas constituiram um dos mais importantes fatores na formação da nacionalidade brasileira e na emergência de uma consciência propriamente nacional.

De "ilha" na América espanhola, o Brasil converteu-se no país de maior extensão territorial da América do Sul. Como foi isso possível? Como, por outro lado, Portugal e Espanha, duas potências menores no concerto europeu, lograram preservar seus imensos territórios no Novo Mundo?. "A resposta (...) deve ser encontrada no contexto internacional: apoiando-se na permanente rivalidade entre a França e a Inglaterra, Espanha e Portugal participaram de um sistema de alianças européias, que lhes asseguraram a manutenção de suas possessões coloniais".[48]

Ressalte-se, por outro lado, que, com o amalgamento das duas Coroas, mesmo tendo "importado" alguns dos conflitos latentes que grassavam entre as casas reinantes européias, o Brasil veio a beneficiar-se, em última instância, da união ibérica. Entre outras "vantagens", diminuiram sobremaneira os obstáculos às incursões de desbravadores luso-brasileiros em terras "espanholas", assim como os impedimentos à expansão do povoamento em direção do grande "heartland" sul-americano, de resto, até então, *terra incognita*, tanto para os portugueses como para os castelhanos.

O arcabouço "geopolítico" concebido em Tordesilhas – e que jamais tinha recebido uma confirmação propriamente "geográfica" – foi assim sendo superado pela prática de "bandeirantes e pioneiros", até ser substituído juridicamente pelo instrumento diplomático mais importante da história do Brasil colonial: o Tratado de Madrid, ele também objeto da diplomacia permanente praticada ao longo do período, inclusive por esse "pioneiro" do serviço extrior brasileiro que foi Alexandre de Gusmão.

Como salientou Frédéric Mauro, "o Tratado de Madrid (1750), firmado depois de três anos de árduas negociações, foi o mais importante acordo de delimitação de territórios ultramarinos a ser concretizado entre os portugueses e espanhóis desde o Tratado de Tordesilhas (1494). Os dois países finalmente abandonaram o princípio básico de Tordesilhas, e que não tinha mais nenhuma relação com a realidade, e adotaram o do *uti possidetis*, isto é, "cada uma das partes conserva aquilo que ela ocupou". (...) O Tratado de Madrid (o Tratado de Limites), deu a Portugal a soberania sobre vastas áreas (cerca da metade) da América do Sul e ao Brasil a conformação que em larga medida ele manteve até a atualidade".[49]

O Tratado de Madrid seria contudo nulificado pelo de El Pardo, firmado em 1761, e substituído alguns anos depois pelo de Santo Ildefonso (1o. de outubro de 1777), este bem menos favorável a Portugal.[30] Mas, o desenvolvimento das fronteiras a partir de então, já não guardaria mais relações "genéticas" com o processo histórico inaugurado em 1492-1494, tendo passado a responder, a partir do século XVII, a uma dinâmica diplomática própria, assim como a outros critérios de afirmação dos interesses nacionais, entre eles a expansão "natural" dos habitantes do imenso "heartland" brasileiro. Restaria apenas, como herança legítima da gesta colombina, o estilo de negociações diplomáticas inaugurado logo após a viagem do "Almirante do mar oceano".

Bibliografia Consultada:

AVELLAR, Hélio de Alcântara: *História Administrativa e Econômica do Brasil* (2a. edição, Rio de Janeiro, FENAME, 1976)

CHAUNU, Pierre: *Conquista y explotación de los nuevos mundos (siglo XVI)* (Barcelona, Editorial Labor, 1973)

COLOMBO, Cristóvão: *Diários da Descoberta da América: As quatro viagens e o testamento* (3a. edição, Porto Alegre, LP&M, 1986)

ELIOTT, J.H.: "The Spanish Conquest and the settlement of America" in Leslie BETHELL (ed) *The Cambridge History of Latin America* (Cambridge, Cambridge University Press, 1984), vol. I, cap. 6, Part Two, pp. 149-206

——: "Spain and America in the sixteenth and seventeenth centuries", in BETHELL (ed). *The Cambridge History of Latin America*, op. cit. supra, pp. 287-339.

GANSHOF, Françoş L.: *Histoire des Relations Internationales* (publiée sous la direction de Pierre RENOUVIN), tôme 1: *Le Moyen Age* (Paris, Librarie Hachette, 1953)

GRANZOTTO, Gianni: *Cristoforo Colombo* (Milão, Arnoldo Mondadori Editore, 1984)

JOHNSON, H.B.: "The Portuguese settlement of Brazil, 1500-1580", in BETHELL (ed), *The Cambridge History of Latin America*. op. cit. supra, pp. 249-286

MAURO, Frédéric: "Portugal and Brazil: political and economic structures of empire, 1580-1750", in BETHELL (ed), *The Cambridge History of Latin america*, op. cit., pp. 441-468.

MOUSNIER, Roland: *Les XVIe et XVIIe Siècles: la grande mutation intellectuelle de l'humanité, l'avenement de la science moderne et l'expansion de l'Europe*. Tome IV de *Histoire Générale des Civilisations*, publiée sous la direction de Maurice Crouzet (5a. edição, Paris, Presses Universitaires de France, 1967)

——: *Los Siglos XVI y XVII: El progreso de la civilización europea y la decadencia de Oriente (1492-1715)* (4a. edição, Barcelona, Ediciones Destino, 1974)

PARRY, J.H.: *The Discovery of South America* (New York, Taplinger Publishing Company, 1979)

——: *Europa y la Expansion del Mundo, (1415-1715)* (2a. edição, México, Fondo de Cultura Econômica, 1988)

PEREGALLI, Enrique: *Como o Brasil Ficou Assim?: formação das fronteiras e tratados dos limites* (2a. edição, São Paulo, Global, 1984)

PEREIRA DE ARAUJO, João Hermes: "A Herança Colonial", in João Hermes PEREIRA DE ARAUJO. Marcos AZAMBUJA e Rubens RICUPERO: *Três Ensaios de Diplomacia Brasileira* (Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1989), pp. 3-11

PRADO Jr., Caio: *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia* (16a. edição, São Paulo, Brasiliense, 1979)

SILVA, Andrée Mansuy-Diniz: "Portugal and Brazil: imperial reorganization, 1750-1808", in BETHELL (ed), *The Cambridge History*, op cit supra, pp. 469-508

ZELLER, Gaston: *Histoire des Relations Internationales* (publiée sous la direction de Pierre RENOUVIN), tome 2: *Les Temps Modernes*, vol. I: *De Cristophe Colomb a Cromwell* (Paris, Librairie Hachette, 1953)

Notas

1 Cf. Cristovão COLOMBO, *Diários da Descoberta da América: As quatro viagens e o testamento* (3a. edição, Porto Alegre, LP&M, 1986), pp. 44-45.

2 Aliás, o capítulo pertinente da edição espanhola do livro de Mousnier sobre a história dos séculos XVI e XVII, chama-se, apropriadamente, "o renascimento da política externa". Vide Roland MOUSNIER, *Les XVIe et XVIIe. Siècles: la grande mutation intelleqctuelle de l'humanité, l'avènement de la science moderne et l'expansion de l'Europe, Tome IV de Histoire Générale deqs Civilisations* publiée sous la direction de Maurice Crouzet (5a. edição, "revue, corrigée et augmentée", Paris, Presses Universitaires de France, 1967; 1a. edi., 1953), Chap. V: *"Les Nouvelles Structures de la Politique Etrangère"*, pp. 140-160. Cf. a edição em espanhol: *Los Siglos XVI y XVII: El progreso de la civilizacion europea y la decadencia de Oriente (1492-1715)* (4a. edição, Barcelona, Ediciones Destino, 1974, 1a. edição espanhola; 1959), Cap. V: "El Renacimiento de la Política Exterior", pp. 147-168.

3 Cf. François L. GANSHOF. *Histoire des Relations Internationales* (publicada sob a direção de Pierre RENOUVIN), tomo 1: *Le Moyen Age* (Paris, Librairie Hachette, 1953), p. 260.

4 Vide Gaston ZELLER, *Histoire des Relations Internationales* (publicada sob a direção de Pierre RENOUVIN), tomo 2: *Les Temps Modernes, I: De Cristophe Colomb a Cromwell* (Paris, Librairie Hachette, 1953), pp. 30-88.

5 Cf. Caio PRADO JUNIOR. *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia* (16a. ed., São Paulo, Brasiliense, 1979), p. 21.

6 Como lembra um autor, o Papa desempenhava funções de árbitro internacional, conforme o jogo da política mundial: "Com base no poder espiritual (e nas sanções dele decorrentes, excomunhão e interdição), procurava exercer, na comunidade cristã das nações européias, uma espécie de administração supranacional." Cf. Hélio de Alcântara. AVELLAR. *História Administrativa e Econômica do Brasil* (2a. ed., Rio de Janeiro, FENAME, 1976), p. 37.

7 Cf. J. H. PARRY. *The Discovery of South America* (New York, Taplinger Publishing Company, 1979), p. 25.

8 Cf, AVELLAR, *História Administrativa e Econômica do Brasil*, op. cit., pp. 24-27.

9 Cabe notar aqui, efetivamente, o papel fundamental que desempenha o Estado na conformação dos impérios mercantis ibéricos de princípios do século XVI. Isto é particularmente verdadeiro no caso português desde Henrique o Navegador, mesmo se a iniciativa "privada" esteve presente na conquista das ilhas portugueqsas do Atlântico. Como revela o historiador francês Pierre Chaunu, "a partir de 1474, o descobrimento e a exploração ficaram sob o controle direto da Coroa, marcando essa data o ponto de partida do Império português". O 'estado patrimonial' de Henrique começou a constituir as casas de contratação que desempenhariam um papel importante na organização da exploração econômica dos espaços ultramarinos: Casa da Guiné, Casa da Índia, organismos mercantis por excelência. O Estado regulava ainda a parte da iniciativa particular, como se viu mais tarde no caso do Brasil: "Para obter resultados com o mínimo gasto, João III procedeu por concessões, donatários e capitanias". Cf. Pierre CHAUNU: *Conquête et explotation des nouveaux mondes (XVIe siècle)* (Paris, PUF, Collection Nouvelle Clio), consultado na edição em espanhol: *Conquista y explotación de los nuevos mundos (siglo XVI)* (Barcelona, Editorial Labor, 1973), pp. 97-98. E, como confirmado por um especialista da expansão colonial espanhola: "The presence of an intrusive state was to be critical to the whole development of Castile's overseas enterprise": cf. J.H. ELIOTT. "The Spanish Conquest and the settlement of America" in Leslie BETHELL (ed). *The Cambridge History of Latin America*, (Cambridge, Cambridge University Press, 1984, vol I, cap. 6, Part two, pp. 149-206), p. 158.

10 Como confirma o historiador britânico John Parry, "Esse costume de recorrer ao papa para a confirmação dos descobrimentos ultramarinos representou uma característica importante da diplomacia da época e produziu, mais tarde, complicações embaraçosas quando a Espanha e outras nações se lançaram no campo das explorações marítimas". Cf. John H. PARRY. *Europe and Wider World, 1415-1715*, citado segundo a edição mexicana dessa obra. *Europa y la Expansion del Mundo. 1415-1715* (2a. edição, México, Fondo de Cultura Económica, 1988), p. 40.

11 Cf. AVELLAR, op. cit., p. 37.

12 A epopéia ultramarina portuguesa e a conquista de um imenso império marítimo são fatos excepcionais em si mesmos, tendo em vista as pequenas dimensões do país e a modesta dotação em recursos intrínsecos do Estado português. Como escreveu Zeller: "Rarement thalassocratie eut un aussi faible support continental, Rarement si petit pays régna sur un si vaste empire". Cf. *Histoire des Relations Internationales*, tomo 2. I. op. cit., p. 40.

13 Cf. CHAUNU, *Conquista y explotación de los nuevos mundos* op. cit., p. 124.

14 Vide AVELLAR. *História Administrativa e Econômica do Brasil*, op. cit., pp. 37-38.

15 Cf. CHAUNU, op. cit. p. 125. A questão do monopólio, como esclarece Pierre Chaunu, era fundamental ao sucesso de todo empreendimento explorador e colonial. " O combate livrado pelo rei de Portugal, depois do Navegador [Infante D. Henrique], para assegurar seu direito, esse direito que fará escola, à exploração exclusiva das costas da África. deve ser considerado como decisivo em seus alcances históricos. De seu êxito dependeria o da explosão planetária da Europa: sem a garantia, *de facto e de jure*, oferecida ao descobridor, teria sido impossível o financiamento da exploração e do descobrimento. Uma vez assegurada a amortização (do empreendimento), a lógica limitação [do monopólio] no tempo viria por si mesma. O monopólio em regime de euxclusividade representou quiçás... um inconveniente, mínimo se o compararmos com os preciosos serviços que rendeu nos primeiros momentos": cf. p. 123.

16 Idem, loc. cit.: Chaunu, nessa passagem, cita a obra do historiador L. WECKMAN. *Las bulas alejandrinas de 1493 y la teoria política del papado medieval: estudio de la supremacia papal sobre las islas, 1091-1493* (Mexico, 1949).

17 O Tratado de paz de Toledo, por sua vez, confirmava outro, o de Alcobaça ou das Parcerias do Moura, de 4 de setembro de 1479, que tinha concluído a guerra de sucessão dinástica entre as duas coroas. Cf. AVELLAR. *História Administrativa e Econômica do Brasil*. p. 38.

18 Idem.

19 Idem. loc. cit.

20 Cf. Gianni GRANZOTTO, *Cristoforo Colombo* (Milão, Arnoldo Mondadori Editore, 1984). pp. 221-222.

21 Vide ZELLER. *Histoire des Relations Internationales*, op. cit., Chap. III: "Les Problèmes de la Mer", pp. 30-88, cf. p. 35.

22 Cf. J. H. ELIOTT. "The Spanish Conquest and the settlement of America", in BETHELL (ed), *The Cambridge History of Latin America*, op. cit., pp. 160-161.

23 Cf. PARRY, *The Discovery of South America*, op. cit., p. 67. O Papa tinha o direito de conceder soberania temporal sobre territórios não disputados por outros príncipes cristãos, doutrina um pouco dúbia, mesmo para os ortodoxos, mas que tinha sido aceita quando a monarquia portuguesa reivindicou a posse da África ocidental.

24 Idem. pp. 67-68.

25 Cf. ZELLER. *Histoire des Relations Internationales*. p. 35.

26 Cf. AVELLAR, *Historia Administrativa*, pp. 38-39.

27 Cf. CHAUNU, *Conquista y explotación*, pp. 125-126.

28 Cf. PARRY, *The Discovery of South America*, p. 68.

29 Cf. PARRY, op. cit., pp. 68-9.

30 Cf. CHAUNU, op. cit., p. 126.

31 Vide, a propósito, o artigo de Bartolomé BENASSAR, "Tordesillas: le premier partage du monde". *L'Histoire*, número especial: "1492: la découverte de l'Amérique" (Paris, no. 146, julho-agosto de 1991, pp. 86-93. Como indica o autor, mais do que Ialta ou Viena, Tordesilhas representa efetivamente uma primeira tentativa de partilha do mundo. Retomando o intinerário que conduziu a Tordesilhas, esse autor refere-se aos tratados de Alcobaça (setembro de 1479) e seus capítulos adicionais relativos às Canárias e à Guiné, firmados pelos reis católicos (Toledo, março de 1480) e por Afonso V e seu filho o príncipe João (Evora, setembro de 1480), considerando-os como um prefácio à "partilha do mundo" desenhada em Tordesilhas quinze anos mais tarde.

32 Cf. ZELLER, *Histoire des Relations Internationales*, p. 36.

33 Idem, op. cit., p. 38.

34 Idem, p. 45.

35 Cf. MOUSNIER, *Les XVIe et XVIIe. Siècles*, op. cit., p. 142.

36 Cf. MOUSNIER, pp. 154-5. Como observa ainda Mousnier a propósito da "decadência" da diplomacia vaticana em princípios do século XVI, os próprios papas davam muitos exemplos de que a única base da política externa era, na verdade, uma valiação da relação de forças entre os contendores imediatos: eles eram, aliás, os primeiros a se desdizerem e a desprezarem a palavra dada. Os papas contribuíram assim para abrir uma nova época nas relações entre os Estados, não mais determinada pela intervenção da Cúria romana, mas submetida aos interesses exclusivos dos Estados emergentes.

37 Cf. CHAUNU, op. cit., p. 126.

38 Cf. H. B. JOHNSON, "The Portuguese settlement of Brazil, 1500-1580", in BETHELL (ed). *The Cambridge History of Latin America* (op. cit., pp. 249-286), p.259.

39 Idem. p. 260.

40 Cf. J. H. ELIOTT, "Spain and America in the sixteenth and seventeenth centuries", in BETHELL (ed). *The Cambridge History* (op. cit., pp. 287-339), p. 305.

41 Cf. MOUSNIER. *Les XVIe et XVIIe. Siècles.* op. cit., p. 140.

42 Idem. p. 141.

43 Idem, p. 142.

44 Não se deve tampouco descartar a influência desse "pecado original" que representou o fator "Tordesilhas" na própria afirmação arraigada do trabalho escravo no Brasil, muitas vezes se esquece que, de certo modo, o Tratado de Tordesilhas representou a legalização do monopólio português do comércio negreiro. Desde 1502, por exemplo, Portugal passou a abastecer Sevilha, que remetia os escravos africanos para a América espanhola. Alguns anos depois o tráfico já representava uma das principais rendas da Coroa portuguesa. Nessas condições, não é de surpreender o fato de que o modo de produção escravagista, adotado com maior ou menor intensidade em todas as empresas coloniais européias, tenha adquirido no Brasil uma amplitude tal que ele viria a marcar indelevelmente o processo de formação da nacionalidade, deixando como herança histórica uma das características mais negativas de sua estrutura social e de seu sistema cultural e de valores.

45 Importa assinalar a esse propósito, o caráter absolutamente prioritário que a questão do território assume nas "relações exteriores" do Brasil durante todo o processo de formação da nacionalidade e no espaço cronológico de pelo menos quatro quintos de seu itinerário como Nação. Com efeito, esse elemento essencial da definição da identidade nacional extravasa mesmo o período colonial, permanecendo no centro de nossas relações exteriores mesmo depois da conquista da autonomia política, quando ele passa a dividir com o reconhecimento da Independência e as relações com as potências hegemônicas as preocupações de nossa diplomacia.

46 Cf. João Hermes PEREIRA DE ARAUJO. "A Herança Colonial", in João Hermes PEREIRA DE ARAUJO. Marcos AZAMBUJA e Ruben RICUPERO. *Três Ensaios de Diplomacia Brasileira* (Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1989, pp. 3-11), p. 4.

47 Ressalte-se, contudo, que, com o amalgamento das duas Coroas, mesmo tendo "importado" alguns dos conflitos latentes que grassavam entre as casas reinantes européias, o Brasil veio a beneficiar-se, em última instância, da união ibérica, já que diminuiram sobremaneira os obstáculos às incursões de desbravadores luso-brasileiros em terras "espanholas", bem como os impedimentos de princípio à expansão do povoamento em direção do grande "heartland" sul-americano, de resto, até então, *terra*

incognita, tanto para os portugueses como para os castelhanos. O período 1580-1640 representou, assim, uma das fases mais dinâmicas da expansão da sociedade brasileira – e não mais simplesmente "portuguesa" – no "hertland" sul-americano, movimento que culminaria vários séculos depois.

48 Cf. Enrique PEREGALLI. *Como o Brasil Ficou Assim? formação das fronteiras e tratados dos limites* (2a. edição, São Paulo, Global, 1984), p. 13.

49 Cf. Frédéric MAURO, "Portugal and Brazil: political and economic structures of empire, 1580-1750", in BETHELL (ed), *The Cambridge History of Latin America* (op. cit., pp. 441-468), p. 467. Entre outras disposições importantes do Tratado de Madrid – que anulava todos os acordos anteriores, desde a bula de Alexandre VI até o Tratado de Utrecht de 1713 – Portugal renunciava à colonia do Sacramento mas ganhava diversos "povos" nas regiões das "Missões" e quase toda a extensão amazônica.

50 Vide para essa questão, Andrée Mansuy-Diniz SILVA. "Portugal and Brazil: imperial reorganization, 1750-1808", in BETHELL (ed). *The Cambridge History* (op. cit., pp. 469-508).

LA INTEGRACION APERTURISTA: EL NUEVO DESAFIO LATINOAMERICANO*

Ignacio Basombrío**

Es posible, para un país latinoamericano, intentar, de manera aislada, llevar a cabo um proceso de desarrollo orientado a modernizar su aparato productivo?. Esta pregunta, que se formula en los sectores interesados en la integración regional, no tiene una respuesta absoluta. Motiva, antes bien, un conjunto de reflexiones acerca de la viabilidad de la integración, sobre el papel del Estado y la posición de los empresarios, ante modelos económicos que privilegian al mercado y un entorno internacional caracterizado por la dinámica de los cambios, de la interdependencia y la competividad.

LOS LIMITES DE LA INTEGRACION

Un crítico severo de la integración, Roberto Abusada, se muestra escéptico frente a a la capacidad de movilización empresarial en los esquemas latinoamericanos de integración. En tal sentido ha afirmado, con suficiente claridad para que no queden dudas sobre su posición, que "no he hablado de los esquemas de integración porque creo que aburren en general; pero quisiera brevemente decir que las razones del llamado fracaso, en efecto un verdadero fracaso, de las políticas de integración, están en la base misma del esquema de sustitución de importaciones. Hemos querido hacer a nivel regional aquello en lo que ya habíamos fracasado a nivel nacional"[1].

El cuestionamiento al proceso de industrialización en América Latina ha dejado de lado los planteamientos analíticos y se ha convertido en una suerte de slogan. Todo el proceso ha sido defectuoso. Toda la protección ha sido excesiva. Toda la intervención del Estado ha resultado perniciosa.

---

* Documento preparado para la 20 Conferencia Mundial de la Sociedad Internacional para el Desarrollo (Amsterdam, Holanda, 6 al 9 de mayo de 1991).

** Director de Relaciones Económicas del Sistema Económico Latinoamericano (SELA). Los criterios expuestos en el presente documento son de exclusiva responsabilidad de su autor.

En la medida en que la integración se ha conceptualizado para alcanzar un mayor grado de autonomía a nivel regional y posibilitar el desarrollo de ramas industriales que, de otra forma, no podría lograrse, se ha tendido a asimilar las críticas al modelo sustitutivo como los cuestionamientos a la integración. De tal manera, y sin vacilar en los juicios, se considera que la unidad latinoamericana resulta una sumatoria de ineficiencias antes que un factor capaz de potenciar el desarrollo económico. Se le considera además como un medio a través del cual se perpetúan dos elementos que, en opinión de algunos sectores, explican la crisis latinoamericana, a saber: (i) la intervención del Estado en el proceso económico; y, (ii) la protección otorgada a las actividades productivas internas.

Considero que un análisis más desapasionado y, en consecuencia, con menor dósis de dogmatismo acerca de la integración y su relación directa con el fortalecimiento del aparato productivo, permite alcanzar determinados consensos a partir de los cuales puede resultar factible llevar a cabo un ejercicio destinado a corregir aquellos factoreus que, en el pasado, han entrabado la marcha del proceso integrador.

El primero y fundamental de tales consensos se refiere a la necesidad, en la actual coyuntura histórica latinoamericana, de avanzar por el camino de la integración. En un reciente trabajo, Klauss Esser[2] afirma que son tres las tendencias de la economía internacional al iniciarse la presente década: (i) movimiento decisivo hacia la interdependencia global, (ii) acentuada regionalización en al mundo; y, (iii) claro proceso de competitividad internacional en las economías nacionales.

Otro académico y político alemán, Ingoman Haschler, no vacila en afirmar que "numerosos indicadores nos muestran que la interconexión mundial de las economías aumenta en forma exponencial. Esto ocurre no sólo en el comercio mundial sino en mayor medida aún en los flujos internacionales de dinero y capital. Las tasas de crecimiento de la red de interconexiones comerciales se halla muy por encima de la produccion mundial"[3].

LA DINAMICA INTEGRADORA MUNDIAL

Cómo han reaccionado frente a las nuevas realidades económicas y políticas otras zonas del mundo?

Los países de la Comunidad Europea, con plena conciencia de sus tareas históricas, a pesar de los avances registrados por su proceso integrador a partir de la suscripción del Tratado de Roma, decidieron profundizarlo en plazo relativamente corto, en función de a magnitud de los desafíos y compromisos asumidos. Para ello suscribieron, a mediados de la década pasada, el Acta Unica Europea.

En los países de Europa del Este, además de la lucha por la democracia, una correcta apreciación de su absoluta incapacidad para competir en el escenario mundial y mantener y mejorar la calidad de vida de su problación, ha estado detrás de la caida del infamante Muro de Berlin y del desmontaje del Estado totalizador y totalitario.

A partir del desarrollo del Japón, los países del sudeste asiático, han iniciado un proceso destinado a conformar un bloque económico capaz de mantener y acrecentar en el escenario internacional.

Los Estados Unidos, en lo que respecta a sus relaciones con América Latina, ha planteado, en junio de 1990, la Iniciativa para las Américas, ambicioso proyecto que, de concretarse, permitiría el establecimiento de una zona de libre comercio hemisférica.

Finalmente, la China, con el esfuerzo destinado a lograr su modernización y condiciones más adecuadas de inserción en la economía mundial, ha incorporado nuevos elementos y factores en el proceso de asignación de recursos y desarrollo de actividades productivas. La movilización de China por obtener recursos de inversión extranjera y de innovación tecnológica antecedió en el tiempo al proceso de la perestroika en la Unión Soviética y, además, incorporó, como una variable fundamental, al factor tiempo, al cual se le asignó una importancia mayor que en la Unión Soviética.

En ese plano de realidades deben considerarse, además, los propósitos expresados por países como Austria, Suecia y Noruega por incorporarse a la Comunidad Europea.

LA SITUACION LATINOAMERICANA

Ante ese conjunto de situaciones cabe preguntarse si América Latina puede aspirar a lograr su desarrollo como consecuencia de los avances que, de manera aislada y autónoma, registren los países que integran la región. Cabe preguntarse, igualmente, si, por el contrario, la viabilidad del desarrollo está más directamente vinculada con la realización de proyectos de caráter integrador.

Una visión superficial sobre las opciones de salida de la crisis regional parece inclinarse a considerar la posibilidad de conseguir, a partir de acciones nacionales individuales, el progreso económico y social, asi como mejores condiciones de participación en la economía internacional. Los compromisos que pudieran asumirse en materia de la integración económica podrían dificultar el logro de tales objetivos nacionales, en la medida en que restringirían la autonomía en la definición de las políticas económicas y en la instrumentación de estrategias de desarrollo.

Pero, en esquemas caracterizados por la autonomía, sin compromisos regionales de ninguna clase, aparecen factores negativos que pueden constituirse en elementos retardatarios y perturbadores en el objetivo de lograr, en términos eficientes, un desarrollo económico sostenido. Un desarrollo asentado en la movilización de los recursos internos, en la creación de un gran espacio económico que permita llevar a cabo determinados proyectos que, por su magnitud financiera y por los requerimientos de naturaleza técnica, sólo podrían realizarse a partir de la unidad de dos o más países de América Latina.

No debe ocultarse el hecho que la integración plantea nuevas incógnitas, desafíos mayores, problemas inéditos, que resultan necesarios de ser asumidos con criterios no sólo técnicos sino de carácter político. Pero, tales problemas y limitaciones, que son

reales, que acompañan a los procesos integradores en todo el mundo, resultan, medidos en términos históricos, menos importantes y significativos que los beneficios que pueden derivarse de impulsar, con decisión y coraje, a esa creación heróica (para utilizar la expresión de José Carlos Mariátegui) que es la edificación de la integración latinoamericana.

La integración no debe ser una expresión retórica, al amparo de la cual se aseguren privilegios, se reduzca la eficiencia económica, se justifique un proceso de aislamiento latinoamericano del resto del mundo. En el pasado, la excesiva complejidad jurídica e institucional, unida a las restricciones en el apoyo político y empresarial a los esquemas integradores, han traído consigo una creciente brecha de separación entre los objetivos señalados en los acuerdos y compromisos integradores y los resultados efectivamente alcanzados.

La carencia de pueblo en los procesos integradores no ha sido una condición derivada de la imprevisión, sino una expresión del sentido elitesco – cuando no burocrático – asignado a los procesos orientados a lograr la unidad regional. A diferencia de lo acontecido en Europa, por ejemplo, en que el ciudadano y la opinión pública tienen un papel importante en el proceso, en América Latina la integración no alcanza al hombre común y corriente. Este sólo se entera que existe un comercio entre países vecinos cuando, ocasionalmente, en los anaqueles de algunos supermercados, se encuentran productos elaborados en determinados países de la región. Fuera de esos eventuales hallazgos, se mantienen las barreras y el aislamiento. Las políticas de visas, los nacionalismos estrechos, el bloqueo cultural, son moneda corriente en la mayoría de los países latinoamericanos.

NUEVOS VIENTOS

Debo reconocer, sin embargo, que hay vientos – y vientos importantes – para otorgarle una nueva dimensión histórica y real a la integración. Una visión más política y menos tecnocrática está presidiendo las nuevas orientaciones. Porque, finalmente, de lo que se trata es que el espacio político y económico, social, cultural y humano que existe sin aprovecharse en América Latina pueda utilizarse para alcanzar objetivos nacionales y regionales.

A diferencia de lo que sostienen los opositores a la integración regional, la práctica y la experiencia histórica han demonstrado que los compromisos integradores no se han internalizado en las políticas nacionales. Ha existido, en consecuencia, un divorcio entre lo planteado en los foros de la integración y las acciones concretas asumidas a nivel nacional. La integración no ha sido un intento de repetir a nivel regional lo establecido a nivel nacional. La situación ha sido aún más compleja y grave para el diseño de un proyecto regional: la variable integradora ha estado ausente al momento de definir las líneas maestras de los procesos nacionales y de los programas económicos.

En los últimos años se ha producido una dinámica de acontecimientos en materia de encuentros al más alto nivel político en los países de América Latina. De um virtual

aislamiento se ha pasado a una etapa en que resultan comunes los encuentros presidenciales, la conformación de grupos informales y de mecanismos no institucionalizados para tratar acerca de los principales temas de la agenda internacional.

Tales avances resultan positivos aún cuando, por su carácter no-jurídico, pueden dar lugar a una multiplicación de declaraciones y compromisos que, en la práctica, no se concreten en realizaciones específicas. Sin embargo, y atendiendo a la realidad regional, un proceso de compromisos orientado a liberalizar el comercio y promover el desarrollo de iniciativas conjuntas, parece responder a las necesidades y aspiraciones de América Latina. No debe extrañar, en consecuencia, que, para utilizar la expresión de Jorge Luis Ordóñez, Secretario General de la Aladi, se produzca un caos creador en la integración latinoamericana. Lo importante, en ese proceso de cambios, es que el impulso se mantenga pero que, al mismo tiempo, se consoliden los esfuerzos y se establezcan bases sólidas y firmes para que los compromisos asumidos se cumplan cabalmente.

Constituyen algunas de las manifestaciones más importantes y significativas de la nueva manera en la cual se enfoca el tema de la integración regional: (i) los avances en las relaciones entre Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, que culminaron el 26 de marzo de 1991 con la firma del acuerdo que conforma e Mercosur; (ii) la actualización de los mecanismos del Acuerdo de Cartagena; (iii) los planteamientos del Presidente de México por impulsar la Aladi, que han sido apoyados por el Grupo de Rio; y, (iv) el impulso que, a nivel presidencial, se ha otorgado a la integración centroamericana.

El tema de la integración se considera, al inicio de la presente década, de manera más pragmática y comprometida. Los plazos para alcanzar los objetivos son más cortos y los compromisos más profundos. Además, y a diferencia de lo acontecido en las décadas procedentes, existe una mayor aproximación en lo que se refiere a las políticas económicas nacionales. Debe recordarse que uno de los temas centrales en el debate sobre la viabilidad de los esquemas integradores estaba referido a la armonización de políticas. Se sostenía, con razón, que la diversidad de los mecanismos aplicados en los países de América Latina para el manejo de las políticas cambiaria, aduanera, de precios, de fomento industrial y tributaria, sin contar con las diferentes legislaciones en materia social, entrababan y dificultaban otorgarle a la integración una dimensión y un alcance superior al simple proceso de incrementar lentamente las corrientes de comercio.

En la actualidad, y como un resultado derivado de las políticas de ajuste, se ha facilitado el proceso de armonización, en la medida en que los países de la región han adoptado políticas económicas más orientadas hacia el mercado, incluyendo la apertura comercial, la libertad cambiaria y el establecimiento de impuestos sobre el valor agregado, para gravar el consumo.

LA APERTURA INTEGRADORA

La dinámica de cambios en lo que se refiere al enfoque de la integración regional se produce en un momento en el cual el papel del Estado en la sociedad latinoamericana es objeto de un examen, no siempre deqsapasionado ni objetivo. Existe en ese tema una

gran carga ideológica y, sin duda, un elevado componente político. a pesar que los defensores de la reforma del Estado, en cualquiera de los lados del espectro político, consideran que el tema debe abordarse de manera técnica, en cuanto se plantean y discuten las opciones específicas orientadas hacia la acción se acredita su profundo contenido social, institucional y, por tanto, político.

En ese marco, conviene formular algunas interrogantes: Es posible llevar a cabo el proceso integrador en América Latina a partir exclusivamente de las leyes del mercado?. Es posible que la integración sea únicamente el resultado de la acción de los agentes económicos privados? Cuáles son los límites del Estado en la cretación de un marco propicio para hacer posible un desarrollo integrado?. Excede el alcance del presente ensayo intentar respuestas amplias a interrogantes tan complejas y que, sin duda, atienden a consideraciones no sólo de política económica sino de relaciones internacionales. Pero, si resulta posible esbozar algunos planteamientos orientadores del debate que, necesariamente, debe producirse al tratar sobre las relaciones Estado nacional-Integración.

Creo que, en la presente década, el mercado, la apertura comercial y la competencia deberán desempeñar un papel más importante que en el pasado en lo que se refiere a la integración regional. Los recelos mutuos y la desconfianza a la competencia entre productores de América Latina, ceden paso frente a realidade de políticas macroeconómicas y necesidades del desarrollo empresarial que resultan cada vez más evidentes. Como todo proceso de competencia, el que puede producirse en el ámbito de la integración regional debe ser analizado desde diversas perspectivas.

Las empresas latinoamericanas han tenido, en general, una actitud de reserva, cuando no de oposición, a la integración. Tal situación, diferente de la registrada en la Comunidad Europea o en los países del Sudeste Asiático, puede explicarse por dos razones: (i) el excesivo centralmismo de los gobiernos en la definición de los objetivos, instrumentos y mecanismos de la integración; y, (ii) la defensa de los privilegios y ventajas que, a nivel nacional, poseen determinados e importantes sectores productivos. Ambos factores deben ser considerados de manera simultánea. No pueden ser desvinculados.

Un esquema integrador de carácter aperturista, en virtud del cual se estimulen la competencia, el libre comercio y la eficiencia de las unidades productivas, deberá confrontarse con una realidad empresarial caracterizada por la crisis, la pérdida de la dinámica innovadora, el limitado avance de la productividad.

Es previsible que los sectores más tradicionales del empresariado latinoamericano, ante este cambio en la estrategia integradora, se inclinarán, por lo menos en el corto plazo, por la defensa de sus privilegios antes que en el impulso a la integración. Pero, en la medida en que existan persistencia en los propósitos, coherencia en las políticas y voluntad de avanzar por el camino de la integración, esa resistencia empresarial tenderá a disminuir.

Una segunda perspectiva concierne al papel del Estado en la marcha de la integración. Al igual que en el caso de las empresas, los sectores tradicionales de la administración pública de los países latinoamericanos, imbuídos de un cierto iluminismo se consideran

como los únicos capaces de diseñar complejos mecanismos negociadores en el marco de la integración. A la larga, la complejidad de las negociaciones, que ha conducido a la parálisis de los procesos integradores, puede atribuirse a los burócratas que han transplantado al ámbito regional la teoría – aplicada en administraciones ineficientes y con bajo grado de honestidad – que consiste en crear las dificuldades para vender las facilidades.

Es interesante señalar que la combinación de la acción de funcionarios que confunden los medios con los grandes objetivos de la integración, y la defensa de intereses de determinados grupos económicos, explican en buena medida el hecho que, luego de tres décadas de esfuerzos integradores en América Latina, los resultados sean magros.

Romper la inercia y abordar las tareas de la integración desde una perspectiva nueva requiere cambiar de actitudes y comportamientos tanto en la empresa privada como en el Estado. Renovar los procedimientos y agilizar los mecanismos es necesario pero no suficiente. Los empresarios y los funcionarios públicos deben aceptar el hecho que, dentro de un modelo eficiente de integración regional, las restricciones, excepciones, salvaguardias exageradas, y demás mecanismos de defensa, deben ser dejados de lado. Deben ser sustituídos por mecanismos que otorguen al mercado, la libertad y la competencia una función determinante. Ese cambio constituye un requisito esencial para que los objetivos de una integración aperturista puedan cumplirse.

Notas

1 Abusada, Roberto, Retos de la política industrial en los años noventa, en Retos de política económica frente a la crisis social, Lima, 1989, 298 págs., pág. 177.

2 Esser, Klaus, Desafíos de una inserción activa en la economía mundial, Fundación Ebert, Lima, 1989, 42 págs., pág. 11.

3 Hauchler, Ingemar, Internacionalización de la economía, Lima, 1989, 38 págs., pág. 8.

DOCUMENTOS

A– OS TIGRES ASIÁTICOS E O BRASIL*

Sidney A. Latini

O Mapa Mundi dos japoneses é diferente do Mapa Mundi com o qual nós, ocidentais, estamos familiarizados, desde os bancos escolares. Ele destaca o hemisfério oriental, onde sobressai a imensidão do Oceano Pacífico, com o Japão e os países vizinhos situados no centro do mundo.

Comparados com os contornos geográficos do Brasil, dos Estados Unidos e do Canadá, as dimensões físicas do Japão, da Coréia, de Taiwan, e dos demais países do Sudeste Asiático, lembram os produtos eletrônicos miniaturizados – geralmente de muito boa qualidade, aliás – tão característicos daqueles países.

Taiwan (36.000 km2) é menor do que o Estado do Rio de Janeiro (42.912 km2) e a Coréia do Sul (98.824 km2) equivale ao território de Santa Catarina (95.985 km2). Hong Kong e Singapura são apenas cidades, que mal se distinguem no Mapa Mundi dos japoneses. No entanto, são os "Tigres", os "Dragões", os países que aparecem nos relatórios do Banco Mundial e das Nações Unidas como padrões de desenvolvimento sustentado, de eqüanime distribuição de renda e de avanço tecnológico.

É a civilização do Pacífico que renasce. Ou, melhor dizendo, é o renascimento da Ásia.

Neste último quarto século, primeiro o Japão e, quase simultaneamente, seguindo suas pegadas, os chamados Tigres Asiáticos, vêm chamando a atenção do mundo pela impetuosidade de seu crescimento econômico e pelas imiplicações desse crescimento sobre a economia global.

O propósito desta exposição é oferecer algumas observações e considerações que, longe ainda de constituirem uma análise, em maior profundidade, desse complexo

* Exposição em reunião de 29 de agosto de 1991, do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio.

fenômeno, refletem o empenho em compreendê-lo para – quem sabe? – compreender melhor, também, algumas das causas que, aproximadamente nesse mesmo lapso de tempo, seriam responsáveis pela inversão das promissoras tendências do acelerado desenvolvimento econômico que vinha ocorrendo no Brasil.

Há apenas 30 anos, quando os pequenos e engraçados automóveis japoneses apareceram expostos nos salões da Califórnia, provocando hilariedade, quem poderia imaginar que, somente duas décadas depois, as marcas japonesas iriam provocar concorrência ameaçadora à poderosa indústria automobilística americana?

Ou que, na década de 70, os meninos-prodígio do Vale do Silício consideravam os japoneses incapazes de concorrer com a pesquisa que transformou os Estados Unidos no país número 1 em tecnologia?

"Houve época em que a indústria dos Estados Unidos liderou o mundo em tecnologia". "Agora, em um setor após outro – primeiro rádio e TV, depois automóveis, agora semicondutores – a indústria japonesa está nos ultrapassando".

Essa é a constatação do relatório de uma Comissão Conjunta do Congresso dos Estados Unidos, recentemente publicado, sob o título "Making Things Better".

"Outros países asiáticos, como a Coréia e Taiwan, já nos ameaçam..." – prossegue – "A indústria americana nunca esteve tão preocupada como está agora"... "Os fabricantes americanos são cada vez mais dependentes de produtores do exterior para o fornecimento de extensa gama de máquinas e instrumentos de produção. Até a indústria microeletrônica, que já foi o símbolo por excelência da competência e da inventividade americanas, está perdendo vendas e participação no mercado para os produtos japoneses, coreanos e taiwaneses".

"Estamos correndo o risco evidente de perder o controle sobre o nosso próprio destino", adverte Paul Volker, no final de seu mandato como diretor do Federal Reserve Board; e Fred Bergsten, diretor do Instituto de Economia Internacional, faz o seguinte prognóstico: "Os Estados Unidos, criadores do sistema econômico do após-guerra e pátria da moeda-chave do mundo, tornaram-se a nação mais endividada da história da humanidade... O Japão, comumente visto como um país em desenvolvimento há apenas uma geração, tornou-se – de longe – o maior credor... As forças postas em marcha por essas mudanças históricas dominarão o curso dos eventos econômicos globais pelos próximos cinco ou dez anos".

A experiência dos chamados Tigres Asiáticos – Hong Kong, Singapura, Taiwan e Coréia do Sul – não só rivaliza, como também, supera, em termos relativos, esse extraordinário desempenho da economia japonesa, nas últimas décadas. Essa é a constatação dos mais autorizados e insuspeitos analistas.

"Sob qualquer critério de comparação internacional de desempenho econômico, durante o último quarto de século, quatro países invariavelmente se destacam: Hong Kong, Singapura, Taiwan e Coréia do Sul – é o Prêmio Nobel de Economia, Lawrence R. Klein quem o afirma.

"Embora suas economias – prossegue – ainda fiquem atrás do Japão e dos países industrializados do Ocidente, em renda real e consumo real per capita, em termos de outros indicadores dinâmicos eles se colocam muito à frente de todas as economias – inclusive a do Japão e a dos países industrializados do Ocidente. Todos quatro se destacaram em taxa de crescimento da renda real e de consumo real per capita, em taxas baixas de inflação e desemprego, e na maioria de indicadores não econômicos e de bem estar social, tais como expectativa de vida e alfabetização".

Por que esses países são tão bem sucedidos, quando outros países em desenvolvimento ainda lutam para manter a mera subsistência? Com taxas de crescimento oscilando entre 8 e 10 por cento ao ano, ao longo do último quarto século, não se pode atribuir apenas à sorte a responsabilidade pelas suas elevadas e sustentadas taxas de crescimento econômico. É óbvio que Hong Kong, Singapura, Taiwan e Coréia do Sul devem estar, todos, fazendo alguma coisa certa.

Evidentemente, cada um dos quatro países tem sua própria história, se defronta com sua própria constelação de forças econômicas, políticas, sociais e ambientais; e dispõem de peculiares cenários de recursos sob seu comando.

Que fatores eles têm em comum? Eram comparáveis as condições iniciais nos quatro países? Suas políticas econômicas são semelhantes? Seus ambientes institucionais são os mesmos? E o mais importante, que políticas bem sucedidas – se alguma – são comuns a todos eles?

As mesmas estratégias funcionarão em outros países? Se políticas econômicas similares forem adotadas em outros países, produzirão os mesmos resultados? Ou são peculiares àquelas economias? São perguntas difíceis de serem respondidas, mas altamente provocativas.

As experiências das cidades-estado de Hong Kong e Singapura, são muito influenciadas pelas condições peculiares de suas respectivas histórias e geografias e, portanto, irrelevantes para a quase totalidade dos países em desenvolvimento.

Ao contrário, tanto Taiwan quanto Coréia do Sul tiveram condições iniciais similares às de muitos países em desenvolvimento e seus recursos naturais e financeiros eram, talvez, mais pobres do que os de muitos outros países. Suas experiências são, assim, aparentemente, mais relevantes para outros países do que as experiências de Hong Kong e Singapura.

A ARRANCADA SUL-COREANA

A Coréia do Sul começou a década dos anos 60 na condição de país muito subdesenvolvido. O país era pobre, politicamente instável e dispunha de poucos recursos naturais.

O desenvolvimento econômico coreano realmente não começou até o início da década de 60 – a ocupação japonesa, a divisão do país, a guerra e a reconstrução impediram

qualquer desenvolvimento real. Tudo isso mudou rapidamente nos anos 60. Nos 15 anos que se seguiram à introdução do Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico, a Coréia manteve uma das mais altas taxas de crescimento na história da economia moderna.

Entre 1962 e 1976, o PIB cresceu à média de aproximadamente 10% por ano e aumentou de US$ 5,5 para US$ 21,6 bilhões em preços de 1975, enquanto a renda per capita aumentou de US$ 87 para US$ 698 em preços atuais.

Esse período é marcado por um vigoroso processo de industrialização. Crescendo à média anual de 5%, os setores agrícola, florestamento e pesqueiro, tiveram, em conjunto, sua participação relativa no PIB reduzida de 37%, em 1962, para 25%, em 1976, enquanto a cota de mineração e produtos manufaturados, crescendo na proporção de 18% – quase o dobro da percentagem da economia na totalidade – aumentou de 16 para 31% do PIB.

As despesas com assistência social e o setor de serviços aumentaram a uma taxa de 10% ao ano, mas sua participação no PIB decresceu de 47 para 44%.

O incentivo às exportações é geralmente apontado como o fator isolado mais importante dessa verdadeira revolução ocorrida na economia coreana.

Em 1976 as exportações haviam aumentado para US$ 7,8 bilhões, depois de quase quadruplicar, em 1973 em relação a 1961, representando, no período, uma taxa de crescimento anual de 43%.

Em 1990 a Coréia do Sul exportou US$ 64,98 bilhões.

Os planejadores sul-coreanos optaram, pelo estímulo às exportações, não como alternativa, mas como o melhor caminho para promover a substituição de importações.

É sintoma desse propósito a composição da exportação de bens manufaturados, que mudou dramaticamente, de materiais como têxteis para artigos que demandavam técnicas de produção mais sofisticadas, incluindo automóveis e navios, maquinaria industrial, instrumentos de precisão, produtos metálicos e substâncias químicas. Apesar disso, as exportações mais tradicionais têm continuado a se expandir em termos absolutos, se não em termos relativos, assegurando à Coréia um considerável volume de exportação de uma variedade cada vetz maior de mercadorias.

Ao mesmo tempo, enquanto crescia em volume, o comércio com os Estados Unidos e com o Japão, seus principais clientes, decrescia de 65%, do total do comércio exterior em 1962 para 56% em 1975, refletindo a política do governo de diversificação de mercados e procura de novas relações comerciais.

Essa política tem servido, também, com sucesso, a outros propósitos. Enquanto a força de trabalho tem crescido, desde 1963, numa proporção de 3,6%, devido ao grande número de nascimentos logo após a guerra da Coréia (o "babyboom" coreano) e ao

aumento do número de mulheres à procura de emprego, a taxa de desemprego diminuiu de 8% para 4%. Os setores manufatureiro e de serviços têm oferecido 4 de cada 5 empregos criados desde 1963.

Antes de tentar identificar outros fatores que contribuiram para esse extraordinário desempenho da economia coreana, cabe ressaltar dois importantes acontecimentos.

Não obstante as destruições causadas pela Guerra da Coréia, o país beneficiou-se de um importante legado de estradas e partos, construídos pelos japoneses durante os anos de ocupação de seu território, a par de substancial ajuda econômica e militar recebida dos Estados Unidos, durante e após a Guerra da Coréia, que muito contribuiram para criar as condições de estabilidade política e econômica que possibilitaram seu "take-off".

Mesmo após haver cessado a ajuda direta, em 1965, os Estados Unidos continuaram a contribuir para a economia coreana através de comércio, investimentos diretos, transferência de tecnologia, a par de educação e treinamento de estudantes de nível superior.

Além disso, a Coréia como Taiwan, teve a sorte de ingressar no mercado mundial, num período de rápida expansão comercial.

Essas oportunidades, no entanto, foram muito bem aproveitadas. Em nenhuma parte do mundo – segundo os mais autorizados analistas – o crescimento, tanto do comércio como do setor industrial, desempenhou um papel tão importante como entre os NICs (os New Industrialized Countries) asiáticos, especialmente, Taiwan e Coréia do Sul, que experimentaram mudanças estruturais muito fundamentais em um período relativamente curto. Esses países são hoje de tal forma identificados como exportadores de produtos manufaturados, que é difícil lembrar que há apenas poucas décadas eram economias fundamentalmente agrícolas.

Esse êxito se deve a muitos fatores, mas a estratégia de industrialização voltada para os mercados externos é considerada, repetimos, um componente essencial. As indústrias foram obrigadas a ser internacionalmente competitivas: as empresas, desde o início, tinham que produzir bens de qualidade a preços comparáveis aos bens importados, e confiou-se que logo estariam em condições de exportar.

O requisito de produzir, a qualidade e preços internacionais evitou a proliferação de atividades demasiado intensivas de capital. Foram reforçadas as indústrias intensivas em mão de obra e aproveitou-se a oferta altamente elástica de mão de obra semiespecializada e de baixo custo.

Duas terças partes da expansão industrial da Coréia são atribuíveis ao emprego adicional, onde – como em Taiwan – o setor industrial chegou a absorver rapidamente a totalidade do incremento anual da força de trabalho, atraindo, além disso, mão de obra proveniente de outros setores. A partir dos anos 70 deixou de existir excedente de mão de obra. Se bem que não na mesma extensão que em Taiwan, o aumento do emprego

industrial permitiu aos trabalhadores coreanos compartilhar os benefícios de um rápido crescimento econômico.

Como seus colegas de Taiwan, os planejadores sul-coreanos procuraram, estimular a poupança praticando taxas de juros realistas no mercado interno, de forma a poder oferecer remuneração positiva aos poupadores. Embora bem sucedida, essa política não produziu resultados tão satisfatórios na Coréia do Sul. O capital estrangeiro foi importantíssima fonte de investimentos no país, principalmente no final dos anos 60, novamente no final dos anos 70 e no início dos anos 80. A proporção de capital estrangeiro na formação total de capital foi elevada. Em 1979 era 21,6%; em 1980, 32,4%, e em 1981, 30,4%.

A estabilidade política e social, tanto da Coréia como de Taiwan; os mecanismos objetivos e eficientes de tomada de decisão, de seus governos e a combinação desses fatores durante longos períodos, proporcionaram um clima favorável e de baixos riscos para investimentos, tanto nacionais como estrangeiros.

Ambos os Governos são intervencionistas. Em maior escala o da Coréia, em menor escala o de Taiwan.

Enquanto o Governo da Coréia, porém, orientou seus incentivos para estimular a formação de grandes conglomerados – os "chaebols", nos padrões dos "zaibatsus" japoneseos – visando privilegiar economias de escala, o Governo de Taiwan, ao contrário, incentivou a formação de centenas de milhares de empresas independentes, de pequeno e médio porte, para estimular a competição. As maiores empresas em Taiwan são muito menores do que as maiores empresas da Coréia.

A invejável distribuição de renda em Taiwan é geralmente atribuída à sua política de apoio às pequenas e médias empresas. Sua experiência é citada, aliás, com freqüência, como um exemplo para os países em desenvolvimento, de como é possível conseguir, simultaneamente, altos índices de crescimento econômico e mais eqüânime distribuição de renda.

Não obstante a forte participação do governo no processo de desenvolvimento, tanto da Coréia do Sul como de Taiwan, o sucesso desses dois "tigres" é atribuído, pela generalidade dos analistas consultados, a três fatores essenciais:

- confiança na livre iniciativa

- respeito à Lei na esfera econômica

- liberdade de concorrência interna e externa.

A presença simultânea desses três fatores é importante: confiança na livre iniciativa sem competição, por exemplo, pode conduzir a monopólios, com suas conseqüentes ineficiências.

Não obstante, certas peculiaridades das políticas adotadas por Taiwan e Coréia do Sul, ora são semelhantes ora são diferentes:

- Tanto Taiwan como a Coréia do Sul atribuiram grande importância à promoção de exportação como instrumento de crescimento econômico.

- Ambos adotaram políticas realistas de taxas de juros. Mas na Coréia do Sul, a formação de poupança interna para investimento foi mais lenta, tendo o capital estrangeiro representado importante papel como fonte de recursos para investimento. Só a partir da década dos anos 80 essa tendência inverteu-se.

- Os dois países sustentaram superávits em orçamentos fiscais e mantiveram taxas de câmbio realistas.

- A moeda coreana sofreu desvalorizações mais freqüentes, enquanto em Taiwan prevaleceu maior estabilidade de preços e de crescimento do PND.

Sob alguns aspectos, no entanto, as filosofias que inspiraram as estratégias de desenvolvimento dos dois países foram diferentes.

- O Governo Sul Coreano, na fase da arrancada para o desenvolvimento ("take-off") foi muito mais intervencionista do que o Governo de Taiwan, embora ambos tenham adotado variada gama de controles econômicos. Na Coréia do Sul a estrutura de planejamento econômico foi maior, mais centralizada e mais elaborada.

Uma conseqüência dessa diferença de estratégias de desenvolvimento, é que a Coréia do Sul tem um nível mais alto de concentração industrial – menos firmas por setor industrial – do que Taiwan.

- Em Taiwan o fator que mais influiu para a predominância das pequenas empresas e da baixa concentração industrial foi a ausência de uma política para encorajar as grandes empresas e o propósito do governo de deixar as forças de mercado tomar seu curso, uma vez asseguradas condições propícias ao desenvolvimento econômico.

- Na Coréia do Sul, ao contrário, o governo conscientemente encorajou as grandes empresas e a grande concentração industrial. O crédito, por exemplo, foi subsidiado e alocado a grandes empresas; incentivos e desincentivos fiscais a favor das grandes empresas eram comuns.

Em Taiwan, a orientação para o livre mercado produziu uma distribuição mais equitativa de renda do que na Coréia do Sul.

A distribuição mais equitativa de renda em Taiwan resulta de seis fatores:

- reforma agrária, que melhorou a distribuição de terras e encorajou um crescente aumento de produtividade;

- elevado nível de emprego, que aumentou a participação do fator trabalho na renda global;

- um crescente nível de educação, que ajudou a reduzir as desigualdades de renda;

- política fiscal orientada para a distribuição;

- despesas com bem estar social, saúde, e educação destinadas a beneficiar os grupos de mais baixa renda;

- prevalência de empresas de pequeno porte, que facilitou o surgimento de novas empresas e limitou os lucros excessivos.

Na década dos anos 80, ambas as economias (de Taiwan e Coréia do Sul) se beneficiaram de ampla liberalização e democratização e as perspectivas de crescimento continuado são boas, nos dois países.

Em que pese à importância da adoção de um certo tipo de políticas econômicas, para explicar o desenvolvimento sustentado dos Novos Países Industrializados da Ásia, em particular a Coréia do Sul e Taiwan, nos quais vimos concentrando nossas observações, o simiples conhecimento de tais políticas não é suficiente para compreender o extraordinário desenvolvimento desses países, em tão pouco tempo. Fatores que transcendem o domínio restrito da economia, certamente se somam a estes para justificar tão espetacular desempenho.

Tomemos o exemplo da Coréia. Vamos citar trechos de publicação do governo daquele país, que descreve as características de seu povo:

– "Os coreanos são unidos por... uma longa história que data de milhares de anos. Só recentemente é que influências de fora, a urbanização e o rápido desenvolvimento econômico, produziram grandes mudanças na estrutura social e nas atitudes filosóficas do povo coreano. Entretanto, uma *confiança e um orgulho renovados* resultaram numa *reavaliação do que é o novo à luz de valores tradicionais* – especialmente os da *devoção filial* e do *patriotismo*. O Confucionismo, o Budismo e o Shamanismo unem-se com o Cristianismo e com sistemas filosóficos ocidentais para dotar os coreanos de características absolutamente próprias.

- Assim, os coreanos estão tentando, com algum sucesso, temperar as perturbações causadas pela revolução industrial através da enfatização da qualidade das relações humanas" (Os grifos são nossos).

– "Um relatório recente, da Organização Internacional do Trabalho, afirma que *os coreanos são o povo mais trabalhador do mundo, o que é motivo de orgulho e a principal razão desse sucesso"* (Os grifos são nossos).

– "... a Coréia atualmente apresenta o alto nível de alfabetização de 90%".

– "Existe uma ampla e sempre crescente classe média de profissionais, gerentes, industriais de nível médio, pequenos negociantes e trabalhadores habilitados, enquanto que as classes alta e baixa são relativamente pequenas. A mobilidade social é grande, especialmente entre aqueles capazes de tomar parte nos sucessos econômicos da revolução industrial".

Esses atributos do povo coreano que conferem alto padrão ao capital humano, estão propiciando a elevação de seus níveis tecnológicos.

"Taiwan e Coréia do Sul – afirma Lawrence R. Klein, o Prêmio Nobel em Economia, já citado – estão seguindo o caminho econômico do Japão, sob muitos aspectos. Essas semelhanças são também notáveis no que se refere à educação. Nós educadores vimos percebendo o alto nível de aproveitamento dos estudantes de Taiwan e da Coréia do Sul; ambos os países dispõem de exepcionais estabelecimentos de ensino. O desempenho de seus estudantes na competição internacional é impressionante. As elites acadêmicas desempenharam papel muito positivo para situar o Japão no mais elevado status econômico do mundo, e eu percebo que as mesmas forças estão atuando em Taiwan e na Coréia do Sul. Sob muitos aspectos, o fluxo de estudantes que eu pessoalmente encontro, com os mais elevados níveis de educação, nas universidades americanas, lembram-me o desempenho semelhante dos estudantes japoneses nos anos 50 e 60".

CORÉIA X BRASIL

Em 1975, quando o PIB da Coréia ainda não havia atingido 20 bilhões de dólares, o PIB do Brasil era superior a 100 bilhões de dólares (US$ 105,962 bilhões). Uma relação superior a 5 vezes, portanto.

Em 1990 – em 15 anos – o PIB da Coréia mais do que decuplicou, em relação a 1975, registrando a marca de 224 bilhões de dólares, aproximadamando-se ao do Brasil que, no período, não chegou a triplicar, ficando nos 296 bilhões de dólares, quando em 1989 já havia superado os 300 bilhões de dólares. Enquanto a economia coreana manteve um desenvolvimento sustentado, crescendo a uma taxa média de 10% aa., desde 1962 – quando iniciou a escalada com um PIB de apenas 5,5 bilhões de dólares – a economia brasileira – que vinha crescendo à taxa média de 7% aa., até o final da década dos anos 70, passou a decrescer, chegando a registrar crescimento negativo de -4,6, em 1990.

A renda "per capita" da Coréia do Sul atingiu US$ 5.230,00, em 1990.

Mais do que dobrou, em 3 anos.

A renda "per capita" no Brasil, a preços de 1990, passou de US$ 1.168,28 em 1970, para US$ 2.114,08, em 1980, registrando evolução de 81%.

A partir daí, estabilizou-se em torno de US$ 2.000,00, finalizando o ano de 1990 com US$ 1.973,44.

O que aconteceu em cada país?

Quando surgiram as primeiras notícias do sucesso fenomenal dos Tigres Asiáticos, os primeiros interpretes dessas experiências enfatizaram que o sucesso teria resultado de políticas de livre mercado. À medida em que essas economias foram sendo mais

conhecidas e analisadas no ocidente, foi-se, porém, constatando que elas estão sujeitas a um alto grau de intervenção do Estado. Na Coréia, como no Brasil, o Estado intervém – e intervem muito – na economia.

O que cabe analisar, para identificar as causas do desempenho espectacular da economia coreana, em confronto com o desempenho apenas medíocre da economia brasileira nos últimos anos – e este não é o propósito desta despretenciosa exposição – é como o governo coreano interferiu na economia, com bons resultados, e o governo brasileiro, tão intervencionista quanto o governo coreano, não logrou o mesmo sucesso.

Uma ressalva que costuma ser feita para justificar a intervenção governamental na economia dos NICs asiáticos é que essa intervenção se faz para estimular os mecanismos de mercado. O mesmo se poderia dizer para justificar a intervenção do estado na economia brasileira: Não é por este caminho – segundo me parece – que se vai explicar as diferenças de resultados das duas economias.

Afirma-se, por exemplo, que a indústria coreana desenvolveu-se rapidamente, porque sua estrategia de estímulo agressivo à exportação baseou-se nos princípios da liberdade de mercado, enquanto no Brasil o governo interferiu no mercado e adotou uma política de substituição de importação, com nível elevado de proteção. Embora seja, até certo ponto, válida essa assertiva, não conta a história toda. Na verdade, a Coréia, também, adotou uma estratégia de substituição de importações, disfarçada em uma política de promoção de exportações. O governo coreano, através de mecanismos complexos e criativos, conjugou as duas estratégias, de forma a evitar que os custos dos produtos de exportação sejam afetados negativamente como conseqüência de sua política de substituição de importações, o que é comum ocorrer em outros Países.

A diferença básica entre o Brasil e a Coréia, parece ser que na Coréia a intervenção é usada para promover a competitividade na indústria, com um sistema de incentivos baseado em regras automáticas voltadas para a exportação, enquanto no Brasil houve menor preocupação com a competitividade internacional.

O governo coreano, desde o início de sua arrancada para o desenvolvimento, adotou uma política de conscientização das indústrias nascentes sob proteção. Encorajou a competição nos mercados internacionais, proporcionando-lhes informação sobre o que produzir e onde vender; subsidiou o crédito; concedeu abatimento no transporte; isenções de imposto e de tarifas; depreciação acelerada; ajuda para cobrir perdas, além de outros estímulos (num total de trinta e oito, nas décadas de 60 e 70), para evitar que os efeitos negativos da proteção se refletissem negativamente sobre as exportações. A partir de 1982 praticamente todos esses subsídios cessaram, exceto no que se refere à prioridade para obtenção de crédito.

Os exportadores continuam, no entanto, a receber subsídios para importar "em condições ideais de mercado livre", matérias primas, produtos intermediários, máquinas, peças e partes, a preços de mercado internacional e para tomar dinheiro emprestado, a taxas inferiores às do mercado, desde que destinado a investimento e financiamento de exportação.

Os benefícios desses incentivos são concedidos, à base de critérios muito rigorosos de aferição de desempenho, a todas as firmas exportadoras, sem discriminação setorial. O mais forte incentivo é o mecanismo que dá acesso automático do exportador ao crédito bancário, a taxas de juros favorecidos; e o direito a usar moeda estrangeira, normalmente não disponível para não exportadores (inclusive consumidores). Os não exportadores têm que pagar taxas de juros do "mercado livre", isto é, duas a três vezes maiores do que a taxa do mercado oficial; e taxas de câmbio do mercado paralelo, se seus produtos não forem considerados, pelo governo, de prioridade nacional (como máquinas, aço, produtos eletrônicos, derivados de petróleo, ou produtos petroquímicos). Esses produtos são protegidos como os das indústrias nascentes.

Os incentivos à exportação, no Brasil, têm sido mais discricionários e seletivos. Os benefícios concedidos pelo BEFIEX, por exemplo, se concentraram em poucos setores selecionados, entre os quais os de produtos metálicos, máquinas e veículos foram responsáveis por cerca de 50%.

As reduções e isenções de impostos e de tarifas de importação, por outro lado, não têm sido usadas, como na Coréia, só para incentivar exportações mas quase exclusivamente para estimular a substituição de importações.

Estudo recente do Banco Mundial revela que cerca de 70% do total de isenções (ou reduções) tarifárias, no Brasil, foram concedidas para amparar a produção industrial destinada ao mercado interno e só 30% para reduzir gravames discriminatórios à exportação.

As políticas de incentivos adotadas pelos dois governos resultaram em graus diferentes de concentração industrial nos dois países. Embora o grau de concentração industrial na Coréia seja considerado elevado – como já vimos – quando comparado com o de Taiwan, é menor do que o Brasil.

As oito maiores firmas brasileiras são responsáveis por 60%, em média, do total das vendas em seus respectivos setores, enquanto as trinta maiores coreanas são responsáveis por cerca de 35% das vendas.

Esse alto nível de concentração industrial no Brasil parece estar relacionado com o peso da participação de grandes empresas estatais e de multinacionais, quando comparado com o das empresas privadas de propriedade de brasileiros.

No Brasil, a média dos ativos das empresas estatais é mais do que 25 vezes superior ao das empresas privadas. Essa relação é pouco superior a duas vezes e meia quando se compara os ativos das multinacionais com os ativos das empresas privadas de capital local.

Na Coréia, 98 empresas estatais, em 1977, contribuiram com 15% para a formação do PIB industrial. No Brasil, 46 empresas estatais, em 1982, foram responsáveis por 70% da produção industrial.

As multinacionais têm muito menos participação na atividade industrial coreana. As subsidiárias e filiais de empresas estrangeiras na Coréia empregam quase 10% da mão de obra industrial e produzem aproximadamente 20% da produção industrial.

No Brasil, as empresas estrangeiras empregam 23% da mão de obra industrial e produzem 32% da produção industrial.

Segundo o Banco Mundial, de 1972 a 1976, as remessas de lucros de empresas estrangeiras no Brasil ascendeu a 6,5% do valor das exportações, enquanto na Coréia não chegaram a 0,5%.

* * *

No início deste ano, os Conselhos de Administração das Empresas Investidoras Estrangeiras no Brasil fizeram um diagnóstico sobre a atratividade do mercado brasileiro para investimentos, em geral e investimentos estrangeiros, em particular.

"Em razão de sua composição, – são os subscritores do documento divulgado que o afirmam – os conselhos administrativos das empresas internacionais formam uma rede que se transforma em caixa de ressonância de opiniões. Formados por banqueiros, ex-autoridades governamentais e presidentes de outras empresas, os conselhos tendem a generalizar suas opiniões, tanto positivas como negativas. Isto explica o "herd instinct" dos investidores. *Em certos momentos, um país se transforma em coqueluche e em outros, pária*" (O grifo é nosso) – ressaltam.

O desempenho da economia brasileira já foi "coqueluche", em passado recente. As realizações do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, com a vitoriosa implantação da indústria automobilística, o desenvolvimento da indústria de construção naval e a arrancada da indústria de máquinas pesadas, marcaram um desses momentos. Veio, depois, o Milagre Brasileiro, com altos níveis de investimento, tanto na indústria como na infraestrutura; com o PIB atingindo o crescimento recorde de 11,3%, em 1973, e inflação contida a níveis civilizados.

Mas esses índices favoráveis de crescimento não se sustentaram, ao contrário da Coréia e de Taiwan, que mantêm altas taxas de crescimento do PIB, há cerca de 30 anos consecutivos, com preços praticamente estabilizados e invejável distribuição de renda.

Se não chegou propriamente à condição de "pária", o Brasil projeta atualmente uma imagem muito negativa, dada a persistência de altas taxas de inflação, queda da taxa de crescimento do PIB – que chegou a -4,6% reais, em 1990 – agravamento da péssima distribuição de renda e enfrentando gravíssimos problemas na área social.

Não conseguimos, ainda, criar em nosso país aquele clima de confiança na livre iniciativa, de respeito à lei na esfera econômica e de liberdade de concorrência interna e externa, fatores aos quais nos referimos no início desta exposição, e a que a generalidade dos analistas consultados atribuem o sucesso dos NICs Asiáticos.

O tamanho do Brasil, suas riquezas naturais e a dimensão da população brasileira não constituem – ao contrário do que se apregoava há décadas – fatores suficientes para atrair os investimentos indispensáveis à construção de sua economia e à promoção do seu desenvolvimento.

– "O Brasil, à primeira vista, – são os porta-vozes dos investidores estrangeiros que nos lembram – recebe uma nota alta no que diz respeito ao item MERCADO, especialmente por parte daqueles que investem apenas para atender ao mercado interno.

É importante frisar, no entanto, que, com a globalização das estratégias de produção e distribuição, de grandes empresas, este fator começa a ter menor relevância. Embora em números absolutos a população brasileira indique a existência de um dos mercados mais atraentes do mundo, quando qualificada por características que definem consumidores, o quadro se altera. A distribuição de renda é uma das piores do mundo, com uma grande concentração de poder de compra. *O nível educacional da população é baixo e existem claros indícios de piora.* (o grifo é nosso).

Isto posto, deve-se entender que a dimensão da população brasileira não é mais fator preponderante de atração, ou seja, o Brasil não se torna mais atraente para investimentos do que Singapura, pelo fato de ter uma população 60 vezes maior".

É oportuno alinhar outros obstáculos à marcha do nosso desenvolvimento, identificados no diagnóstico citado:

- Os custos de construção, instalação e equipamentos no Brasil são superiores a duas e em até três vezes e meia ao seu valor em outros países. Quando os investimentos dependem de bens protegidos pela reserva e mercado da informática, este fator é aumentado várias vezes.

- O custo do capital no Brasil é um dos mais altos do mundo. Isto decorre, basicamente, da escassez de capital na economia brasileira, resultado do baixo nível de poupança interna. Vale notar que, num confronto com 8 países selecionados, a taxa de financiamento real no Brasil (descontada a inflação) é a mais alta (15% aa), seguida, aliás, pela da Coréia (10,4%), que não é, também, das mais favoráveis, quando se confronta com a do Japão (8%), a da Alemanha (8,2%), ou a dos Estados Unidos (9%).

- Por paradoxal que possa parecer, embora os salários no Brasil sejam extremamente baixos – e isto em termos de mercado é mau, pois limita o consumo – em termos comparativos seu custo é alto. Isto se deve à grande incidência de tributos sociais e obrigações trabalhistas, quando comparado com outros países. Exemplificando, enquanto na Coréia do Sul o custo total da mão-de-obra é equivalente ao do Brasil, o salário direto tem uma participação 50% maior do que em nosso país. Por outro lado, no caso de Hong Kong, o custo total da mão-de-obra é 17% menor do que no caso brasileiro; entretanto a participação do salário direto é 80% maior.

- Comparado a outros países, os materiais têm, no Brasil, um custo elevado, baixa qualidade e atrasos constantes nas entregas, gerando constantes prejuízos. Em suma,

trata-se de um parceiro comercial não confiável (O grifo é nosso). Diversas operações foram transferidas recentemente para outros países, em razão desta situação.

- A falta de liberdade de preços sempre foi um fator importante nas avaliações das possibilidades de retorno sobre investimentos. Dado o histórico da intervenção e controle de preços o investidor estrangeiro (e eu diria, também o nacional) não se sente confiante para realizar investimentos no Brasil.

- Os índices educacionais da mão-de-obra demonstram larga desvantagem em comparação com os países decorrentes. Este fator terá crescente peso no processo decisório dos investidores. Existe hoje uma forte inversão do custo relativo de mão-de-obra e tecnologia (comparado com duas décadas atrás) na composição do custo do produto.

- O acesso à tecnologia existente no exterior não é facilitado. Pelo contrário, à medida em que não é permitida a adequada remuneração pelo seu uso, esse acesso é desencorajado.

- Não existe, no mercado de capitais brasileiro, acesso a financiamento de longo prazo para qualquer investidor. As poucas linhas de crédito existentes na última década eram controladas pelo governo e, de acordo com estudos do Banco Mundial, dirigidas apenas ao incremento de investimentos existentes ou ao socorro a empresas ineficientes.

- A política monetária é justificável como instrumento de combate à inflação, mas é altamente desencorajadora a todo tipo de investimento. A política fiscal, por sofrer severas restrições constitucionais, tanto no lado da despesa como da receita, coloca em dúvida o proposto controle orçamentário e, como conseqüência, o próprio programa de estabilização.

- O discurso de liberdade de preços distoa dos ataques àqueles que exercem este direito. A convocação de empresas para se explicar, em ambiente intimidante, é uma notícia negativa que corre rapidamente. A resposta compreensível ao exercício da liberdade de preços é a concorrência.

- A facilidade de se fazer ou administrar negócios é um fator de competitividade entre países. Trata-se de fator especialmente crítico para empresas que já têm negócios no Brasil, assim como em vários outros países, o que torna a comparação mais fácil: com a regulamentação do processo decisório sobre diversos aspectos que afetam um negócio, *o Brasil ganhou a fama de lugar difícil de fazer negócios* (O grifo é nosso). Diversos cartórios burocráticos encarecem a operação brasileira. Pela liberdade de interpretação, seja de normas que não existem, estão em vigor, ou de normas que existem, estão em *vigor, mas não foram divulgadas, gera-se contínua incerteza sobre qual a interpretação a* ser dada pelo analista de um órgão decisório, e qual o custo de sua decisão.

- A infra-estrutura física no Brasil, comparada com seus países concorrentes, já foi fator positivo a seu favor. Com a falta de investimentos, em anos recentes, pelo Estado, que

detém o monopólio da maioria dos serviços de infra-estrutura no país, alguns deles poderão passar à condição de desvantagem, em termos competitivos.

- A infra-estrutura social no Brasil, que já foi superior à de muitos de seus concorrentes, começa a mostrar uma defasagem extremamente perigosa. embora seja uma área cujos frutos só são colhidos a longo prazo, um conjunto de programas que indicasse que o investimento em educação (especialmente primária e secundária) é prioridade, seria um claro sinal para a comunidade empresarial de que este não será um ponto de estrangulamento para seus negócios no futuro.

* * *

A análise de cada um dos tópicos enunciados demandaria outras tantas exposições. Aí fica a sugestão aos ilustres companheiros deste colendo Conselho.

É fora de dúvida que um longo caminho há de ser percorrido, para reencontrarmos os rumos de nosso desenvolvimento. O desafio é gigantesco e requer a participação de todos: governo e iniciativa privada; grandes, médias e pequenas empresas; capitais nacionais e capitais estrangeiros.

Que os exemplos dos tigres Asiáticos nos sirvam de emulação e que saibamos aproveitá-los e adaptá-los à realidade brasileira.

NOTA SOBRE O INTERCÂMBIO COMERCIAL DO BRASIL COM A CORÉIA DO SUL E TAIWAN

Os NICs da Ásia já descobriram o Brasil e o Brasil vem procurando estreitar seus laços comerciais com aqueles países. O intercâmbio comercial do Brasil com a Coréia do Sul e Taiwan, em particular, vem se intensificando, nos últimos anos, se bem que ainda seja inexpressivo, em termos absolutos.

Os dois "Tigres" já atingiram posições muito mais significativas do que o Brasil, no intercâmbio com o exterior. A Coréia do Sul exportou US$ 64,98 bilhões e importou US$ 69,71 bilhões, em 1990 e Taiwan atingiu US$ 52,2 e US$ 14,4, respectivamente, em 1989, enquanto o Brasil situou-se nas marcas de US$ 31,4 bilhões e US$ 20,4 bilhões, em 1990.

As vendas do Brasil àqueles países oscilam em torno de US$ 500 milhões por ano, para cada um, enquanto as compras são, ainda, muito modestas: US$ 53,00 milhões da Coréia do Sul e US$ 5,80, de Taiwan.

Não apenas os "Tigres", mas os demais paises do sudeste da Ásia, vêm constituindo um mercado de importância crescente para os produtos siderúrgicos brasileiros. São, também, crescentes nossas importações de peças, partes e componentes eletrônicos, da Coréia do Sul e de Taiwan.

A soja e o suco de laranja, entre os produtos agrícolas, aparecem, com destaque, *na pauta de exportações brasileiras para a Coréia do Sul, sinalizando a* importância de uma saída do Brasil para o Oceano Pacifico.

As perspectivas de transferência de tecnologia e investimentos desses países para o Brasil são, igualmente, animadoras. No que se refere à Coréia do Sul, já se concretizou uma "joint venture" para produzir produtos eletrônicos no Brasil e estão em andamento negociações para transferência de tecnologia, na área de siderurgia, do Brasil para a Coréia do Sul.

Fontes Consultadas:

1 – Dados sobre a Coréia – 13a. edição revista – 1979 – Serviço Coreano de Informações S.A.

2 – Yen – O Japão e seu novo império financeiro – Daniel Bustein – Cultura Editores Associados – 1a. edição – agosto de 1990.

3 – A comparative Study of Economic Growth in South Korea and Taiwan – Edited by Lawrence J. Lau – Foreword by Lawrence R. Klein – International Center for Economic Growth – ICS Press – San Francisco, Califórnia – 1990.

4 – Desarrollo en Ásia – Exito Economico y Lecciones de Política – Willian E. James, Seiji Naya, Gerald M. Meier – Centro Internacional para el Desarrollo Economico – 1990.

5 – Monthly Review – April, 1991 – Korea Exchange Bank.

6 – Making Things Better – Competing in Manufacturing – Congress of the United States Office of Technology Assessment – 1990.

7 – Comparing Brazil and Korea – Youngil Lim – in Lessons in Development – A Comparative Study of Asia and Latin America – International Center for Economic Growth.

8 – Asia and Latin America: Main Issues for Further Research – Miguel Unutia. In "Lessons in Development – A Comparative Study of Asia and Latin America" – International Center for Economic Growth – 1989.

9 – Toward Clarity and Common Sense – Helen Hughes, in "Lessons in Development – A Comparative Study of Asia and Latin America" – International Center for Economic Growth – 1989.

10 – Taiwan's Economic Miracle: Lessons in Economic Development – S.C. Tsiang. In "World Economic Growth" – Edited by Arnold C. Harberger – 1984.

11 – Trade & Business – march, april, may 1991 – Published by Korea Trade Promotion Corporation (KOTRA).

12 – KCCI Quarterly Review – Korea Chamber of Commerce and Industry – april and july, 1991.

13 – The Steel Industry in Korea, 1989 – Korea Irion and Steel Association.

14 – Intercâmbio Comercial do Brasil com os principais paises da Ásia e Oceania – Ministério das Relações Exteriores do Brasil – Secretaria Geral de Politica Exterior – Divisão Especial de Pesquisas e Estudos Econômicos – Brasília, Dezembro de 1990.

15 – Coréia do Sul – Confederação Nacional da Indústria – Departamento de Comércio Exterior e Investimentos – Divisão Ásia, África e Oceania – Janeiro/91.

16 – Taiwan – Confederação Nacional da Indústria – Departamento de Comércio Exterior e Investimentos – Divisão Ásia, África e Oceania – Dezembro/91.

17 – Como Somos Vistos – Um diagnóstico dos Conselhos de Administração das Empresas Investidoras sobre o Brasil – Janeiro de 1991.

18 – A América Latina e as diferentes formas de cooperação técnico – científica – Celso Amorim – In correio do IBECC – 2o. semestre de 1990.

CIS

Centro de Investigaciones Sociológicas

Reis

Revista Española de Investigaciones Sociológicas

51

Julio-Septiembre 1990

Redacción y suscripciones
Centro de Investigaciones Sociológicas
Montalbán, 8. 28014 Madrid (España)
Tels. 580 70 00 / 580 76 07

Distribución
Siglo XXI de España Editores, S. A.
Plaza, 5. 28043 Madrid
Apdo. postal 48023
Tels. 759 48 09 / 759 45 57

Precios de suscripción
Anual (4 números): 4.000 ptas. (45 $ USA)
Número suelto del último año: 1.200 ptas. (12 $ USA)

B– A POLÍTICA CULTURAL DA OEA

José Carlos Brandi Aleixo*

I. Introdução

A Resolução 798/80 da XXI Reunião Ordinária do Conselho Interamericano para a Educação, a Ciência e a Cultura aprovou a realização de um foro de especialistas para comemorar o Centenário do Sistema Interamericano. O Departamento de Assuntos Culturais solicita aos membros deste foro sugerir as principais linhas de política cultural da OEA para o período que se estende aproximadamente até o ano 2005.

Na história do Sistema Interamericano grande espaço tem sido dedicado à promoção cultural desde os seus inícios. Assim a apresentação de propostas para o futuro não deveria ignorar experiências do passado. Trata-se pois, muitas vezes, de continuar e fortalecer iniciativas já existentes, embora, evidentemente, deva haver campo para saudáveis inovações.

Neste trabalho podem ser distinguidas duas partes. Na primeira estão algumas reflexões sobre a natureza e complexidade da cultura assim como sobre o rico patrimônio cultural das repúblicas americanas. Na segunda parte são mencionadas algumas propostas de ação cultural.

II. Reflexões sobre a Cultura e a Herança Cultural Americana

São sem dúvida numerosas as definições de cultura. Em sentido mais subjetivo considera-se culta a pessoa que adquiriu grandes conhecimentos e particularmente aquela que consegue ampliar as fronteiras do pensamento humano. Em sentido objetivo o termo cultural pode abranger todo o conjunto de criações pelas quais o ser humano assinalou sua presença na história. Trata-se de imenso acervo que compreende os mais primitivos e os mais sofisticados objetos frutos do trabalho do ser humano. Evidentemente a cultura pode ser transmitida de geração em geração. Integram a cultura de um povo suas crenças, filosofias, religiões, lendas, formas de

---

* Ph. D. Professor da Universidade de Brasília – Trabalho apresentado em washington, em novembro de 1990, no Foro de Especialistas, promovido pela OEA, nas comemorações do Centenário do Sistema Inter-Americano.

lazer, regras de comércio, artes, hábitos, sistemas jurídicos, valores etc. O *comportamento de um grupo é influenciado pela sua cultura.*[1]

A América desenvolveu, através de sua história, de modo muito particular os ideais de paz e de harmonia. São numerosos os trabalhos sobre este tema. Apenas a título de exemplo pode ser citado o livro do conceituado internacionalista mexicano Antonio Gomez Robledo – *Idea y Experiencia de America* (México, Fondo de Cultura Economica, 1958). Cabe também salientar que o artigo XXI do Tratado de Madri de 1750 assinado por Portugal e Espanha distingue claramente entre o Velho Mundo e o Novo Mundo, estabelecendo que mesmo na hipótese indesejada de guerra entre suas Majestades Fidelíssima e Católica seus súditos na América Meridional deveriam continuar convivendo em clima de paz e boa vizinhança. Esta idéia da boa vizinhança foi eloqüentemente preconizada mais tarde pelo Presidente Franklin Delano Roosevelt. Assim o Sistema Interamericano recebeu e desenvolveu uma herança extraordinária de altos ideais.

Há numerosas culturas no continente americano. O desaparecimento de qualquer delas empobreceria o conjunto[2]. Cabe pois não somente uma política de preservá-las como de *divulgá-las. A OEA é uma entidade particularmente dotada de uma vocação catalizadora* para tal fim. Tendo em conta a livre aquiescência dos países membros ela pode contribuir para o mútuo conhecimento de suas culturas.

Este trabalho voltar-se-à para os propósitos essenciais da própria organização regional. Entre estes cabe assinalar os seguintes: paz, democracia representativa, não intervenção, prevenção das possíveis causas de dificuldades, solução pacífica das controvérsias, ação solidária em caso de agressão, limitação de armamentos etc. Trata-se, pois, de promover a amizade e mútua compreensão entre os povos da América.

A América tem sido, através de sua história multissecular, ativo crisol de absorção recíproca do europeu, do indígena, do africano e em menor proporção do asiático. Houve grande processo de fusão de valores culturais de diferentes origens étnicas entre grupos humanos oriundos de épocas históricas em graus muito diferentes de evolução.

Fenômeno muito importante para o maior conhecimento mútuo é o das migrações entre os povos dos países americanos. Por circunstâncias históricas diferentes e subordinadas a variáveis realidades, freqüentemente causam profundo impacto nos países anfitriões. Neste contexto merece particular destaque a presença nos Estados Unidos de milhões de mexicanos, cubanos, porto-riquenhos, caribenhos, assim como de homens e mulheres de países ao sul do Equador.

Caberia à OEA contribuir no sentido de que tanto nos países de origem como nos de destino se desenvolvam atitudes construtivas com relação à diversidade de culturas de forma que os ideais de paz e de boa vizinhança prosperem e se consolidem.

Sem mútuo conhecimento não pode haver verdadeira cooperação e menos ainda integração entre os povos. Já diziam os antigos que "ignoti *mulla* cupido". No entanto é também certo que o mero conhecimento mútuo não leva necessariamente à cooperação. E mister uma atitude construtiva no relacionamento entre os povos. A existência de ideais éticos comuns é fundamental neste sentido. Não se trata de ignorar os problemas do passado e do presente, mas mesmo no estudo deles é possível enfatizar os aspectos

mais positivos. A América tem sido em sua história cenário de menos guerras que a Europa. Mesmo assim houve conflitos armados entre seus povos. Quando ocorre um centenário ou outra data importante de uma guerra pode-se de preferência enfatizar que se passaram tantos anos de paz desde a data em referência.

Exemplo edificante neste contexto proporcionaram os Episcopados do Chile e do Peru. Em 1979, cem anos após o início da Guerra do Pacífico se reuniram para estreitar os vínculos de paz e entendimento entre os dois países.

A cooperação cultural deve expressar-se particularmente no sentido de fomentar o conhecimento dos grandes valores dos países americanos, na orientação pacífica do ensino[3] e no combate aos preconceitos.[4]

Assim como não há fronteiras rígidas entre as atividades políticas, econômicas e culturais, da mesma forma não se pode separar hermeticamente as atividades dos diversos órgãos e organismos especializados do sistema interamericano. Todos eles, mesmo quando mais dirigidos a outros campos, podem contribuir para as metas de maior cooperação cultural entre os países membros.

O sistema interamericano tem manifestado o propósito não só de promover a cooperação cultural entre todos os países americanos mas também entre grupos sub-regionais. Isto é particularmente válido para América Latina.

Em Punta del Este, em 1967, na data significativa de 14 de abril, os Presidentes da América assinaram histórica Declaração. Nela, inicialmente os Pretsidentes das Repúblicas da América Latina resolvem criar de forma progressiva o Mercado Comum Latino-americano. *No parágrafo seguinte o Presidente dos Estados Unidos da América* declara seu firme apoio a essa promissora iniciativa latino-americana.[5] O Capítulo V dedica considerável espaço ao tema da Educação e Cultura distinguindo entre esforços internos e esforços multinacionais. Várias recomendações são dirigidas à OEA. Solicita-se a ela, por exemplo, que: organize reuniões de especialistas que recomendem as medidas para procurar a harmonização dos programas de estudos nacionais com as metas de integração latino-americanas; estenda a cooperação interamericana à conservação dos monumentos arquiológicos, históricos e artísticos.

O Sistema Interamericano, desde a Conferência de Washington de 1889-1890, dedicou grande espaço para atividades culturais tendo em muita conta os ideais de paz e cooperação. O conhecimento das experiências passadas é, sem dúvida, muito valioso para planejamento de futuros programas.

A política de produção do maior conhecimento mútuo entre os países americanos é perfeitamente compatível com uma política em escala mundial. A OEA é um organismo regional nos termos do Artigo 52 da Carta de São Francisco.

Assim o Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura no cumprimento de suas obrigações deve estabelecer relações cooperativas com órgãos correspondente, em nível internacional, das Nações Unidas, ou seja a UNESCO.

A experiência ensina que freqüentemente é dilatado o prazo entre a aprovação de uma proposta e sua implementação. Embora isto seja motivo de justa preocupação por outro lado pode também ser considerado como um estímulo no sentido de que não se deixem de apresentar idéias e sugestões. A título de ilustração são recordados dois exemplos.

A Conferência de Santiago em 1923 recomendou que se erigisse um Farol Comemorativo de Colombo em homenagem ao Grande Descobridor do Novo Mundo.[6] Tal recomendação foi renovada em Havana em 1928, em Montevidéu em 1933, em Buenos Aires em 1936 e em Lima em 1938. Punta Torrecilla, na República Dominicana, foi o local escolhido para o Farol. Em 1954 a Conferência de Caracas adotou uma resolução confiando à Sociedade Pan-Americana de Colombo, em Havana, a execução de um plano publicitário e de cooperação popular de pessoas e instituições. Como se sabe a inauguração do Farol de Colombo está programada para 1992, ano do Quinto Centenário da chegada de Colombo à América. A distância entre a recomendação inicial e sua concretização é de quase setenta anos.

Em dezembro de 1933, em Montevidéu, a VII Conferência Internacional Americana, aprovou a seguinte Resolução XC:

"En la Union Panamericana de Washington se colocará un busto en honor del teologo y profesor español Fray Francisco de Vitoria quien en el siglo XVI desde su catedra de la Universidad de Salamanca puso las bases del derecho internacional moderno".

Só no dia 8 de outubro de 1963, trinta anos após a Resolução XC, se celebrou no Edifício da União Panamericana o ato de entrega solene do busto de Francisco de Vitória. Foi ele oferecido à União Panamericana pela Universidade de Salamanca e entregue pelo Ministro de Relações Exteriores de Espanha, Don Fernando Maria Castilla.[7] No busto está a lapidar sentença: "Pacta uno libremente Pero se obliga al pacto".

III. Propostas de Ação Cultural

Entre os meios e métodos de promover as relações culturais, muito presente na história do sistema americano, estão os seguintes: intercâmbio de Estudantes e Professores; Instituições e Cursos sobre América, suas Regiões e seus Ideais; Publicações em diversas modalidades; bibliotecas; Filmes, transmissões Radiofônicas e televisivas; Exposições e Espetáculos Artísticos; Construção, Restauração, Preservação e Utilização de Monumentos; Concursos.

Estes meios e métodos citados não constituem compartimentos auto-excludentes e separados entre si por fronteiras herméticas. Assim Cursos sobre a América podem ser excelente oportunidade para Intercâmbio de Estudantes e Professores. Há relação íntima entre Publicações e Bibliotecas. Os concursos podem estar diretamente relacionados com a preparação de Publicações, construção de monumentos e Intercâmbio de Estudantes, etc.

O conhecimento das línguas mais faladas na região e particularmente do castelhano, do inglês, do português e do francês deve ser difundido. Permitirá ele acesso a um número extraordinário de obras estrangeiras aos cidadãos das repúblicas americanas. Neste sentido é muito importante ampliar docências destes idiomas particularmente nos centros de ensino secundário e universitário. Sabidamente alguns governos promovem nas repúblicas irmãs Cursos sobre sua língua e cultura. Também há importantes programas radiofônicos de carácter cultural. A tecnologia moderna facilita extraordinariamente a difusão das culturas até de povos geograficamente distantes entre si.

Em seguida são apresentadas algumas propostas mais concretas de ação cultural.

1. O istmo do Panamá ocupou lugar importante no pensamento de Bolívar e é particularmente mencionado na famosa Carta Profética de Jamaica de 6 de setembro de 1815 e na Circular de Lima de 7 de dezembro de 1824. É pois muito compreensível que o Governo deste país deseje albergar congressos e instituições relacionadas com o Libertador. Assim, pelo Decrero no. 26 de 20 de maio de 1926, o Presidente da República do Panamá incluiu entre os temas a serem considerados no Congresso Panamericano, Comemorativo do de Bolívar, a organização da futura Universidade Pan-Americana.[8] O congresso reunido em 1926, por ocasião do Centenário do Congresso Anfictiônico, aprovou a proposta da criação da Universidade Bolivariana considerando seu fim essencial desenvolver os ideais americanistas de paz e solidariedade assinalados por Bolívar.[9] Caberia estudar novamente este projeto. É interessante considerar experiências análogas. O falecido Secretário Geral das Nações Unidas, U Thant, sugeriu, em 1969, a criação de "uma Universidade das Nações Unidas, verdadeiramente de natureza internacional e devotada aos objetivos de paz e progresso da Carta" de San Francisco.[10] Ela foi aprovada pela Assembléia Geral em 1972 e já estava em operação em 1975. Em São José de Costa Rica funciona a Universidade para a Paz. No Velho Mundo, Florença se distingue como um Centro de Estudos Europeus.

2. A OEA poderá continuar contribuindo para a implantação e desenvolvimento de Cursos voltados para o continente americano e suas regiões.

Permito-me apresentar uma experiência no gênero, em que tenho estado pessoalmente envolvido, a saber, a realização de seis Cursos de Especialização em América Latina.

Em 1977 o Diretor do Departamento de Assuntos Culturais da OEA, Dr. Henry Raymont convidou vários professores latino-americanos para integrarem uma "Mision Investigadora de Estudios del Area". Foram assim visitados, no período de 30 de outubro a 8 de novembro de 1977, Centros de Estudos sobre América Latina em Los Angeles, Austin, e Houston. Nesta última cidade a comitiva participou do Encontro Anual da "Latin American Studies Association", LASA. O Dr. Henry Raymont assinalou o contraste entre a abundância de Centros de Estudos sobre América Latina nos Estados Unidos e sua escassez na própria América Latina:

Neste contexto surgiu a idéia da realização de um Curso de Especialização sobre América Latina promovido pelo Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília. No Brasil os Cursos de Pós-graduação se dividem inicialmente em duas categorias: "stricto sensu" e "lato sensu". São Cursos de pós-graduação "stricto sensu" os de Mestrado e de Doutorado. São Cursos de pós-graduação "lato sensu" os de Especialização e os de Aperfeiçoamento. Os de pós-graduação "lato sensu" devem incluir um mínimo de vinte e quatro créditos. O Curso em questão inclui seis disciplinas: Direito Internacional na América Latina; Economia, Comércio e Finanças na América Latina; Organizações Interamericanas; Política Latino-americana; Seminários Temáticos Interdisciplinares e Pesquisa Monográfica sobre tema latino-americano. O Curso vem sendo oferecido cada dois anos a partir de 1980. Esta semana está sendo concluído o VI. O Curso tem contado com a colaboração da OEA (passagens internacionais de alunos e conferencistas) do Governo do Brasil (bolsas de manutenção da SUBIN, CAPES, CNPq) e de outras instituições (Conferencistas do INTAL, CEPAL, RIAL, etc). O número de vagas oferecidas cresceu de um mínimo de vinte a um máximo de trinta, ocupadas de forma aproximadamente

igual por brasileiros e estrangeiros. Os Cursos têm início na primeira semana de agosto e terminam na última de novembro ou primeiros dias de dezembro. A localização da Universidade de Brasília na Capital Federal facilita os contatos com órgãos do Governo, Representações de Organismos Internacionais e Embaixadas. No Corpo Discente é grande o número de pessoas vinculadas ao magistério universitário, a órgãos governamentais inclusive Chancelarias, a empresas particulares, etc. As aulas, os seminários, o acesso a autoridades nacionais e extrangeiras, a convivência durante quatro meses de estudantes de vários países contribuem para grande conhecimento mútuo de várias culturas e para a integração regional. Como transparece dos parágrafos anteriores em todo este processo coube à OEA importante papel catalisador. Aliás, como é natural durante o Curso é muito grande espaço dedicado a este hoje já centenário organismo regional. Apesar de naturais dificuldades o saldo desta experiência de mais de dez anos parece muito positivo.

As biografias dos grandes vultos e as obras dos homens de letras expressam freqüentemente importantes valores culturais de uma nação. Elas contribueum para a soma da cultura coletiva de uma região. Estudar a vida dos próceres, dos ilustres escritores nacionais é importante para a maior compreensão e colaboração dos povos. A OEA poderá em sua política cultural continuar a ampliar suas atividades neste campo fecundo e promissor.

A OEA poderá estimular acordos bilaterais ou multilaterais no sentido de que as obras de um país sejam publicadas em outro ou outros. A título de ilustração vale recordar que Brasil e Argentina através de entendimento prévio criaram respectivamente uma Coleção Brasileira de Autores Argentinos e uma Coleção Argentina de Autores Brasileiros.[11] *Sendo cinco as línguas faladas pelos Estados Membros seria desejável que um número* significativo de obras de particular valor fosse publicado em todas elas.

4. Constitui importante tradição do sistema interamericano dedicar muita atenção às Bibliotecas. A conferência de Washington de 1889-90, a par da criação do Escritório Comercial das Repúblicas Americanas, aprovou a fundação da Biblioteca Comemorativa Latino-americana a ser formada mediante contribuição de todos os governos representados no encontro. Voltada para a história e a civilização da América seria inaugurada no dia da celebração, nos Estados Unidos, do Quarto Centenário da descoberta do Novo Mundo. Na Conferência da cidade do México em 1901-1902 decidiu-se que a Biblioteca seria seção do Escritório Comercial sob a denominação de Biblioteca de Colombo.[12] Ela colabora com a Assembléia de Bibliotecárias das Américas e com a UNESCO.

A V Conferência Internacional Americana de 1923, realizada em Santiago do Chile recomendou aos governos o possível estabelecimento de Bibliotecas Pan Americanas ou de seções especiais para aquela finalidade em bibliotecas já existentes. Numerosas resoluções de Conferências posteriores renovaram tais recomendações. A Conferência de Buenos Aires de 1936 encareceu a criação de salas de leitura com revistas e jornais das Américas, como anexos às bibliotecas públicas nas capitais dos respectivos países.

Nas capitais dos países-membros há uma Representação da OEA. Caberia estudar a possibilidade de que junto a ela se criasse ou se ampliasse uma Biblioteca que abrigasse as publicações da própria OEA e outras relacionadas com o Sistema Interamericano e com o rico patrimônio cultural dos países-membros.

5. Na sede da Organização dos Estados Americanos são homenageados grandes próceres nacionais dos países-membros. Iniciativas semelhantes poderiam ser tomadas ou ampliadas nas repúblicas americanas. Esta homenagem poderia tomar a forma de uma Galeria das Américas em local escolhido por cada Governo. Vale recordar neste contexto a Avenida das Américas, na República Dominicana, que liga o Aeroporto à capital do país.

6. Sabe-se que prêmios são freqüentemente estímulos para a elaboração de trabalhos literários, científicos e artísticos.

Por ocasião da Décima Conferência Americana realizada em Caracas, em 1954, o Governo da Venezuela premiou dois excelentes trabalhos sobre a história do Sistema Interamericano.[13]

Em junho de 1976 por ocasião do 150o. aniversário do Congresso Anfictiônico do Panamá. O governo do Brasil se comprometeu a pagar ao governo do Panamá as Atas originais do evento desde que este último erija um monumento para tal fim.[14]

A OEA poderia promover um concurso com a finalidade de premiar o melhor projeto de monumento destinado a abrigar os originais das Atas do Congresso Antictiônico do Panamá. Os recursos para a construção do monumento poderão ser arrecadados entre os países membros. Vale recordar que se conserva como museu o local da reunião de 1826. Também aí se encontraram os Presidentes dos Estados Americanos em 1956 a convite do Presidente do Panamá, Dr. Ricardo M. Arias Espinosa e em 22 de julho adotaram a Declaração do Panamá".[15]

IV. Conclusão

Há numerosos estudos sobre o papel da OEA na promoção de cooperação cultural entre os países membros. Há acordos entre eles nese sentido. Apenas a título de exemplos vale citar os de Buenos Aires de 1936 e de Caracas de 1954. Sabe-se que a OEA como instituição intergovernamental depende da vontade dos governos dos países membros. Importa pois que haja vontade política deles para a promoção de maior cooperação cultural. Se houver tal decisão será menos difícil encontrar os recursos para continuar e ampliar empreendimentos em andamento e iniciar outros.

Desejo concluir com um pensamento de João Paulo II. Em visita, em 2 de junho de 1980, à UNESCO, afirmou:

"Não há a menor dúvida de que as culturas humanas refletem os diversos sistemas de relações de produção. Não é, porém, este ou aquele sistema que dá origem à cultura, mas o homem – o homem que vive do sistema, que o aceita ou que quer modificá-lo. Não se pode conceber cultura alguma sem subjetividade e sem origem humana. No campo cultural, entretanto, o homem é sempre o fato original, constitui o fato primordial e fundamental da cultura...

Eis, então, uma base suficiente para entender a cultura através da integridade do homem, através de toda a realidade de sua subjetividade, e já no campo da atuação, uma base suficiente para buscar sempre na cultura o homem integral, o homem total, em toda a verdade de sua subjetividade espiritual e material, a base suficiente para que não se sobreponham à cultura, sistema autenticamente humano, maravilhosa união do espírito ao corpo, divisões e oposições preconcebidas".[16]

Notas

1 A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* do Concilio Vaticano II assim se expressa:

"Pela palavra "cultura", em sentido geral, indicam-se todas as coisas com as quais o homem aperfeiçoa e desenvolve as variadas qualidades da alma e do corpo; procura submeter a seu poder pelo conhecimento e pelo trabalho o próprio orbe terrestre; torna a vida social mais humana, tanto na família quanto na comunidade civil, pelo progresso dos costumes e das instituições; enfim exprime, comunica e conserva, em suas obras, no decurso dos tempos as grandes experiências espirituais e as aspirações, para que sirvam ao proveito de muitos e ainda de todo o gênero humano" (No. 53).

2 Trabalho oportuno e interessante relacionado com o tema é de: RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia Cultural, seu papel na Política Externa Brasileira*. Brasília, IPRI, 1989, p. 19.

3 Na Conferência de Buenos Aires de 1936. Adotou-se Convenção referente à Orientação Pacífica da Instrução Pública. A Conferência da Cidade do México (Chapultepec), de 1945, adotou uma elaborada resolução exortando os Estados Americanos a divulgarem os ideais de paz e respeito mútuo e eliminar a propaganda tendente a semear ódios entre seus povos.

4 A obra de Bartolomeu de las Casas, *La Brevisima Relacion de la Destrucción de los Indios* foi utilizada por muitos como argumento para a assim chamada Lenda Negra. Cabe salientar que outras regiões conheceram comportamentos semelhantes por parte de colonizadores. A respeito vale citar o trabalho de Leslie Bird Simpson, *The Encomienda in the New Spain*, California University Press, 1950. Por outro lado o livro do famoso bispo de Chiapas, como as famosas conferências de Francisco de Vitória demonstram zelo por causas nobres. Neste contexto é oportuna a leitura do texto de Lewis Hanke, *La lucha española por la justicia en la Conquista de America*, Madrid, Aguilar, 1967.

5 GARCIA BAUER, Carlos. *Universalismo y Panamericanismo*. Guatemala, Universitária, 1968, p. 202.

6 Resolução "Columbus Lighthouse", *Interamerican Conferences* 1889-1928, p. 289.

7 *Homenaje de la Organización de los Estados Americanos a Fray Francisco de Vitória*. Washington, D.C. União Pan-Americana. 1963.

8 República do Panamá. *Congreso Pan-Americano, Comemorativo del de Bolivar* 1826-1926. Panamá, Imprensa Nacional, 1927, p. 9.

9 Idem. Ibidem, p. 228.

10 *Everyone's United Nations*. A Handbook on the *United Nations, its Structure and Activities*. Nova York, 1979, 9a. Edição, p. 149-50.

11 São exemplos de textos publicados na primeira coleção: *Síntese da História da Civilização Argentina* de Ricardo Levene; *De Caseros ao 11 de setembro* de Ramón J. Cárcano; *Orações Seletas* de Bartolomeu Mitre; *Bases e Ponto de Partida para a Organização Politica da República Argentina* de Juan Bautista Alberdi; *Vidas Argentinas* de Octavio R. Amadeo; *Seis Figuras de Prata* de Juan Pablo Echague e *O Santo da Espada* de Ricardo Rojas.

12 FENWICK, Charles. *The Organization of American States. The Inter-American Regional System*. Washington Kaufmann, 1963, p. 481-2.

13 Ambos intitulados *Del Congreso de Panamá a la Conferencia de Caracas; 1826-1954* foram escritos por Jesus Maria Yepes e Francisco Cuevas Cancino e publicados em Caracas em 1955.

14 Assim se expressou o Presidente do Brasil, na época: "O Brasil não poderia estar ausente das comemorações com que toda América celebra o Sesquicentenario do Congresso Anfictiônico do Panamá, realizado em 1826.

Os ideais de fraternidade e colaboração, então apresentados, desenvolveram-se de maneira extraordinária e constituem hoje o mais valioso patrimônio do continente. O Governo Brasileiro, ao unir-se às homenagens que ora se prestam à figura de Simón Bolívar e a seu ideário Panamericano, e conhecendo o desejo dos governos dos países bolivarianos, decidiu depositar, junto ao Governo da República do Panamá, no monumento que, para tal fim, será erigido naquele país, os únicos originais existentes das Atas daquele Congresso, conservados no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 21 de junho de 1976. Ernesto Geisel

Ministério das Relações Exteriores – *Sesquicentenário do Congresso Afictiônico, Panamá 1826-1976*. Brasília, 1976, p. 5.

15 FENWICK, Charles *The Organization of American States*. Washington, D.C. Kaufmann, 1963, p. 113-15.

16 João Paulo II. Alocução de 2 de junho de 1980 à UNESCO. *Insegnamenti di Giovanni Paolo II, III. 1, 1980*. Libreria Editrice Vaticana, 1980, p. 1641-2.

Bibliografia Citada

FENWICK, Charles *The Organizatin of American States. The Interamerican Regional System*, Washington, D.C. Kaufmann, 1963.

GARCIA, Carlos Bauer, *Universalismo y Panamericanismo*, Guatemala, Universitaria, 1968.

GOMES ROBLEDO, Antonio, *Idea Y Experiencia de America*. México. Fondo de Cultura Economica, 1958.

GONDRONA, Mariano. La integración en el contexto Histórico Filosófico del siglo XX. *Revista de la Integración*, Buenos Aires, Nov. 1967.

HANKE, Lewis. *La lucha española por la justicia en la conquista de América*, Madrid, Aguilar, 1967.

Ministério das Relações Exteriores. Sesquicentenário do *Congresso Anfictiônico, Panamá 1826-1976*. Brasília, 1976.

República de Panamá, *Congresso Pan-Americano, Comemorativo del de Bolivar 1826-1926*, Panamá, Imprenta Nacional 1927.

RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia Cultural, seu papel na Política Externa, Brasileira*. IPRI, 1989.

SIMPSON, Leslie Bind. *The Economienda in the New Spain*. California University Press, 1950.

Union Pan-Americana. *Homenaje de la Organización de los Estados Americanos a Fray Francisco de Vitória*. Washington, 1963.

ÉTUDES INTERNATIONALES

Volume XXII, no 3, Septembre 1991

Directeur : Gérard Hervouet.
Secrétaire de rédaction : Claude Basset

Direction et rédaction : Centre québécois de relations internationales, Faculté des sciences sociales, Université Laval, Québec, Qué., Canada G1K 7P4, tél: (418) 656-2462, télécopieur : (418)656-3634.

Service des abonnements : Les demandes d'abonnement, le paiement et toute correspondance relative à ce service doivent être adressés au Centre québécois de relations internationales, Faculté des sciences sociales, Université Laval, Québec, Qué., G1K 7P4, Canada.

Abonnement Annuel :

Quatre numéros par an	ÉTRANGER
Régulier : $37.45 (Can.)	Régulier :$40.00 (Can.)
Étudiant : $26.75 (Can.)	Institution : $45.00 (Can.)
Institution au Canada : $48.15 (Can.)	le numéro: $16.00 (Can.)

C– Discurso de Paraninfo no Instituto Rio Branco

Ítalo Zappa

Tenho presente na memória, como se a visse ainda hoje, cerimônia semelhante a esta há quase quatro décadas. Não mudou o seu formato e se manteve no mesmo alto nível de prestígio que lhe conferem a presença do Excelentíssimo Senhor Presidente da República e a participação do Chefe desta Casa. No que me diz respeito, porém, a mudança é substancial.

Naquela ocasião, bastava-me, para cumprir o encargo dos colegas, reunir algumas frases e expressar, sem riscos, conceitos genéricos com os quais estávamos naturalmente todos de acordo no limiar de uma carreira cujas entranhas nos eram totalmente desconhecidas.

Agora, é diferente. Se preferistes, com um traço de caráter inequívoco e extrema generosidade, escolher para vosso paraninfo quem já se encontra no recesso e não tem ou nunca teve outros títulos senão o de haver-se dedicado ao trabalho profissional é porque vossa opção não buscou compor o brilho da cerimônia, que estaria melhor servido se a convocação, irrecusável, se dirigisse a uma personalidade ilustre e poderosa dentre as muitas que ostenta a nossa cena pública. Quisestes, ao contrário, premiar um velho servidor e abrir ao colega veterano a oportunidade de ser ouvido no reconto de sua experiência, o que espero poder fazer não apenas enquanto dure este breve momento, mas daqui por diante sempre que dispuserdes de tempo e vos for propício.

Não vos darei conselhos. Na função para qual vos preparastes, a regra é que "o caminho se faz ao caminhar." Não há roteiros nem receitas. A serviço da nação, o funcionário diplomático tem que confiar em si próprio, no seu discernimento, que se aperfeiçoa na medida em que avança sua experiência. Cometer erros e deles recolher lições é infinitivamente mais valioso que acomodar-se ao ritual da falsa disciplina onde freqüentemente se esconde a tendência a não assumir responsabilidade, mas simplesmente imputar a outrem o motivo da omissão.

É claro que a hierarquia é requisito indispensável. As decisões superiores são para serem obedecidas. Mas isso não pode excluir, no processo de elaboração, o dever indeclinável de ponderar, advertir, argumentar e, se necessário, suplicar. Esse dever se

cumpre até à exaustão, mas não será demais que, em casos extremos, se chegue ao sacrifício pessoal. Creio não exagerar, pois me vem à mente a propósito a lembrança do que dizia no seu discurso de paraninfo, naquela ocasião, o Embaixador Raul Fernandes: "O diplomata é como o militar: com um e outro anda a bandeira, com esta diferença, que é em terra estranha que o diplomata carrega o símbolo de sua pátria."

Parece-me fundamental compreender que esta não é uma carreira de burocratas e que em qualquer área de atuação, aqui e no exterior, terá sempre um inelutável conteúdo político. E aí se encontra talvez o grande desafio: se se trata de função eminentemente política, não se pode exercer com mansidão, a coberto da variação de critérios, das diferentes interpretações, dos matizes decisivos, de um sem número de vicissitudes que impõem ao agente do serviço exterior a constante necessidade de empenhar-se para sobrelevar todos os empecilhos na procura do rumo certo, da dose adequada e da composição aceitável. Esse esforço, desnecessário dizer, se praticará com lealdade *total, sem condições, sequer a da reciprocidade. Na instituição a que vos incorporais têm* vida curta a austácia, o engodo, a perversão.

Quando me refiro à dificuldade inerente ao exercício da função, tenho em vista também que, sob o manto das generalidades, que todos aplaudem, cada um pode fazer o que quer. Recordo que anos a fio vi se renovarem, nas manifestações oficiais de diferentes ocasiões e no discurso anual que levamos ao foro da Assembléia Geral das Nações Unidas, conceitos irrefragáveis que definem princípios cardeais de nossa política externa. Vi, porém, que transmudá-los em ação diplomática equivale a suscitar a dissensão e, em conseqüência, não poucas vezes, verdadeiras negociações no âmbito interno. E não será um despropósito afirmar que essas negociações são quase sempre mais difíceis e ásperas do que as que devemos enfrentar nas relações com o interlocutor estrangeiro. Quer dizer, diplomacia lá fora é fácil; difícil é praticá-la aqui dentro.

Se me permito essa advertência é porque me parece importante precaver-vos sobre a natureza do trabalho que vos espera: está muito distante de ser a mera posta em prática de um elenco de posições estabelecidas com critérios apriorísticos. Nem essas posições se poderiam definir de forma tão abrangente que cobrissem as múltiplas questões do quotidiano no ofício diplomático, nem conviria que se intentasse fazê-lo. A política externa não pode ser um catecismo, um conjunto de dogmas infenso à mudança, ao aperfeióçamento e à criatividade. Ela se constrói a cada dia, sempre com vistas a compassar nossos princípios e interesses não apenas com o que acontece na área externa, mas sobretudo com as perspectivas que se desenham na cena mundial. Se não fosse assim, esta Casa, juntamente na gestão do vosso ilustre patrono, o saudoso embaixador Antonio Francisco Azeredo da Silveira, a quem deve o país serviços de relevância história, esta Casa não teria logrado fazer o que fez para resgatar-nos de posições retrógradas, três lustros antes dos episódios dramáticos que marcaram o fim da era das fronteiras ideológicas e mostraram em todo sua crueza o expediente tanto tempo utilizado para apartar-nos da ampla convivência internacional e do direito elementar de promover os interesses do país sem as limitações ditadas pela estratégia alheia.

Outras advertências poderiam ser feitas. Não conselhos, repito, sempre dispensáveis, ainda mais quando é transparente que possuís as condições e a disposição para não aceitar o descaminho. Se a isso somarmos a experiência que ireis adquirir, aí estão os instrumentos de que necessitais para colaborar efetivamente na construção da política externa.

A exortação que vos faço é simples: não vos deixeis intimidar. O Brasil, condenado à grandeza, como disse em certa ocasião o Embaixador João Augusto de Araújo Castro, sempre lembrado como inexcedível exemplo de lucidez e coragem no exercício da profissão, o Brasil está igualmente condenado a possuir uma política externa própria, que não será do primeiro mundo como não foi do terceiro mundo, e que não pertence a ninguém porque é patrimônio de todos.

Não podeis imaginar quanto me alegrou o vosso convite. A homenagem, de que posso ser apenas o depositário, nunca um verdadeiro credor, transmite um sinal de aprovação a um tipo de trabalho que se separa do brilho mundano, tantas vezes apontado, com injustiça, como o objeto principal dos diplomatas. Quando esse sinal parte de jovens que se iniciam na profissão, não há como conter o júbilo. Estou convencido de que tendes a perfeita compreensão do privilégio que vos é conferido na missão a que vos destinais. Missão que se distingue no serviço público porque é à nação como um todo que devereis servir.

Eu vos desejo todo o êxito na defesa do Brasil.

D– DE BRETTON WOODS A BRETTON WOODS: a longa marcha da URSS de volda ao FMI

Paulo Roberto de Almeida*

O espectro do passado

A História costuma dar muitas voltas, antes de retomar, eventualmente, ao seu ponto inicial. Ela nem precisa reproduzir-se como farsa, como afirmava Marx a partir do conceito original de Hegel. Farsa ou tragédia, tudo depende do ponto de vista de quem é chamado a pagar a conta da repetição do espetáculo. Na verdade, mais que repetir-se, a História se contenta com pregar peças naqueles que ousam desafiar as "leis de funcionamento do mecanismo econômico da sociedade", para empregar uma das frases preferidas do autor d'*O Capital*, ou melhor, do *Dezoito Brumário*, onde aquela famosa reflexão sobre o retorno da História foi registrada pela primeira vez.

Assim, pode ser encarada, por exemplo, a restauração da "velha" ordem capitalista nos países que, antes ou depois da II Guerra Mundial, tinham adotado o sistema de economia planificada e que, durante muito tempo, se tinham preparado alegremente para enterrar o capitalismo (com a ajuda eventual de uma das muitas crises cíclicas deste último). A transição acelerada do modo de produção socialista ao *ancien régime* do capitalismo, empreendida a todo vigor no Leste europeu, pode, ocasionalmente, ter seu lado de tragédia (e muito pouco de farsa), notadamente para os órfãos do planejamento centralizado, mas, ela tem muito pouco de surpresa para aqueles que acompanharam com atenção a parábola do comunismo na História.

Winston Churchill, ainda que reconhecidamente muito pouco afeito a reflexões de tipo hegeliano, não se surpreenderia, por certo, com a desmontagem final de um regime econômico e político por ele considerado como "pouco natural" e mesmo totalmente contrário à "natureza humana". A invocação à Churchill é, aliás, ilustrativa do itinerário tortuoso que a História percorreu em pouco mais de 70 anos de ascenção e queda da ideologia socialista.

Ele, que tinha estimulado e participado ativamente na montagem do apoio ocidental ao grupos de russos brancos que, entre 1918 e 1923, combateram militarmente a jovem

---

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Bruxelas. Mestre em Economia Internacional. Ex-Professor de Sociologia Política na UnB e no Instituto Rio Branco

república bolchevique, não hesitou, mais tarde, em aliar-se ao "demônio comunista" para eliminar, como ele dizia, o "diabo hitlerista". Ao final da guerra, conhecedor como poucos do caráter brutal da dominação stalinista, foi um dos primeiros a afirmar que uma "cortina de ferro" se tinha abatido sobre a Europa.

Com efeito, em 5 de março de 1946, Winston Churchill pronuncia, no Colégio Rural de Fulton (Missouri, EUA), seu famoso discurso sobre a cortina de ferro que tinha passado a dividir a Europa desde Stettin até Trieste. Ele reitera então seu severo julgamento, elaborado desde os primórdios do poder bolchevique, sobre o caráter totalitário dos regimes sob dominação soviética e, empregando uma imagem que se tornaria típica da guerra fria, caracteriza o comunismo como uma "ameaça crescente à civilização cristã".

Churchill afirmava particularmente: "O que eu pude conhecer de nossos amigos russos durante a guerra, me convenceu que, mais do que tudo, eles admiram a força e que, mais do que tudo, eles desprezam a fraqueza militar". Em 19 de setembro desse mesmo ano, exercitando seus dons de "futurólogo", ele se pronuncia a favor dos "Estados Unidos da Europa". Churchill ousa mesmo prever a derrocada final do sistema comunista, com base, em grande medida, nos mesmos argumentos que tinham sido avançados no século passado por John Stuart Mill em relação ao caráter profundamente irracional da organização social da produção em regime socialista.

Churchill, evidentemente, não logrou viver o bastante para assistir à confirmação prática do ceticismo sadio demonstrado pelo pensamento econômico liberal a respeito da debilidade intrínseca de qualquer forma de apropriação coletiva dos frutos do trabalho individual. Difícil dizer, também, se ele consideraria a marcha acelerada das economias planificadas em direção do mercado como uma demonstração inequívoca de um "retorno da História". Em todo caso, ele provavelmente receberia com um sorriso maroto a solicitação algo desesperada apresentada pela União Soviética de adesão plena ao FMI e ao Banco Mundial, formulada por ocasião da reunião do G7, de julho de 1991 em Londres.

A despeito da simpatia despertada nos europeus, a cauta reação anglo-americana apenas permitiu contemplar, numa primeira fase, um simples estatuto de "membro associado", isto é, a URSS ganha o direito de ser escrutinada pelos bisturis cruéis do FMI mas não consegue alcançar a bolsa dos cobiçados sestércios. Essa posição intermediária será rapidamente superada pela situação normal de associação plena, uma vez aprovado um programa rigoroso de reconversão econômica e definidas as linhas da cura de emagrecimento do Estado socialista.

Mais, do que a aceitação formal ou efetiva, pela URSS, dos princípios de mercado, é o apelo ao FMI que conforma verdadeiramente um retorno patético da História. Afinal de contas, as instituições de Bretton Woods, tidas por Stalin como a "representação mais acabada" da ordem mundial capitalista, sempre concentraram os ataques mais veementes dos adeptos da economia planificada. Com o tempo, entretanto, vários países do "socialismo realmente existente" tiveram de arrefecer suas críticas e trataram de solicitar, cada qual a seu turno, uma discreta adesão às antigas "agências do imperialismo econômico". O movimento se acelerou, desde os anos 70, até incluir agora a própria União Soviética, o que aliás não tomou inteiramente de surpresa os observadores mais atentos, já que esse "salto qualitativo" estava implícito na natureza das transformações em curso nas "economias pós-socialistas".

Pode-se, contudo, falar legitimamente de "ingresso" da URSS nas instituições financeiras de Bretton Woods, ou seria melhor referir-se à "volta" da ex-pátria do socialismo a organizações por ela mesma criadas no quadro das Nações Unidas? Um pequeno passeio pela História nos permitirá esclarecer essa questão.

A reconstrução econômica do mundo do pós-guerra

As características mais essenciais da ordem política e econômica do mundo do pós-guerra foram traçadas desde muito cedo, ainda antes da internacionalização do conflito e em plena guerra européia, através notadamente da "Carta do Atlântico". Mas, elas resultaram, mais particularmente, dos arranjos diplomáticos e militares realizados durante a fase final da guerra, notadamente em Bretton Woods, em *Dumbarton* Oaks, em Yalta e Potsdam e em São Francisco. Vejamos, resumidamente, o que foi cada um desses marcos fundadores da era contemporânea.

Na "Carta do Atlântico", de agosto de 1941, Roosevelt e Churchill alinham os grandes princípios que deveriam reger o mundo do pós-guerra. A conferência de Bretton Woods, em julho de 1944, está identificada com a reorganização econômica do mundo contemporâneo, através da criação das duas principais instituições financeiras internacionais: o FMI e o Banco Mundial. Em Dumbarton Oaks, em agosto desse metsmo ano, são colocadas as bases de uma organização das "nações aliadas", que, em São Francisco, em abril de 1945, se converteria na ONU. Finalmente, em Yalta e em Potsdam, em fevereiro e em julho e agosto de 1945, respectivamente, são delineadas as linhas da fronteira geopolítica que passaria a dividir o mundo com maior nitidez a partir de 1947.

Na Carta Atlântica, ademais da defesa dos direitos soberanos das nações, Churchill e Roosevelt dizem pretender assegurar para todos os povos um "acesso igualitário às matérias-primas e ao comércio mundial" e propõem uma cooperação econômica internacional. Essa declaração conjunta constitui, assim, um dos fundamentos conceituais da reconstrução econômica e política do mundo do pós-guerra.

O outro grande marco fundador será, inegavelmente, a Conferência de Bretton Woods, realizada em agosto de 1944 a convite dos EUA. Representantes de 45 Estados ou Governos, incluído o da URSS, se reunem nessa cidade do New Hampshire, com o objetivo de promover uma nova ordem econômica mundial, tornada indispensável com a previsível derrota da Alemanha e do Japão.

A conferência decide a criação de um banco internacional de reconstrução e desenvolvimento, que teria como missão realizar empréstimos de capital a largo prazo para os países urgentemente necessitados ou subdesenvolvidos, após análise de projetos específicos a serem decididos, em princípio, segundo "critérios técnicos". Igualmente se decide criar uma nova instituição financeira, o Fundo Monetário Internacional, com o objetivo de conceder créditos de curto prazo em condições que permitam superar dificuldades temporárias de balança de pagamentos e que ajudem a estabilizar as taxas de câmbio. Se estabelece, ademais, que o dólar passa a ser a divisa referencial para a avaliação dos tipos de câmbio.

Os principais objetivos do FMI eram, resumidamente, alcançar e manter a estabilidade nas taxas de câmbio, facilitar a liberação de restrições de câmbio e abrir caminho para a

conversibilidade das moedas. Os membros eram solicitados a estabelecer um valor paritário para sua moeda em termos de ouro (ou de dólar), o qual apenas poderia ser modificado com a aprovação do Fundo; eles tinham ainda de aceitar certas regras limitando suas prerrogativas em matéria de restrições cambiais, bem como estabelecer e manter um sistema multilateral de pagamentos.

A questão do comércio também recebe atenção prioritária no processo de restauração econômica em curso. O período de entre guerras tinha assistido a práticas generalizadas de discriminação no comércio internacional. Compreensivelmente, os que se dedicavam a fazer planos para o pós-guerra, em primeiro lugar os EUA, advogavam desde o começo uma política firme de não-discriminação e de liberalização das trocas comerciais.

Na verdade, os próprios Estados Unidos detinham grande parte da culpa pela depressão mundial e pelo protecionismo que tinham precedido a guerra. A lição parecia ter sido aprendida no começo dos anos 40: muitos responsáveis norte-americanos estavam convencidos de que a crise econômica e o desespero dos anos 30 tinham aberto o caminho ao totalitarismo e ao militarismo. Por isso, além de promover seus objetivos políticos tradicionais – liberdade dos oceanos, autodeterminação nacional e governo democrático –, os EUA trataram, desde essa época, de implementar a política da "Open Door". Se supunha que um ambiente internacional sem discriminações ofereceria os benefícios da concorrência econômica pacífica, o acesso igualitário às matérias-primas e o máximo de eficiência por meio do princípio das vantagens comparativas.

Isto se torna aparente já em 1941, na Carta Atlântica, que, sob insistência americana, inclui referência segundo a qual os governos britânico e americano "se empenharão para que todos os Estados, grandes ou pequenos, vitoriosos ou vencidos, tenham acesso em igualdade de condições ao comércio e às matérias-primas de que precisem para a sua prosperidade econômica" [Mello, 1950: 592-3]. Alguns meses depois, no Artigo VII do "Master Lend Lease Agreement" entre os EUA e a Grã-Bretanha, os dois governos concordaram em trabalhar em favor "da eliminação de todas as formas de tratamento discriminatório no comércio internacional" [Patterson, 1966:12-13].

Na verdade, em Bretton Woods, se cuidou muito pouco de comércio, apesar da conferência ter reafirmado, em suas diretrizes, que o estabelecimento de um sistema multilateral de livre comércio era essencial para a restauração econômica do mundo do pós-guerra. As disposições pertinentes deveriam, contudo, ser objeto de uma conferência especial a ser convocada em ocasião ulterior, o que de fato acabou ocorrendo em 1947 e 1948, em Genebra e em Havana. Em todo caso, havia concordância, entre a maior parte dos participantes de Bretton Woods, de que se deveria privilegiar um enfoque multilateralista na reorganização das correntes de comércio, combatendo as práticas bilateralistas que se tinham desenvolvido enormemente durante a guerra.

O multilateralismo tinha em seu favor a lembrança recente, e amarga, da falência do protecionismo generalizado, nascido com a crise do 1929 e que desembocou na guerra. Os maiores promotores da "mutação multilateralista" eram, evidentemente, os EUA que praticamente "obrigavam" os países beneficiários de acordos de 'lend-lease' a se comprometerem a participar, com eles, de "uma ação coordenada tendente à eliminação de todas as formas de discriminação no comércio internacional e à redução das tarifas e outras barreiras comerciais". Em Novembro de 1945, o Secretário de Estado

norte-americano Byrnes apresenta, assim, quatro propostas, razoavelmente bem acolhidas, "para a expansão do comércio mundial e do emprego": liberação das restrições impostas pelos governos, liberação das restrições impostas pelas ententes e pelos cartéis privados, liberação da ameaça da desordem nos mercados de produtos de base e liberação dos temores ligados a crises na produção e no emprego [Mayer, 1983: 5-6]

Todos esses princípios estarão presentes, igualmente, nas conferências das Nações Unidas sobre comércio e emprego, organizadas sucessivamente em Genebra e em Havana, e das quais deveria resultar uma Organização Internacional do Comércio, dando assim acabamento ao tripé econômico multilateral concebido e iniciado em Bretton Woods. No entanto, por razões de diversa natureza, o sistema concebido e discutido em Bretton Woods estava destinado a ser implementado apenas a partir de seus suportes financeiro e monetário.

Como indicou um antigo Diretor do GATT, "o insucesso da Carta de Havana deixa um vazio na organização das relações econômicas do pós-guerra. Um vazio considerável na medida em que a Carta contém disposições sobre o emprego e a atividade econômica, sobre o desenvolvimento econômico e a reconstrução [compreendida no sentido da reconstrução das regiões européias e asiáticas devastadas pela guerra], sobre a política comercial [a única, aliás, implementada pelas partes interessadas], sobre as práticas comerciais restritivas, sobre acordos inter-governamentais sobre produtos de base [aspecto que tocava muito de perto os interesses de países primário-exportadores, como o Brasil], ademais da criação da OIC" [Long, 1984: 17].

A divisão Leste-Oeste e a fratura Norte-Sul

A segunda metade dos anos 40 é classicamente identificada com a "guerra fria" e apenas com ela. Pouco atenção é dada à questão do desenvolvimento, isto é, ao problema da assimetria básica entre os países industrializados e as "nações subdesenvolvidas", como eram então chamadas as áreas economicamente atrasadas, constituídas de países primário-exportadores ou de regiões ainda submetidas ao domínio colonial europeu. A divisão horizontal de tipo "estratégico-militar" parece ter predominância, e não apenas na literatura acadêmica, sobre o eixo vertical de natureza "econômico-social".

Uma reconstrução conceitual mais adequada à realidade histórica – como a que intentamos, por exemplo, em trabalho independente [1991], de maior abrangência cronológica – poderia contudo servir para corrigir ambas as perspectivas. De um lado, porque a oposição entre o socialismo e o liberalismo – ou, entre o comunismo e a democracia, como então se dizia – se desenvolve apenas gradualmente, à medida em que a aliança "teórica" dos tempos de guerra (que implicava a promessa de colaboração no estabelecimento da nova ordem mundial) se erosiona em face dos desentendimentos "práticos" nos diversos terrenos de contato. De outro, porque, embora escassamente aludido na bibliografia especializada e ainda menos repercutido na agenda internacional dessa época, o problema do desenvolvimento não deixa de ser colocado por seus principais interessados (entre eles o Brasil), cada vez que a ocasião se apresenta.

Ao eixo Leste-Oeste do confronto ideológico deve assim ser agregado, do ponto de vista de países como o Brasil, o eixo Norte-Sul da luta pelo desenvolvimento, problema então praticamente ignorado nos debates conduzidos nos novos foros internacionais criados

sob a égide da ONU. A questão era, sem dúvida alguma, obscurecida, tanto pela enorme tarefa de "reconstrução" dos países arrasados pela guerra, na Europa ou na Ásia, como pela enorme assimetria de recursos e de poder existente não só, de uma forma geral, entre as antigas potências militares e os países subdesenvolvidos, mas também entre os Estados Unidos, sozinhos de um lado, e o chamado "mundo livre", tomado em seu conjunto.

Sem embargo de que o cenário internacional estivesse mais propenso a dar prioridade aos problemas derivados do enfrentamento bipolar entre o socialismo e o liberalismo, o problema do desenvolvimento nunca deixou de ser colocado pelos paises "primário-exportadores", como um dos principais vetores de sua atuação diplomática externa. Numa conjuntura histórica em que a questão do desenvolvimento sequer existia, dotada de status próprio, na teoria econômica, a prática diplomática brasileira, por exemplo, já encarava o tema praticamente como *une affaire d'Etat*.

É bem verdade, contudo, que os acordos de constituição do FMI não fazem nenhuma distinção entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Não se tratava, no entanto, de uma discriminação direta e voluntariamente perversa: o problema simplesmente não se colocava, na ótica dos que convocaram a conferência de Bretton Woods. A reorganização econômica e monetária do mundo era um problema a ser resolvido basicamente entre as grandes potências, que se consideravam como os únicos "responsáveis pela ordem mundial". Em Bretton Woods atuaram essencialmente os EUA e a Grã-Bretanha, todos os demais participantes eram meros figurantes.

Esse desconhecimento da questão do desenvolvimento, no entanto, não se refletiu na prática *corrente* do FMI. Na primeira fase de suas atividades, contraditoriamente, a organização preocupou-se muito mais com os problemas de taxas múltiplas de câmbio e de práticas discriminatórias em matéria monetária (controle dos fluxos de divisas) por parte dos países menos desenvolvidos do que com as enormes restrições ao câmbio prevalecentes nos países europeus. Esse "double standard" não deixou, evidentemente, de provocar um legítimo mal-estar nesses países, em especial na América Latina, que ressentiam que muito maior atenção era dada às suas práticas restritivas do que às dos "major powers" [De Vries, 1986: 218].

Apesar de seus muitos inconvenientes, em especial para os países em desenvolvimento, o sistema financeiro criado em Bretton Woods era audaz e criativo, permitindo uma transição relativamente tranquila para uma economia internacional mais aberta e menos sujeita aos sobressaltos do período anterior.

Para os que se apressam em condenar a "saída liberal" – e forçosamente "desigual" – encontrada pelo "sistema capitalista" para resolver o problema de suas "crises periódicas", cabe advertir que a alternativa "disponível" para os países em desenvolvimento não seria, exatamente, uma espécie de *Commonwealth* socialista – que nunca chegou a existir, apesar de tentativas de coordenação no âmbito do Comecon –, mas um provavelmente catastrófico regresso ao sistema protecionista e discriminatório dos anos anteriores à guerra. A redução das barreiras comerciais e o estabelecimento de taxas estáveis de câmbio, baseadas num dólar firme, eram os pré-requisitos para a recuperação do comércio mundial, do qual os países em desenvolvimento continuariam a participar em sua qualidade de tradicionais exportadores de produtos primários.

A "cooptação econômica" da URSS

Mas, se o sistema de Bretton Woods era (negativamente) indiferente em relação à questão do desenvolvimento, se pretendia que ele fosse (positivamente) neutro do ponto de vista político, permitindo a acomodação, numa mesma estrutura, entre os países "capitalistas" e os "socialistas". O pragmatismo deveria imperar, acima de quaisquer considerações ideológicas. Na verdade, em Bretton woods, os EUA previam mais problemas com o Reino Unido (e com os outros países europeus) do que com a própria União Soviética. Não se deve esquecer, por exemplo, que a discriminação comercial exercida contra os Estados Unidos com base na famosa "preferência imperial" da *Commonwealth* britânica sempre constituiu uma fonte de atritos entre os dois membros mais importantes do mundo capitalista.

Em todo caso, a "planificação econômica" do pós-guerra também reservou um papel para a URSS, a despeito da pequena importância econômica e comercial que esta tinha no mundo. Ao assim procederem, os EUA queriam evitar o desastroso erro de Versalhes que, ao excluir uma potência – no caso, a Alemanha de Weimar – do concerto mundial, havia gerado o clima de instabilidade e desconfiança responsável pelo ulterior acirramento dos conflitos no continente europeu. Os EUA se mostraram sensíveis aos interesses soviéticos, em parte porque previam um grande intercâmbio entre matérias-primas soviéticas e manufaturados norte-americanos, o que, entretanto, revelou-se depois francamente ilusório.

Em virtude dessa disposição favorável, os soviéticos conseguiram a terceira maior subscrição – contribuição e poder de veto – no esquema inicial do FMI e, quando os delegados soviéticos se recusaram temporariamente a contribuir com uma quantidade equivalente (1,2 bilhão de dólares) para o Banco Mundial, a delegação dos EUA arranjou-se para que os países ocidentais compensassem a lacuna aumentando suas participações. Finalmente, se acertou uma quota para a URSS que pouca ou nenhuma relação tinha com sua importância no comércio mundial, mas que foi estabelecida como reconhecimento de sua importância política e potencialmente econômica.

O Secretário do Tesouro dos EUA, Hans Morgenthau acreditava, por exemplo, que os esforços desenvolvidos em Bretton Woods proporcionavam uma base segura para a cooperação entre os países capitalistas e socialistas. Mas, na data limite de 31 de dezembro de 1945, a URSS não ratificou os acordos de Bretton Woods, apesar de que vários dos mecanismos desenhados no FMI e no Banco Mundial estivetssem concebidos especialmente para as economias socialistas, entre eles, a atribuição de um poder de voto desproporcional para a URSS [Pollard,1988: 34-36].

Versalhes revisto e corrigido por Keynes

O "grande cisma" – segundo o título dado por Raymond Aron a um de seus livros dessa época – entre as democracias ocidentais e os países socialistas se desenvolveu, assim, a despeito de uma vontade inicial de *entente* e deu colaboração entre os parceiros da guerra. Mais do que as rivalidades ideológicas, foram as "duras realidades" nascidas do caos gerado sucessivamente pelas ocupações nazista e soviética de imensos territórios no coração da Europa que precipitou a cisão brutal do mundo em dois campos opostos, divisão que estava em germe desde 1917.

A realidade da bipolaridade estrita apresenta-se, então, como um fenômeno novo no sistema internacional, já que nem os amigos impérios, nem o equilíbrio "westfaliano" nascido com os modernos Estados-nacionais tinham conseguido reduzir a tal ponto os atores da *Machtpolitik.*

Com efeito, a Segunda Guerra mundial tinha acarretado ainda mais desordens políticas e sociais do que a Primeira. Não apenas a destruição física foi maior, com um movimento de populações inteiras inimaginável até então, como também – e mais importante – o equilíbrio geopolítico foi radicalmente alterado. A bipolaridade russo-americana, anunciada um século antes por Tocqueville, iria finalmente converter-se em realidade, mas apresentando pelo menos dois elementos historicamente inéditos em relaçãoao cenário imaginado pelo filósofo liberal francês: um conflito "ideológico" global, impensável em termos da "política de poder" tradicional, bem como uma completa, e excepcional, dependência dos países europeus em face das potências ocupantes.

A reconstrução econômica do mundo pós-II Guerra tentaria, é verdade, evitar os erros econômicos e políticos cometidos ao cabo da I Grande Guerra (e que já tinham sido fartamente denunciados por Keynes no seu famoso "panfleto" econômico *The Economic Consequences of the Peace* [1924]). O mecanismo de seguranca proposta na ONU e o Plano Marshall representam, assim, importantes inovações conceituais e pragmáticas em relação aos esquemas puramente "reivindicativos" implementados depois de Versalhes. Mas, também é verdade que o elemento "ideológico" iria perturbar sobremaneira o processo de "restauração" da ordem mundial.

À medida em que progredia a "sovietização" nas regiões ocupadas da *Mitteleuropa*, aumentava a preocupação com o "perigo comunista", seja em zonas caracteristicamente periféricas – como na Turquia ou na Grécia, onde a guerrilha comunista parecia fazer progressos – seja na própria Europa ocidental, como na Itália ou na França. O discurso ocidental se torna cada vez mais duro em relação à URSS, até desembocar na famosa Declaração Truman de março de 1947, que define as fronteiras do "mundo livre" e afirma o comprometimento dos EUA com a "causa da liberdade" onde quer que ela fosse ameaçada. Ao mesmo tempo, seriamente preocupados com o quadro de caos social que se desenhava na Europa, os EUA decidem favorecer um "plano de reconstrução econômica" suscetível de complementar e sustentar os esquemas de segurança política e militar em curso de estabelecimento.

A Doutrina Truman e o Plano Marshall formam, nas palavras de um historiador norte-americano, as "pedras angulares" do que veio a ser conhecido como a política do *containment* [Combs, 1986: 332]. A palavra *containment* – contenção – derivava de um artigo publicado no primeiro semestre de 1947 na prestigiosa revista *Foreign Affairs*, assinado por um certo Mr. X, que logo se revelou ser George Kennan [1972], diretor de planejamento político no Departamento de Estado.

A primeira versão do *containment* era relativamente flexível (ainda que baseada nos interesses primários dos EUA) e a ênfase era mais política e econômica do que propriamente militar. Os eventos dos dois anos entre 1948 e 1950 – o golpe de Praga, o bloqueio de Berlim, o triunfo de Mao na China, a explosão da primeira bomba atômica soviética e a invasão da Coréia do Sul pela Coréia do Norte – iriam, contudo, endurecer o *containment.*

A resposta soviética ao anúncio da Doutrina Truman e ao lançamento do Plano Marshall não se faz tardar. Em relação à doutrina da "contenção", Stalin procedeu a uma *fuite en avant*. Os partidos comunistas dos "países irmãos", como todos os outros aliás, passaram a ser controlados por uma nova Internacional Comunista, criada em junho de 1947 com o nome de Cominform, ou Bureau de Informação Comunista. Através do Cominform, Stalin ordenou aos partidos comunistas ocidentais cessar a colaboração com os regimes burgueses no poder. Quase que de forma imediata, os partidos comunistas na Itália e na França começaram uma série de greves insurrecionais, que afetaram ainda mais o processo de reconstrução econômica nesses países. No Brasil, igualmente, o PCB adota, a partir de 1947, uma política de radicalismo sectário – consagrada num "anti-imperialismo" estridente – e de aderência incondicional à URSS, posturas que o levariam afastar-se ainda mais de suas bases "operárias" e "intelectuais" e que provavelmente levaram à cassação dos mandatos dos representantes comunistas, vários meses depois da decisão de sua ilegalização tomada pelo TSE [Chilcote, 1974: 53-57; Basbaum, 1968: 184-85].

A reação da URSS ao Plano Marshall foi também surpreendentemente dura. Ressalte-se que os países da Europa sob controle soviético, como a própria URSS, não estavam, *a priori*, excluídos dos programas de ajuda concessional e dos créditos generosos que o Governo dos EUA estava oferecendo para aplacar a "penúria de dólares" em que viviam então os países europeus. Mas, isto implicaria a coordenação econômica entre os países recipiendários, bem como o fornecimento de informações estatísticas e dados sobre o funcionamento das economias nacionais (condições que feriam profundamente a mania do "segredo" cultivada pela URSS). Ela então obrigou os países de sua órbita a rejeitar qualquer ajuda e estabeleceu uma série de tratados econômicos que ficaram conhecidos como o "Plano Molotov" e que lançaram as bases do Comecon.

De volta para o futuro?

Quarenta anos mais tarde, a despeito mesmo de uma notável ampliação de sua esfera geográfica de atuação, o Comecon deixaria melancolicamente de existir. É bem verdade que suas bases estruturais já tinham sido solapadas desde muito cedo, não exatamente por obra dos complôs imperialistas constantemente denunciados pelos dirigentes socialistas. Simplesmente o arremêdo de *commonwealth* socialista nunca foi capaz de superar seus mais elementares problemas de funcionamento, como, por exemplo, o da multilateralização das trocas ou o da conversibilidade de moedas.

Assim, países que já faziam parte do GATT, em sua origem – como a Tchecoslováquia, por exemplo, ou mesmo Cuba – ou que dele vieram a fazer parte ulteriormente, sob um statuto especial – como Romênia, Polônia ou Hungria – nunca julgaram conveniente abandonar esse tipo de organização "pouco fraternal" e totalmente dominada pelas leis "capitalistas" de mercado. O próprio GATT, aliás, se tornou, com o passar dos anos, suficientemente "mercantilista" e "dirigista" – no sentido propriamente "colbertista", entenda-se – para atrair outros "ortodoxos" do socialismo como a China Popular. Todos esses países, com poucas exceções, já vinham se relacionando com as duas instituições irmãs de Bretton woods desde os anos 60 pelo menos.

A crise estrutural do socialismo real de princípios dos anos 80 vem precipitar, assim, um penoso reencontro com a História. Não cabe nos objetivos deste artigo reconstruir o processo de esclerosamento precoce do "jovem" modo de produção socialista. Basta

apenas com indicar que os problemas da reconstrução "pós-socialista" dos países da Europa oriental, conseguiram gerar uma versão revista e corrigida (embora tabém necessariamente mais modesta) do "Plano Marschall", consubstanciado no BERD. Quanto à URSS, seu pedido de colaboração econômica dirigido aos novos parceiros ocidentais, significa, antes de mais nada, uma volta ao ponto inicial da presente era econômica: Bretton Woods, ou melhor Washington, onde atualmente estão sediadas as duas organizações financeiras multilaterais. Do New Hampshire ao District of Columbia: que longa viagem para uma superpotência!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Paulo R., 1991: "A Diplomacia do Liberalismo Econômico: as relações econômicas internacionais do Brasil durante a Presidência Dutra" in Ricardo Seitenfus (coord.), *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*, São Paulo, IPRI-MRE/ USP (em preparação)

——, 1990: "Retorno ao Futuro, Parte II", *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, Ano XXXIII, nos. 131-132, 1990/2, pp. 57-60

——, 1988: "Retorno ao Futuro: A Ordem Internacional no Horizonte 2000", *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, Ano XXXI, 1988/2, nos. 123-124, pp. 63-75

ARON, Raymond, 1974: La República Imperial: Los Estados Unidos en el Mundo (1945-1972). Buenos Aires, Emecé Editores

——, 1951: *Les Guerres en Chaine*, 3a. ed., Paris, Gallimard

BASBAUM, Leôncio, 1968: *História Sincera da República: de 1930 a 1960*. 3a. ed., São Paulo, Editora Fulgor

CHILCOTE, Ronald H., 1974: *The Brazilian Communist Party: Conflict and Integration, 1922-1972*. Nova York, Oxford University Press.

COMBS, Jerald A., 1986: *The History of American Foreign Policy*, vol. II: *Since 1900*. Nova York, Alfred A. Knopf

DEANE, John R., 1947: *The Strange Alliance*. New York, Viking Press

DEPARTMENT of State, 1948: *United Nations Monetary and Financial Conference*. Vol. I ("proceedings and documents of Bretton Woods"), Washington, United States Government Printing Office

DE VRIES, Margaret G., 1986: *The IMF in a Changing World, 1945-85*. Washington, D.C., International Monetary Fund

ETZOLD, Thomas H. e GADDIS, John Lewis (eds), 1978: *Containment: Documents on American Policy and Strategy, 1945-1950*. Nova York, Columbia University Press

FONTAINE, André, 1965: *Histoire de la Guerre Froide*. Vol. I, Paris, Fayard,

HILTON, Stanley E., 1981: "The United States, Brazil, and the Cold War, 1945-1960: End of the Special Relationship", *The Journal of American History*, vol. 68, no. 3, Dezembro, pp. 599-624.

KENNAN, George F., 1972: *Memorias de un diplomático*. Barcelona, Luis de Cavalt

KEYNES, John Maynard, 1924: *The Economic Consequences of the Peace*, Londres, Macmillan

LONG, Olivier, 1984: "La place du Droit et ses limites dans le système commercial multilateral du GATT" in Académie de Droit International, *Recueil des Cours 1983*, IV. Haia, Martinus Nijhoff, pp. 9-142

MALAN, Pedro Sampaio, 1986: "Relações Econômicas Internacionais do Brasil (1945-164)" in Boris Fausto (org.), *História Geral da Civilização Brasileira, III: O Brasil Republicano, 4o. vol.: Economia e Cultura (1930-1964)*. 2a. ed., São Paulo, Difel, pp. 51-106

et alii, 1980: *Política Econômica Externa e Industrialização do Brasil (1939/52)*. 2a. ed., Rio de Janeiro, IPEA/INPES

MAYER, Pierre, 1983: *La Métamorphose: essai sur le multilateralisme et le bilatéralisme*. Paris, Economica

McCOY, Donald R., 1987: *La Presidencia de Harry S. Truman*. Madrid., Editorial San Martin

MELLO, Rubens Ferreira, 1950: *Textos de Direito Internacional e de História Diplomática de 1815 a 1949* Rio de Janeiro, A. Coelho Branco Editor

MINISTÉRIO das Relações Exteriores, 1947: *Ruptura de Relações Diplomáticas entre o Brasil e a U.R.S.S.*. Rio de Janeiro, Serviço de Publicações

MINISTÉRIO do Trabalho, Indústria e Comércio, 1948: *Carta de Havana, Conferência de Comércio e Emprego das Nações Unidas*. [Rio de Janeiro,] Departamento Nacional de Indústria e Comércio

MOURA, Gerson, 1990: *O Alinhamento sem Recompensa: a política externa do Governo Dutra*. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

——, 1989: "Historiografia e relações internacionais", *Contexto Internacional*. Ano 5, no. 10, Julho-Dezembro, pp. 67-85

NIVEAU, Maurice, 1976: *Histoire des Faits Économiques Contemporains*. [2ª. Parte: "La reconstruction et le développement des Pays Capitalistes depuis la Seconde Guerre Mondiale", Título II: "La Reconstruction du Système Monetaire International", pp. 489-548] 4a. ed., Paris, Presses Universitaires de France

PALMER, R. R., 1960: *A History of the Modern World* 2a. ed., Nova York, Alfred A. Knopf

PATTERSON, Gardner, 1966: *Discrimination in International Trade: the Policy Issures, 1945-1965*. Princeton, N.J., Princeton University Press

POLLARD, Robert A., 1988: *La seguridad económica y los origenes de la Guerra Fria, 1945-1950*. Mexico, Ediciones Gernika

YEAGER, Leland B., 1976: *International Monetary Relations: Theory, History, and Policy*, 2a. edição, Nova York, Harper & Row

LIVROS E REVISTAS

THE SÃO PAULO LAW SCHOOL AND THE ANTI-VARGAS RESISTANCE (1938-1945), de John W.F. Dulles. Austin, Univ. of Texas, 1986, 262 págs.

Desde sua biografia política de Getúlio Vargas, de 1967, traduzido em 1971, uma referência sucinta mais indispensável para todos os que pretendem estudar o assunto, o Professor John W.F. Dulles, filho do falecido Secretário de Estado norte-americano, tem produzido vários volumes sobre nossa história contemporânea. O tema de The São Paulo Law School and the Anti-Vargas Resistance é bastante específico: o livro conta a história da resistência anti-Vargas na Faculdade de Direito de São Paulo, entre 1938 e 1940, e o faz de forma serena e factual, com a visão objetiva de um estrangeiro: relata eventos, reúne nomes e datas.

Orgulhosa da sua longa e importante tradição liberal, a Faculdade do largo de São Francisco é a mais antiga instituição de ensino superior do Brasil, tendo sido criada em 1826. Personagem mais importante do livro, sobressai com relação ao extenso rol das figuras – professores e estudantes –, que freqüentaram suas arcadas, participando das agitações políticas contra o Estado Novo do Centro Onze de Agosto. Num "Resumo pré-1930", o autor conta a história da instituição: a criação da sociedade secreta "Bucha", a campanha abolicionista e republicana, a Liga Nacionalista, a proclamação do "território livre do largo de São Francisco" – que seria violado pelas forças repressoras a serviço da Situação.

São incontáveis as personalidades que reconhecemos nessas páginas, e que por elas transitam, às vezes fugazmente: Jânio Quadros, estudante do primeiro ano, fazendo campanha eleitoral no Centro, em novembro de 1935; Ulisses Guimarães, autor de ensaios sobre literatura brasileira; Roberto de Abreu Sodré; Oscar Bressane; José Bonifácio Coutinho Nogueira; Luís Arrobas Martins; Germinal Feijó, preso vinte e nove vezes; Hélio Mota e tantos outros.

Comenta Dulles: "Durante o Estado Novo (1937-1945), a voz da resistência foi levantada corajosamente em diferentes locais e momentos diversos... mas em nenhum lugar de modo tão claro e persistente."

O livro é o resultado de minuciosa pesquisa, baseando-se sobretudo em documentos pessoais, entrevistas, jornais da época. Representa uma boa contribuição para a história política do Estado Novo.

(Sérgio Bath)